

RELATÓRIO PLANETA PROTEGIDO 2020: AMÉRICA LATINA E CARIBE



ACRÔNIMOS, SIGLAS E ABREVIATURAS

III Caplac	Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe (Lima, Peru, 2019)	ALC	América Latina e Caribe
AZE	Aliança para Extinção Zero (Alliance for Zero Extinction)	ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
IBA	Área Importante para a Conservação de Aves (Important Bird Area)	Omec	Outra Medida Efetiva de Conservação Baseada em Área
Alfa 2020	Aliança Latino-Americana para o Fortalecimento de Áreas Protegidas de 2020	ONG	Organização Não Governamental
AMP	Área Marinha Protegida	PADDD	Degradação, Redução e Desclassificação de Áreas Protegidas (Protected area downgrading, downsizing and degazettement)
AP	Área Protegida	Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
APP	Área Protegida Privada	Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica	Ptap	Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas (PoWPA – Programme of Work on Protected Areas)
CMAP-UICN	Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza	RedParques	Rede Latino-Americana de Cooperação Técnica em Parques Nacionais, Outras Áreas Protegidas, Flora e Fauna Silvestres
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima	Snap	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
Conanp	Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas	Snuc	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
COP	Conferência das Partes	UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MEE	Avaliação da Efetividade da Gestão (Management Effectiveness Evaluation)	Unep-WCMC	Centro Mundial de Monitoramento da Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UN Environment Programme World Conservation Monitoring Centre)
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations)	Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)
GAD	Governos Autônomos Descentralizados	Ticca	Território e Área Conservada por Povos Indígenas e Comunidades Locais e Tradicionais
GNC	Grupo Nacional de Coordenação	WD-OECM	Base de Dados Mundial sobre Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em Áreas (The World Database on Other Effective Area-Based Conservation Measures)
Iapa	Projeto de Integração das Áreas Protegidas da Amazônia	WDPA	Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (The World Database on Protected Areas)
Ipbes	Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services).	WWF	Fundo Mundial para a Natureza (Worldwide Fund for Nature)
KBA	Área-Chave de Biodiversidade (Key Biodiversity Areas)	ZEE	Zona Econômica Exclusiva

Copyright / Autoria
© 2021 RedParques

Citação

Álvarez Malvido, M.; Lazaro, C.; De Lamo, X.; Juffe-Bignoli, D.; Cao, R.; Bueno, P.; Sofrony, C.; Maretta, C.; Guerra, F. (editores). *Planeta Protegido: América Latina e Caribe*, 2021. Cidade do México, México; Cambridge, Reino Unido; Gland, Suíça; Bogotá, Colômbia: RedParques, Unep-WCMC, CMAP-UICN, WWF, Conanp e Projeto Iapa. 2021.

Editores

Monica Alvarez Malvido³; Cristina Lazaro²; Xavier de Lamo²; Diego Juffe-Bignoli²; Renata Cao^{3,4}; Paula Bueno^{3,4}; Carolina Sofrony³; Claudio Maretta³ e Felipe Guerra⁴.

Coordenação

REDPARQUES (COORDENADOR PRINCIPAL)

A Rede Latino-Americana de Cooperação Técnica em Parques Nacionais, Outras Áreas Protegidas, Flora e Fauna Silvestres (RedParques) é um mecanismo voluntário de cooperação técnica atualmente composto por mais de 20 sistemas nacionais de áreas protegidas na América Latina e no Caribe, cujo objetivo é aumentar progressivamente sua capacidade tecnológica e de gestão a partir de trocas de experiências e conhecimentos entre seus membros. Para tal, utiliza seus próprios recursos técnicos, humanos e financeiros. A RedParques foi constituída em 1983, e sua secretaria técnica é o Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe. Atualmente, a coordenação regional está a cargo da Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas do México (Conanp), que desempenhará essa função por um período de dois anos (2019–2021). Mais informações encontram-se disponíveis em <https://RedParques.com>.

UNEP-WCMC (COLABORADOR PRINCIPAL)

O Centro Mundial de Monitoramento da Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-WCMC) é um centro global de excelência em biodiversidade, que resulta de uma colaboração entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Centro Mundial de Monitoramento da Conservação, registrado no Reino Unido como instituição filantrópica. Juntos, eles combatem a crise global enfrentada pela natureza a partir de uma posição única, assegurando que a ciência, o conhecimento e a compreensão moldem políticas internacionais e nacionais e colaborando com parceiros em todo o mundo para promover maior capacitação e criar soluções inovadoras para os desafios ambientais. Como guardiões reconhecidos de dados ambientais robustos e influentes, eles usam sua posição para gerar impactos positivos nas pessoas e na natureza.

CMAP-UICN (COLABORADORA)

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) é uma organização internacional de importância singular, cujos membros são governos e organizações da sociedade civil. Desde sua criação em 1948, oferece apoio internacional a atividades de conservação da natureza.

A Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) é a principal rede mundial de especialistas em áreas protegidas. Ela possui 2.500 membros voluntários e está presente em 140 países. Tem como missão promover a criação e gestão efetiva de um conjunto de áreas protegidas marinhas e terrestres, que são representativas da biodiversidade global. Por meio de orientação técnica e estratégica, contribui para a missão da UICN e apoia governos e demais atores sociais no planejamento e gestão de áreas protegidas e em sua integração a outros setores da sociedade e da economia. Há mais de 60 anos, a CMAP e a UICN exercem liderança mundial no setor. Mais informações encontram-se disponíveis em www.iucn.org/wcpa.

FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA, WWF (COLABORADOR E FINANCIADOR)

O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) é uma das maiores e mais respeitadas organizações independentes de conservação do mundo, com uma rede global ativa que engloba mais de 100 países. A missão do WWF é impedir a degradação ambiental do planeta e construir um futuro no qual a humanidade coexista harmonicamente com a natureza. Para tal, o WWF promove a conservação da diversidade biológica mundial, a sustentabilidade do uso de recursos naturais renováveis e a redução da poluição e do desperdício no consumo. Mais informações encontram-se disponíveis em <https://www.worldwildlife.org/>.

PROJETO IAPA (COLABORADOR E FINANCIADOR)

O Projeto de Integração das Áreas Protegidas da Amazônia 2014–2021 (Iapa) visa a fortalecer os sistemas nacionais de áreas protegidas dos países amazônicos e a promover sua integração regional. Assim, pretende contribuir para a implementação de uma Visão Amazônica – em prol da conservação da diversidade biológica e cultural do bioma Amazônia, com base em seus ecossistemas – e para o cumprimento dos objetivos do plano de trabalho da Coordenação Regional da RedParques. O projeto é financiado pela União Europeia, coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e implementado em conjunto com o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a RedParques.

AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO, AFD, POR MEIO DO PROJETO BIOCONNECT MÉXICO (FINANCIADORA)

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), por meio do projeto Bioconnect, apoiou a elaboração deste relatório, fortalecendo as ferramentas e políticas que promovem a conectividade ecológica na América Latina e no Caribe e oferecendo recomendações para aumentar o percentual de superfície conectável. Isso é feito com base na metodologia ProtConn, desenvolvida pelo Centro de Pesquisa Conjunta (JRC) da Comissão Europeia e ajustada para a América Latina pela Comissão Nacional para o Conhecimento e Uso da

Biodiversidade (Conabio) e pelo Instituto de Pesquisa de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt. Além disso, a AFD reconhece a importância das áreas protegidas privadas (APPs) para o cumprimento da Meta 11 de Aichi e das metas pós-2020, o que contribui para fortalecer a conectividade ecológica entre os países da região.

OBSERVAÇÃO

A reprodução desta publicação é permitida para fins educacionais e não lucrativos, sem necessidade de autorização especial, desde que seja citada a fonte. A reutilização de qualquer figura aqui presente está sujeita à autorização dos titulares dos direitos originais. Esta publicação não pode ser utilizada para revenda ou qualquer outro fim comercial sem uma autorização escrita da Coordenação Regional da RedParques. Os pedidos de autorização, com indicação do propósito e âmbito da reprodução, devem ser enviados ao endereço eletrônico coordinacionRedParques@gmail.com.

O conteúdo deste relatório não representa necessariamente as posições oficiais ou políticas dos sistemas nacionais de áreas protegidas da América Latina e do Caribe que fazem parte da RedParques; do Unep-WCMC; da CMAP-UICN; do WWF; do Projeto Iapa; dos colaboradores; ou dos editores. As designações utilizadas neste relatório e a apresentação do material não devem ser entendidas como uma expressão das opiniões dos sistemas nacionais membros da RedParques, do Unep-WCMC ou dos colaboradores e editores a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade ou região; de suas autoridades; da delimitação de suas fronteiras ou limites; ou da designação de seu nome, fronteiras ou limites. A menção de qualquer produto ou entidade comercial nesta publicação não constitui um endosso da RedParques, do Unep-WCMC, da CMAP-UICN, do WWF ou do Projeto Iapa.

AGRADECIMENTOS

O relatório *Planeta Protegido: América Latina e Caribe, 2020* é fruto de um trabalho colaborativo e, principalmente, voluntário. Estamos profundamente gratos às instituições e pessoas que tornaram isso possível e esperamos manter nossa colaboração em versões posteriores deste relatório regional.

A publicação deste relatório não teria sido possível sem a contribuição financeira da Agência Francesa de Desenvolvimento no México (AFD) e seu Projeto Bioconnect; do Fundo Mundial para a Natureza (WWF); e do Projeto Iapa – Visão Amazônica.

Agradecemos à Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas do México (Conanp), que atualmente está à frente da Coordenação Regional da RedParques; ao Centro Mundial de Monitoramento da Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-WCMC); à Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (CMAP-UICN); ao Fundo Mundial para a Natureza (WWF); e ao Projeto Iapa pelo tempo investido neste trabalho. Em particular, agradecemos a Mónica Álvarez, Cristina Lázaro, Xavier de Lamo, Diego Juffe-Bignoli, Renata Cao, Claudio Maretta, Paula Bueno, Carolina Sofrony e Felipe Guerra por seu tempo e contribuição editorial.

Além disso, estendemos este agradecimento aos 58 coordenadores e autores dos capítulos e estudos de caso, por dedicarem seu tempo voluntário a este trabalho. Eles são, na ordem em que são citados no texto: Cristina Lázaro; David Díaz; Miguel Fernández; Alberto Yanosky; Mayra Milkovic; Ignacio J. March Mifsut; Paula Bueno Martínez; Andrea Barrero Ramírez; Thora Amend; Noelia Zafra-Calvo; Vivienne Solis-Rivera; Carlos Alberto P. dos Santos; Flávio D. G. Lontro; Cláudio C. Maretta; Marvin Fonseca Borrás; Oscar Godínez Gómez; Tania Urquiza-Haas; Patricia Koleff Osorio; Camilo Andrés Correa Ayrám; Luis Santiago Castillo; Tarsicio Granizo; Marcos Rognitz Tito; Pedro Aratijo; Ricardo Meneses-Orellana; Laura Camacho Jaramillo; Carmen E. Miranda Larrea; Marco Octavio Ribera Arismendi; Carolina Amaya Pedraza; Lorena Arce; Jorge Nahuel; Pedro Solano; Roberto de la Maza; Marcela Santamaría; Carolina Sofrony; Clara Matallana; Juliana Echeverri; Damián Martínez-Fernández; Sandra Galán; Jens Brüggemann; Stephanie Arellano; André Lima; Miriam Factos; Roberto Aviña Carlin; Julia Miranda; Lucía Bartesaghi; Carlos Godoy; Felipe Guerra Baquero; Renata Cao; Allan Valverde; Osvaldo Barassi Gajardo; Mike Appleton; Mariana Bellot; Lucía Ruiz; Andrew J. Rhodes; Ximena Barrera; Mariana N. Ferreira; Mónica Álvarez; e Ana Julia Gómez.

Por fim, nosso agradecimento também aos 51 países, ilhas e territórios da América Latina e do Caribe que mantêm suas informações atualizadas na WDPA; bem como às pessoas que integram os sistemas nacionais de áreas protegidas, que participaram deste processo e forneceram as informações necessárias em um ano tão complexo. Aos membros da RedParques, agradecemos o apoio e o fornecimento de informações complementares à Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (WDPA), que foram usadas para enriquecer o relatório. Eles são: Administração de Parques Nacionais (APN) da Argentina; Ministério do Meio Ambiente e Águas da Bolívia, por meio do Serviço Nacional de Áreas Protegidas (Sernap); Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil; Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Corporação Nacional de Florestas (Conaf) do Chile; Parques Nacionais Naturais da Colômbia (PNNC); Sistema Nacional de Áreas de Conservação (Sinac) da Costa Rica; Sistema Nacional de Áreas Protegidas (Snap) de Cuba; Ministério do Meio Ambiente e Águas do Equador; Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais de El Salvador; Conselho Nacional de Áreas Protegidas (Conap) da Guatemala; Instituto de Conservação e Desenvolvimento Florestal (ICF) de Honduras; Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas (Conanp) do México; Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Marena) da República da Nicarágua; Ministério do Meio Ambiente do Panamá; Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Mades) do Paraguai; Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (Sernap) do Peru; Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais da República Dominicana; Ministério da Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente (MVOTMA) do Uruguai; Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo e Instituto Nacional de Parques (Inparques) da Venezuela.

¹ Conanp-RedParques (consultora do Pnud na Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas do México. Coordenação Regional da RedParques).

² Unep-WCMC (Centro Mundial de Monitoramento da Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

³ CMAP-UICN (Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza).

⁴ WWF (Fundo Mundial para a Natureza).

⁵ Projeto Iapa – Visão Amazônica

⁶ PNNC-RedParques (Parques Nacionais Naturais da Colômbia. Coordenação Sub-regional Andes-Amazônia da RedParques).



© Mathieu Perrot Bohringer, Colombia.



SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	6
MENSAGENS PRINCIPAIS	12
1. Introdução	13
2. Cobertura	14
3. Áreas-chave de biodiversidade: uma ferramenta para a conservação eficiente da biodiversidade na América Latina e no Caribe	19
4. Representatividade	24
5. Avaliação da efetividade da gestão de áreas protegidas na América 6. Latina e no Caribe	29
6. Governança de áreas protegidas na América Latina: Compartilhamento de poder para aumentar a efetividade, e eficiência e a justiça	42
7. Quão conectados estão os sistemas de áreas terrestres protegidas na América Latina e Caribe?	48
8. Integração a paisagens mais amplas	56
9. Contribuição dos territórios de vida na América Latina e no Caribe	60
10. Áreas protegidas privadas na América Latina	68
11. Progressos na identificação de outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas na América Latina e Caribe	74
12. Potencial desconhecido dos governos locais para a gestão de áreas protegidas	78
13. Condições propícias e áreas protegidas	83
14. Sem áreas protegidas e conservadas não há futuro sustentável	93
CONCLUSÕES: CONSTATAÇÕES IMPORTANTES	97
NOTAS DE RODAPÉ	98
REFERÊNCIAS	98

Publishing office

Tradução para o Português: Luiz Hargreaves

Revisão: Jaime Gesisky (WWF-Brasil) e Luiz Hargreaves

Revisão do projeto gráfico: Regiane Guzzon (WWF-Brasil)

Coordenação: Mariana Napolitano (WWF-Brasil)

Diagramação: Amanda Filippi

RESUMO EXECUTIVO

Contexto

Com mais de 8,8 milhões de km² em áreas protegidas terrestres e marinhas, a região da América Latina e Caribe (ALC) é a mais protegida do mundo em termos de cobertura terrestre (sem considerar a região polar).

Esse número equivale a 21,4% da área total protegida pela ALC (24% das áreas terrestres e 18,9% das áreas marinhas e costeiras), uma cobertura maior que a superfície total do Brasil ou à soma das superfícies continentais de Argentina, México, Peru, Colômbia, Bolívia e Paraguai. Além da notável extensão da área protegida, a ALC abriga uma extraordinária diversidade biológica e cultural em seus territórios: 9 dos 20 membros do grupo de Países Megadiversos Afins (LMMC, na sigla em inglês)⁷ pertencem à região.

A diversidade biológica da ALC é excepcional. A América do Sul, por si só, é a região mais rica em biodiversidade do planeta¹, com mais de 40% da biodiversidade global e mais de um quarto das florestas do mundo todo. Além disso, a Mesoamérica tem a segunda maior barreira de corais do mundo, e aproximadamente 50% das espécies vegetais únicas do planeta se encontram no Caribeⁱⁱ. No entanto, as ameaças antrópicas aumentam na região, e o resultado pode ser visto no estado das espécies que a habitam. Nesse sentido, apesar de a ALC abrigar 60% de todas as espécies avaliadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), foram identificadas – somente em 2020 – 5.758 espécies de animais e plantas em risco de extinção (em estado crítico, ameaçadas de extinção ou vulneráveis). Isso representa quase 40% das espécies animais e 1% das espécies vegetais ameaçadas do mundoⁱⁱⁱ. Das espécies animais ameaçadas que foram identificadas, 18% são mamíferos; 23%, répteis; 41%, anfíbios; e 10%, peixes^{iv}.

Em termos de diversidade cultural, a região abriga 826 povos indígenas, totalizando cerca de 45 milhões de pessoas, incluindo povos em isolamento voluntário e grupos residentes em grandes aglomerados urbanos^v. Em relação às

áreas protegidas, a ALC possui 142 sítios reconhecidos como patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) devido a seu excepcional valor universal para a humanidade. Desses, 96 foram designados por seu valor cultural; 28, por seu valor natural; e 8, por seu valor misto⁸.

Devido a essa vasta e singular riqueza biológica e cultural, a ALC tem o dever e a responsabilidade fundamentais de proteger com eficácia sua diversidade biológica e promover a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de tais recursos biológicos.

Nesse contexto, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) tem reconhecido a importância das áreas protegidas para atingir seus objetivos e, em 2010, definiu a Meta 11 de Aichi como uma das vinte metas de seu plano estratégico para 2020. A Meta 11 de Aichi propõe uma visão para a rede global de áreas protegidas que inclui, entre outras ações, um aumento estratégico na extensão das áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas (OmeCs); a gestão eficaz e equitativa de tais áreas; e sistemas ecologicamente representativos, bem conectados e integrados a paisagens mais amplas.

Progresso

Este relatório analisa o progresso em relação ao cumprimento da Meta 11 de Aichi em 51 países, ilhas e territórios selecionados da América Latina e do Caribe, a saber: Anguilla; Antígua e Barbuda; Argentina; Aruba; Bahamas; Barbados; Belize; Bermudas; Bolívia; Bonaire, Santo Eustáquio e Saba; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Curaçao; Dominica; Equador; El Salvador; Granada; Guadalupe; Guatemala; Guiana Francesa; Guiana; Haiti; Honduras; Ilhas Cayman; Ilhas Malvinas; Ilhas Turcas e Caicos; Ilhas Virgens Britânicas; Ilhas Virgens Americanas; Jamaica; Martinica; México; Montserrat; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; Porto Rico; República Dominicana; São Martinho (território francês); São Bartolomeu; São

⁷ Nações com a maior diversidade de animais e plantas e quase 70% da diversidade de espécies do mundo. Mais informações estão disponíveis em <https://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-13/information/cop-13-inf-45-en.pdf>.

⁸ Mais informações estatísticas sobre a Lista do Patrimônio Mundial encontram-se disponíveis em <https://whc.unesco.org/en/list/stat>.

Cristóvão e Neves; São Vicente e Granadinas; Santa Lúcia; São Martinho (território holandês); Suriname; Trinidad e Tobago; Uruguai; e Venezuela.

Na análise dos elementos qualitativos da Meta 11 de Aichi, foram priorizados os sistemas que são membros da RedParques. Por esse motivo, o relatório pode apresentar algumas lacunas importantes em relação à região do Caribe. As informações apresentadas correspondem àquelas incluídas na Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (WDPA), considerando julho de 2020 como data de corte. Elas foram complementadas por outras fornecidas por fontes regionais e nacionais, conforme a disponibilidade. Portanto, podem apresentar disparidades e sub-representações em relação aos relatórios nacionais dos países da CDB e ao Relatório Global Planeta Protegido, a ser publicado em 2021. Outra razão para a possível sub-representação de dados decorre da falta de conhecimento sobre como incluir, na WDPA, elementos qualitativos relacionados à Meta 11 de Aichi.

Principais constatações e recomendações

A região da América Latina e Caribe observou, nas últimas duas décadas, um aumento constante na cobertura de áreas terrestres protegidas, que vem se estabilizando. Em contraste, a cobertura de áreas marinhas protegidas cresceu

rapidamente nos últimos anos, mas apenas em alguns países. Apesar do notável progresso em relação à cobertura, o relatório identifica grandes desafios no que diz respeito aos outros componentes da Meta 11 de Aichi para a região. Segue uma descrição do *status* atual de conformidade de cada componente da meta, bem como dos desafios, constatações e recomendações relativos a cada um dos componentes cobertos por este relatório.

Capítulo 2: Cobertura. Como região, a ALC realizou grandes esforços para cumprir o objetivos do componente de cobertura da Meta 11 de Aichi. Vinte e quatro por cento das áreas terrestres e continentais da região estão cobertas por áreas protegidas. As áreas marinhas protegidas, por sua vez, cobrem um total de 3.952.075 km² (aproximadamente três vezes o tamanho do Peru), o que corresponde a 18,9% das áreas marinhas e costeiras da região. No entanto, a extensão geográfica das áreas protegidas é um componente que, por si só, não garante a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, devendo ser considerada em conjunto com por outros componentes que serão relatados nos capítulos seguintes. Será necessário reconhecer e incorporar a contribuição das Omecs e, para que se atinjam as novas metas de cobertura da agenda pós-2020, deve ser dada atenção especial aos países e territórios que não conseguirem alcançar seus objetivos.





Capítulo 3: Áreas-chave de biodiversidade. Um total de 2.300 áreas-chave de biodiversidade (KBAs) foram identificadas na ALC, cobrindo mais de 3,2 milhões de km² (mais de 20% da superfície terrestre da ALC). Dessas KBAs, 21,2% se encontram em áreas protegidas, o que representa 56,3% da superfície total das KBAs na região. Por outro lado, 43,9% das KBAs não possuem nenhum grau de proteção na forma de áreas protegidas. Como a identificação das KBAs não está relacionada ao *status* legal ou de proteção desses locais, é uma prioridade prosseguir com sua identificação, promover sua proteção adequada e acelerar os esforços para impedir a perda de biodiversidade nos locais mais vulneráveis.

Capítulo 4: Representatividade. Apesar do grande esforço para cumprir o componente de cobertura, a proteção não é representativa da biodiversidade ecológica em diferentes escalas de análise. Somente metade dos biomas presentes na ALC alcançam ou superam 17% de proteção. Alguns biomas, como as florestas e arbustais mediterrâneos e os campos e savanas temperadas, são especialmente sub-representados na região. A ALC possui 24% das ecorregiões terrestres e 19% das ecorregiões marinhas do mundo. Portanto, é importante avaliar a representatividade das áreas protegidas na região, considerando o *status* de proteção das espécies regionais e endêmicas. Isso forneceria informações úteis para identificar as principais áreas de expansão. As dificuldades relacionadas à expansão da cobertura na agenda pós-2020 demandarão atenção especial à proteção das ecorregiões terrestres e marinhas que não tiverem alcançado seus objetivos. Para promover uma expansão mais representativa do sistema de proteção regional, os países da região devem considerar a adoção das metodologias identificadas neste relatório para análises territoriais integrativas.

Capítulo 5: Avaliação da efetividade da gestão de áreas protegidas na América Latina e no Caribe. Dos 51 países e territórios que compõem a região, pelo menos 21 avaliaram a efetividade do sistema nacional de áreas protegidas que administram com métodos documentados e sistemáticos. Um dos maiores desafios da região é continuar avaliando a efetividade da gestão de forma sistemática, expandindo-a para outras escalas de análise e envolvendo outros atores não governamentais, de forma a aumentar a transparência dessas avaliações de efetividade. Dessa maneira, os processos nacionais de avaliação da efetividade da gestão de áreas protegidas serão capazes de demolir o antigo conceito de *parques de papel* e aumentarão a confiança na comunidade internacional. Isso se deve ao fato de as áreas protegidas que figuram no mapa realizarem medições sistemáticas de sua efetividade, o que demonstra que possuem níveis elevados de gestão (com vista a alcançar mais eficácia e eficiência de conservação) e que adaptam suas práticas de manejo, quando necessário.

Em termos de progresso na implementação do padrão global da *Lista Verde* da UICN (que estimula as áreas protegidas a progredir rumo a uma gestão efetiva), a ALC se destaca, com

nove áreas protegidas já integradas à lista (no México, Colômbia e Peru) e com a candidatura de 14 áreas adicionais – localizadas no Brasil e na Costa Rica, além dos três países anteriores.

Capítulo 6: Governança de áreas protegidas na América Latina: compartilhamento de poder para aumentar a efetividade, e eficiência e a justiça. Pouco mais da metade das áreas protegidas da região (5.237 áreas, ou 57,21%) estão sob a gestão de seus governos, em diferentes níveis. Nas áreas restantes, prevalecem outros tipos de governança, tais como privada (1.408 áreas, ou 15,38%); de povos indígenas e comunidades locais (567 áreas, ou 6,19%); ou compartilhada, que é a forma de governança menos relatada (184 áreas, ou 2,01%). Além disso, 20% das áreas registradas na WDPA (1.758 áreas) não fornecem tal informação.

Embora os modelos de governança adotados na ALC sejam variados e funcionais, os modelos não governamentais costumam ser sub-representados na WDPA. O desafio consiste em gerar mecanismos institucionais e jurídicos para reconhecê-los e operacionalizá-los, já que os instrumentos de avaliação são incipientes e não padronizados. Atualmente, as análises cobrem um número limitado de áreas, há poucos relatórios sistematizados, e as conclusões sobre governança não podem ser generalizadas para toda a região. Sugere-se que seja dada prioridade à análise da qualidade da governança nos sistemas de áreas protegidas e conservadas a fim de fortalecer o intercâmbio de experiências entre os países e os sistemas de governança da região.

Capítulo 7: Quão conectados estão os sistemas de áreas terrestres protegidas na América Latina e no Caribe?

Na grande maioria dos países da ALC, há processos em andamento visando ao cumprimento dos critérios de conectividade da Meta 11 de Aichi. Dos 51 países e territórios da região, apenas nove têm mais de 17% de sua superfície terrestre protegida e conectada. Em média, há falhas de conexão em 33% da superfície desses sistemas nacionais de áreas protegidas, ou seja, aproximadamente um terço da área protegida na ALC corresponde a *ilhas de conservação*. É fundamental que os países otimizem a ampliação dos sistemas de áreas protegidas, o que melhora a permeabilidade da paisagem em que essas áreas estão localizadas e fortalece a implementação de outras medidas de conservação do território, como as Omecs. A implementação de indicadores específicos de conectividade para áreas protegidas marinho-costeiras será uma prioridade, visto que, atualmente, tais indicadores são muito raros.

Capítulo 8: Integração a paisagens mais amplas. A importância da conservação além das áreas protegidas reside na estratégia que requer uma política de Estado que envolva os governos central e locais, o setor privado e organizações locais. A conservação integral do patrimônio natural exige mudanças no modelo de desenvolvimento para encontrar novas formas de integrar a natureza ao desenvolvimento e vice-versa. Nesse contexto, é importante aprender

com os modelos de gestão que diversos povos indígenas e comunidades locais desenvolveram, especialmente na América Latina.

Capítulo 9: Contribuição dos territórios de vida na América Latina e no Caribe. Os Ticcas são *territórios e áreas conservadas por povos indígenas e comunidades locais e tradicionais*, também chamados de territórios de vida. Há séculos, esses territórios são governados e administrados pelos povos e comunidades tradicionais que neles vivem. Os Ticcas apresentam modelos de governança local que viabilizam cenários promissores de sustentabilidade e proteção efetiva da natureza e de suas funções ecossistêmicas. Isso pode contribuir para a gestão das áreas protegidas, uma vez que muitos espaços tradicionais se sobrepõem a essas unidades de conservação. Por isso, é imprescindível continuar a fortalecer os valores culturais, as capacidades e o resgate de conhecimentos integrais das comunidades indígenas e de suas organizações, a fim de otimizar a efetividade da gestão territorial frente às ameaças derivadas de políticas e processos que desestabilizam a vida comunitária dos povos e sua relação com o território.

Capítulo 10: Áreas protegidas privadas na América Latina. Estima-se que existam, atualmente, pelo menos 4.000 áreas protegidas privadas (APPs) reconhecidas por redes e governos na região, cobrindo aproximadamente 5 milhões de ha em 17 países. É incalculável o valor das APPs da região, pois elas não somente refletem um mosaico de áreas estratégicas para a biodiversidade e conectividade, mas também comprovam a existência de uma comunidade de indivíduos comprometidos e exemplares. O efeito multiplicador das APPs pode ser decisivo para garantir equilíbrio e resiliência e, de fato, contribuir para o cumprimento da Meta 11 de Aichi e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

É necessário aprimorar os sistemas de proteção jurídica desses espaços, além dos critérios e metodologias para sua identificação, avaliação e registro. Não é por acaso que a WDPA ainda apresenta uma subnotificação significativa de APPs: muitas delas escapam ao radar das autoridades nacionais e dos sistemas nacionais de áreas protegidas.

Capítulo 11: Progressos na identificação de outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas. Os países da ALC apresentam índices desiguais de progresso na identificação e notificação de Omecs. Poucos possuem um roteiro de trabalho definido que permita coordenar esforços em seus territórios (apenas um país informa a existência de um roteiro; em outros sete, ele está em fase de desenvolvimento). Até o momento, nenhum país da região relatou Omecs à Base de Dados Mundial de Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em Áreas (WD-OECM, na sigla em inglês), o que demonstra que todos ainda têm muito a progredir em relação a seu marco nacional de implementação. Portanto, no caso das Omecs, é importante conhecer melhor os critérios, definir roteiros de trabalho aplicáveis ao contexto de cada país e analisar as contribuições

que essas áreas podem dar aos objetivos de conservação. Isso permitirá conhecer os benefícios das Omecs para a conectividade e representatividade ecológica dos sistemas nacionais de áreas protegidas, bem como sua contribuição para a resiliência e gestão efetiva das paisagens.

Capítulo 12: Potencial desconhecido dos governos locais para a gestão de áreas protegidas.

Aproximadamente 0,6% das áreas registradas na WDPA são administradas por prefeituras, com 38 tipos de denominações. Alguns países já tomaram medidas para reconhecer esses locais como (i) áreas protegidas ou conservadas por governos locais em seus sistemas nacionais de áreas protegidas; (ii) reservas da biosfera; ou (iii) possíveis Omecs (desde o ano 2000, 77% das áreas relatadas foram declaradas como tal). O reconhecimento desse tipo de iniciativa contribui para reforçar e demonstrar o papel e o potencial dos governos locais como promotores da conservação da biodiversidade, atuando por meio da criação e gestão de áreas protegidas locais (APLs). É importante que os governos nacionais ajustem os marcos normativos e institucionais que fomentam a criação, governança e gestão de áreas protegidas e Omecs em nível local.

Capítulo 13: Condições propícias e áreas protegidas. É urgente tratar da necessidade de criar condições favoráveis para que os sistemas nacionais de áreas protegidas possam implementar plenamente seus objetivos de conservação. Essas condições, ou o conjunto de elementos que facilitaríamos sua implementação, são partes fundamentais do debate sobre o marco pós-2020. As condições incluem: melhorar a segurança do pessoal no território; aumentar os recursos financeiros para que os sistemas nacionais de áreas protegidas possam alcançar a conservação efetiva de seu patrimônio natural; e medir a contribuição das áreas protegidas para outras metas globais de conservação e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Isso é de grande importância, uma vez que a ALC é a região mais rica em biodiversidade do planeta.

Capítulo 14: Sem áreas protegidas e conservadas não há futuro sustentável. Num futuro marcado pela incerteza, as áreas protegidas e conservadas devem ser reconhecidas como o principal mecanismo de conservação da natureza e dos serviços ecossistêmicos (elementos básicos para o bem-estar humano). É fundamental que sejam administradas de forma mais eficaz, com espaços para governança participativa e adaptativa, e que sejam reconhecidas como locais que reduzem a perda de biodiversidade. Essas áreas devem ser fortalecidas por meio de seu marco jurídico legal e de apoio social. Para tal, é necessário que a sociedade e a região atuem de forma articulada com governos nacionais e subnacionais e que, juntos, envidem esforços rumo a um novo acordo global para a natureza e as pessoas, com a participação de outros atores sociais e das novas gerações. O nosso futuro depende disso.



MENSAGENS PRINCIPAIS

- 1.** Apesar do cumprimento do componente de cobertura [capítulo 2] das áreas protegidas na região, a qualidade dessa cobertura pode ser melhorada. Por exemplo, 43,9% das KBAs não têm nenhum grau de proteção como áreas protegidas, e apenas nove países apresentam mais de 17% de sua superfície terrestre protegida e conectada. Somente metade dos biomas presentes na ALC alcançam ou superam 17% de proteção. Diante disso, ao se considerar a expansão dos sistemas nacionais de áreas protegidas, será fundamental seguir as recomendações relativas aos componentes de proteção de KBAs [capítulo 3], representatividade [capítulo 4] e conectividade [capítulos 7 e 8] e, assim, assegurar sistemas funcionais de áreas protegidas.
- 2.** Um dos maiores desafios para a ALC será continuar avaliando a efetividade da gestão de forma sistemática [capítulo 5], expandi-la para outras escalas de análise, com maior envolvimento da sociedade e do meio acadêmico.
- 3.** Em uma região com tamanha biodiversidade, destaca-se o claro potencial de outros mecanismos de conservação do território [capítulos 9 a 12]. Na ALC, pouco mais da metade das áreas protegidas (57,21%) que

relatam algum tipo de governança [capítulo 6] estão sob a gestão do governo, em diferentes níveis. As demais áreas se enquadram em outros tipos de governança: privada; de povos indígenas e comunidades locais; e compartilhada. Por isso é essencial que os sistemas fortaleçam as pontes de colaboração com esses atores.

- 4.** É evidente a necessidade de aprimoramento e padronização dos indicadores para medir os componentes qualitativos do cumprimento das próximas metas globais baseadas em áreas, com atenção especial ao ambiente marinho. Além disso, é necessário buscar e incentivar a atualização periódica dos dados contidos na WDPA para facilitar a análise do progresso.
- 5.** Considerando a complexidade do período em que vivemos, as áreas protegidas e conservadas devem gozar de condições adequadas para implementar plenamente seus objetivos de conservação [capítulo 13] e ser reconhecidas como vetores do desenvolvimento local, com responsabilidade compartilhada pela prestação de serviços fundamentais para a saúde e a sobrevivência humana [capítulo 14].



1. Introdução

Por ocasião do encerramento do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011–2020 (e com novas metas globais em negociação), a Coordenação Regional da RedParques identificou a publicação deste relatório regional como uma oportunidade estratégica para analisar detalhadamente o nível de cumprimento dos compromissos internacionais dos países da América Latina e do Caribe (ALC) relativos a áreas protegidas (APs). Os resultados e constatações deste relatório se sustentam nas melhores informações disponíveis na Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (WDPA) e em fontes regionais. Eles convidam os países a refletir sobre os pontos fortes e as oportunidades de que dispõem para facilitar seus processos decisórios, considerando o marco das novas metas globais para áreas protegidas e conservadas.

A ALC fez importantes avanços na consolidação de seus sistemas nacionais de áreas protegidas, desde a adoção do referido plano estratégico. É a região com a maior superfície protegida do mundo em termos de cobertura terrestre (sem considerar a zona polar). Como região, supera os objetivos de cobertura percentual estabelecidos pela Meta 11 de Aichi, atingindo 24% das áreas terrestres e 18,9% das áreas marinhas e costeiras. No entanto, os elementos qualitativos da Meta 11 de Aichi ainda apresentam enormes desafios para as áreas protegidas, tais como representatividade; conectividade ecológica; efetividade da gestão; governança e equidade na gestão; e identificação e reconhecimento de outras medidas.

Este relatório, o primeiro do tipo, é uma radiografia do estado atual dos sistemas nacionais de áreas protegidas da ALC em relação ao cumprimento da Meta 11 de Aichi. Ele reúne opiniões de especialistas, além de constatações, estudos de caso e recomendações. Além disso, enfatiza a necessidade de esforços para melhorar os indicadores padronizados e monitorar o progresso real em relação às próximas metas globais.

Constatarem-se fatos importantes, como a sub-representação de dados na WDPA (no que diz respeito aos elementos

adicionais à cobertura) e a variedade de instrumentos regionais disponíveis para medir os elementos qualitativos da Meta 11 de Aichi. Por isso, este relatório é um primeiro exercício de análise regional do status dos países da ALC em relação a áreas protegidas. Ele visa a facilitar a identificação de prioridades regionais para as próximas metas globais.

Em uma década de desafios sem precedentes, este relatório é um convite para que mantenhamos nossos esforços de colaboração regional, de forma a enfrentar esses desafios de forma coordenada e conter a perda de biodiversidade em áreas protegidas e conservadas. A elaboração do relatório estimulou a atualização dos dados da WDPA sobre sistemas nacionais de áreas protegidas e a identificação de desafios específicos.

O relatório

O relatório *Planeta protegido: América Latina e Caribe, 2020* foi produzido pela atual Coordenação Regional da RedParques (sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas do México – Conanp) e pelo Centro Mundial de Monitoramento da Conservação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-WCMC). Ele recebeu apoio técnico da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (CMAP-UICN), do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e do Projeto Iapa.

Limitações

As informações aqui contidas baseiam-se principalmente nos dados contidos na WDPA, com a data de corte fixada em julho de 2020; portanto, pode haver sub-representações significativas e disparidade de dados em relação ao próximo Relatório Global de Áreas Protegidas Planeta Protegido, a ser publicado em 2021. Este relatório é uma primeira versão, com previsão de atualização nos próximos anos.

2. Cobertura

CRISTINA LAZARO⁹

A versão de julho de 2020 da Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (WDPA) registra um total de 9.154 áreas protegidas na região da América Latina e Caribe (ALC) [figura 2.1].

A maior parte das áreas indicadas corresponde a áreas terrestres que totalizam 4.935.906 km² (aproximadamente quatro vezes o tamanho da Colômbia). Isso significa que 24% das áreas terrestres e das águas continentais da região estão cobertas por áreas protegidas. Por sua vez, as áreas marinhas protegidas representam um total de 3.952.075 km² (aproximadamente três vezes o tamanho do Peru), o que corresponde a 18,9% das áreas marinhas e costeiras da região.

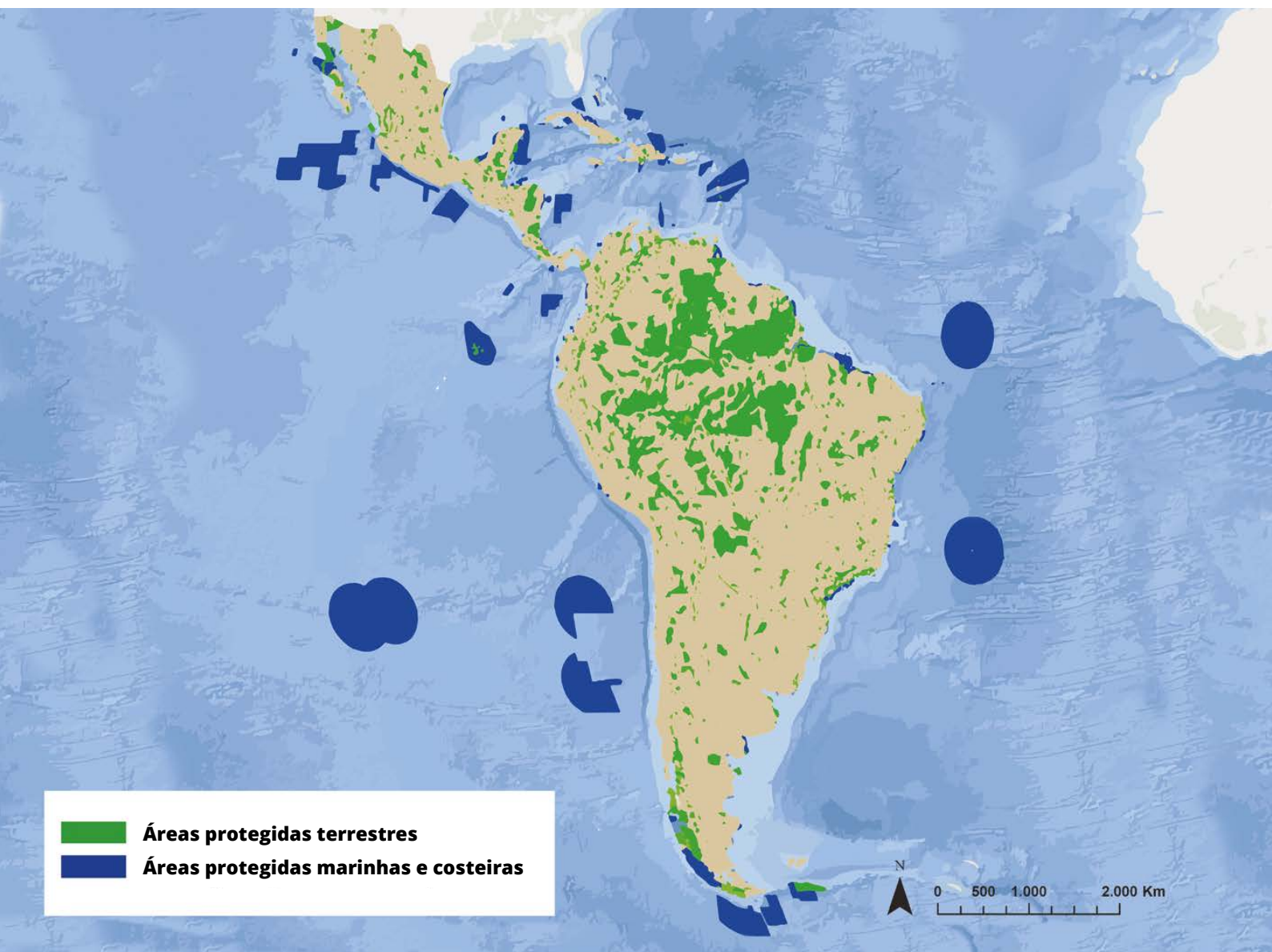
Foi alcançado o objetivo de cobertura da Meta 11 de Aichi?

Em nível regional, os objetivos percentuais de cobertura terrestre (17%) e marinha (10%) da Meta 11 de Aichi foram alcançados – na verdade, foram excedidos.

Em escala nacional, observam-se grandes variações entre países/territórios em termos de cobertura de áreas protegidas, tanto terrestres quanto marinhas [figura 2.2].

Em relação às áreas terrestres, observa-se que, em mais de metade dos países/territórios da região (27), foi superada a meta de 17% de áreas protegidas. Martinica, Guadalupe, Venezuela e Guiana Francesa têm mais de 50% de sua superfície terrestre protegida. Por outro lado, os demais territórios não atingiram 17% de superfície terrestre protegida; e 13 deles não chegaram nem a 10%.

FIGURA 2.1 - ÁREAS PROTEGIDAS NA REGIÃO DA ALC CADASTRADAS NA WDPA ATÉ JULHO DE 2020

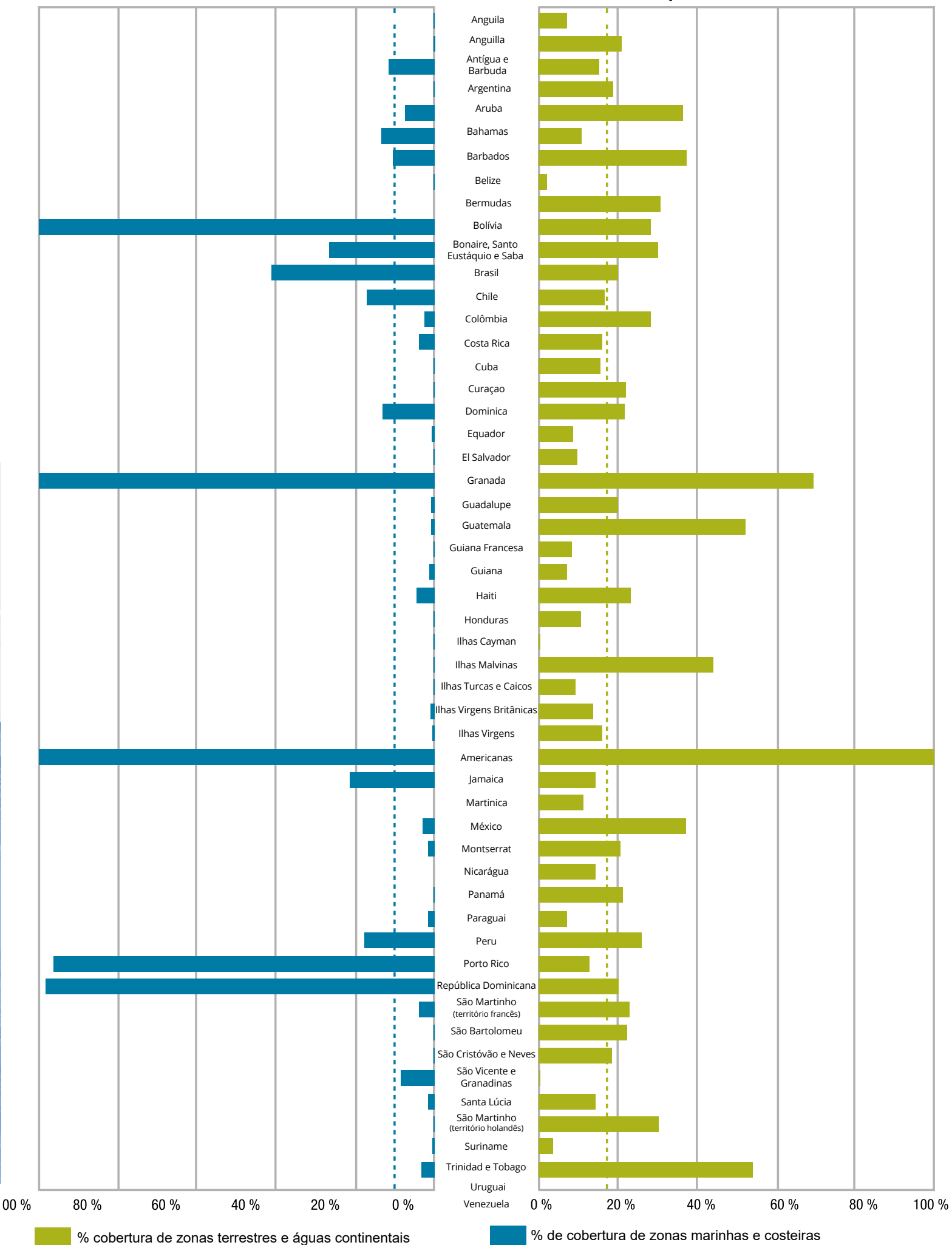


Fonte: Unep-WCMC e UICN (2020).

⁹ Unep-WCMC; oficial de programa associada; membro da CMAP-UICN.

¹⁰ Estas estatísticas podem diferir daquelas relatadas à CDB nos relatórios nacionais devido a diferenças metodológicas e variações nos conjuntos de dados usados para avaliar a cobertura das áreas protegidas.

FIGURA 2.2 - PORCENTAGEM DE COBERTURA DE ÁREAS PROTEGIDAS NOS 51 PAÍSES/TERRITÓRIOS SELECIONADOS¹⁰



*Observação: Para mais detalhes sobre a metodologia utilizada, ver quadro 2.1.

Em relação às áreas protegidas marinhas e costeiras, observa-se que, em 13 países/territórios, mais de 10% das áreas marinhas e costeiras são cobertas por áreas protegidas. Destacam-se Martinica e Bonaire, Santo Eustáquio e Saba, com 100% de sua área marinha protegida. No entanto, 34 países/territórios têm menos de 5% dessas áreas sob proteção.

Tendências de aumento da cobertura de áreas protegidas na ALC

A análise temporal das tendências de cobertura de áreas protegidas na região da ALC indica um viés de crescimento a partir do ano 2000 [figura 2.3].

O aumento da cobertura de áreas terrestres protegidas é constante e vem se estabilizando. Em contraste, a cobertura de áreas marinhas protegidas cresceu rapidamente nos últimos anos. Isso se deve principalmente ao fato de alguns países/territórios terem declarado grandes extensões de áreas marinhas protegidas, como é o caso do Chile, do Brasil e do México; e outros terem alcançado uma cobertura quase total de suas áreas marinhas, como se observou em Guadalupe e na Martinica (essas áreas correspondem a zonas econômicas exclusivas, ou ZEEs, com 0–200 milhas náuticas).

Como região, a ALC realizou grandes esforços para cumprir os objetivos do componente de cobertura da Meta 11 de Aichi. As novas metas de cobertura da agenda pós-2020 representam um desafio, que demandará atenção especial aos países/territórios que não tiverem alcançado os objetivos de cobertura.

QUADRO 2.1 – Cálculo da cobertura de áreas protegidas para este relatório

Os dados da WDPA são coletados por meio de governos, organizações da sociedade civil e outras fontes confiáveis. A base de dados armazena apenas informações sobre áreas protegidas que atendam à definição-padrão de áreas protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza

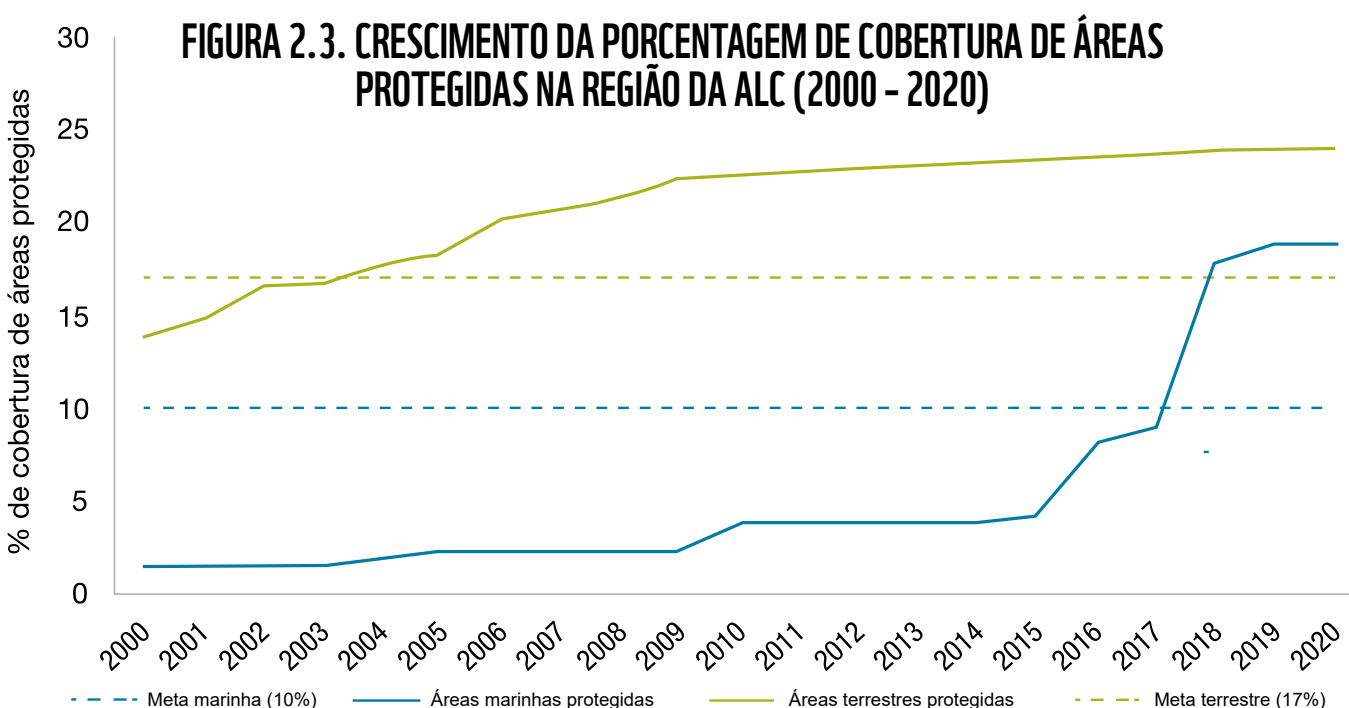
(UICN) e incorporem padrões definidos que tornem os dados interoperáveis e consistentes, para que possam ser analisados e gerar indicadores.

Neste relatório, a cobertura de áreas protegidas terrestres e marinhas foi calculada de acordo com a versão de julho de 2020 da WDPA.

A análise inclui áreas designadas pelos diversos países em nível nacional (por exemplo, parques nacionais); em nível regional (áreas protegidas pela Convenção de Cartagena); e em conformidade com convenções e acordos internacionais (por exemplo, sítios do Patrimônio Mundial Natural). As reservas da biosfera do programa O Homem e a Biosfera da Unesco não foram incluídas no cálculo das estatísticas de cobertura, pois poderiam incluir zonas de amortecimento que não atendem à definição de área protegida da UICN. Também foram excluídas as áreas protegidas propostas e as áreas protegidas registradas como pontos (sem área relatada). Da mesma forma, todas as sobreposições entre os diferentes tipos de designações foram eliminadas, para evitar duplicações.

Essas estatísticas podem diferir daquelas relatadas oficialmente pelos países à CDB e a outros órgãos. Isso se deve a diferenças metodológicas nos conjuntos de dados usados para calcular a cobertura de áreas protegidas e nos mapas de base que medem a área terrestre e marinha de cada país/território (como no caso de El Salvador e da Guatemala).

Para calcular as porcentagens de cobertura de áreas marinhas, por exemplo, a WDPA usa a zona econômica exclusiva (ZEE), que se estende por até 200 milhas náuticas. No entanto, alguns países baseiam seus cálculos nas águas territoriais (12 milhas náuticas), o que gera diferenças notáveis entre os percentuais e os relatórios nacionais apresentados à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). É o caso de Cuba, que aparece neste relatório com um percentual aproximado de 5% de proteção de suas áreas marinhas e costeiras, embora o país informe oficialmente à CDB que tem até 25,38% de seu território marinho protegido, com base em suas águas interiores (no interior da linha de base do mar territorial).







3. Áreas-chave de biodiversidade: Uma ferramenta para a Conservação eficiente da biodiversidade na América Latina e no Caribe

DAVID DÍAZ¹¹

MIGUEL FERNÁNDEZ¹²

ALBERTO YANOSKY¹³

As áreas-chave de biodiversidade (KBA) são "locais que contribuem significativamente para a persistência da biodiversidade". Trata-se do conjunto de dados mais completo de áreas de importância global para a biodiversidade, correspondendo especificamente a mais de 16.300 KBAs e uma área superior a 20,6 milhões de km² em nível mundial. Até o momento, foram identificadas 2.300 KBAs na ALC, cobrindo mais de 3,2 milhões de km² (mais de 20% da superfície terrestre). Dessas KBAs, 21,2% são

cobertas por áreas protegidas, o que representa 56,3% da superfície total de KBAs na região. Por outro lado, 43,9% das KBAs não têm nenhum grau de proteção como áreas protegidas [tabelas 3.1 e 3.2; figura 3.1].

É necessário priorizar a identificação de KBAs na ALC e promover sua adequada proteção, visto que esse é um dos principais mecanismos para sua inclusão no âmbito da expansão estratégica de áreas protegidas e Omecs.

TABELA 3.1 - NÚMERO E GRAU DE COBERTURA DAS KBAS PROTEGIDAS POR REGIÃO

Porcentagem de proteção das KBAs	Mesoamérica	Caribe	América do Sul	Total
>95% / Totalmente protegidas	96	91	302	489
75%-95% / Majoritariamente protegidas	50	44	142	236
5%-75% / Parcialmente protegidas	93	65	180	338
5%-25% / Minimamente protegidas	57	40	131	228
0-5% / Não protegidas	176	193	640	1009
Total	472	433	1.395	2.300

Fonte: BirdLife International (2020); Unep-WCMC e UICN (2020).

¹¹ Coponto focal regional de KBAs para a América Latina e o Caribe; Rainforest Trust.

¹² Coponto focal regional de KBAs para as Américas; NatureServe; Smithsonian-Mason School of Conservation / Department of Environmental Science and Policy / George Mason University.

¹³ Pesquisador da Guyra Paraguai; Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Conacyt).

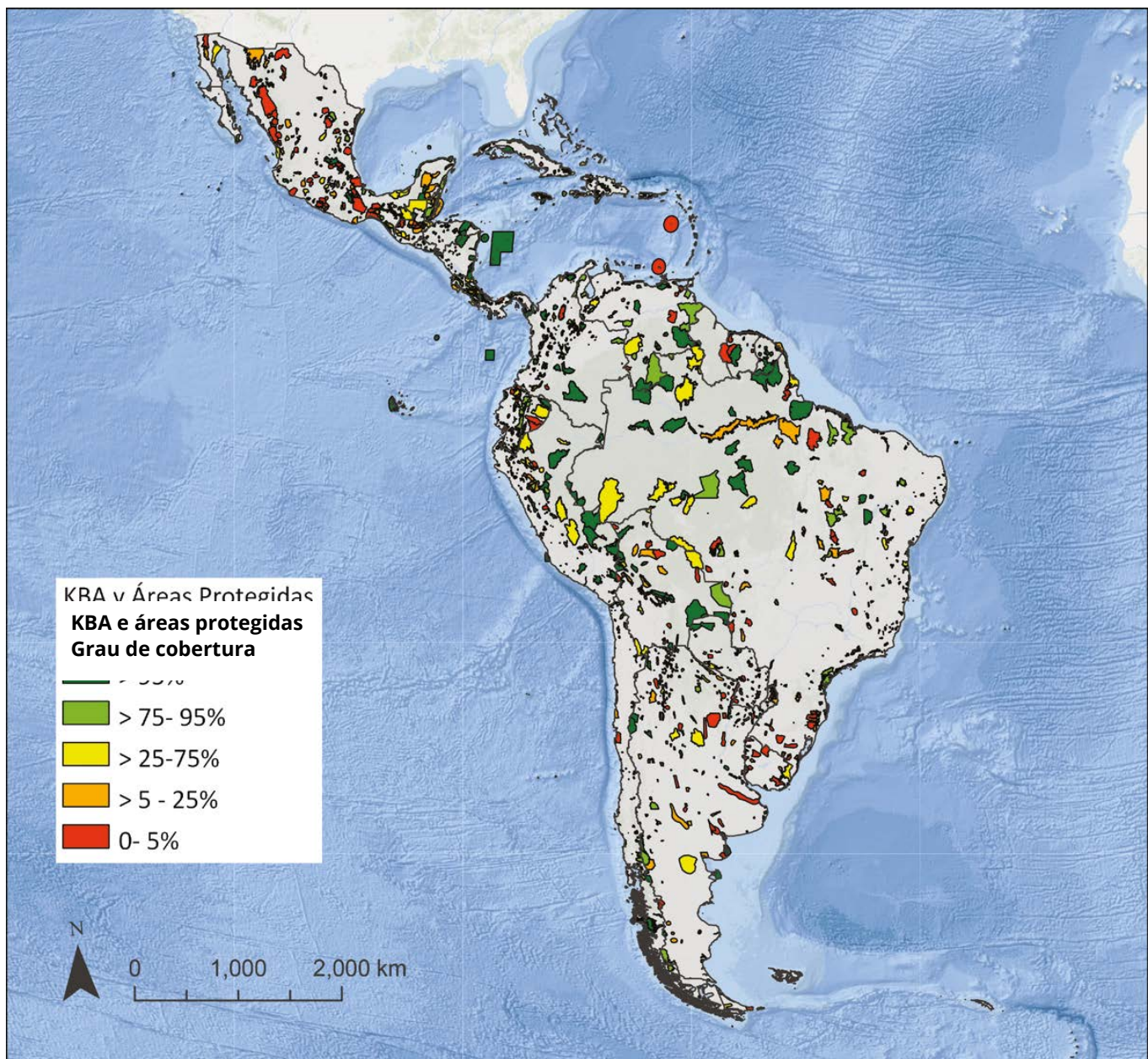
¹⁴ Pouco mais de 5,8 milhões de km² da superfície coberta por KBAs corresponde a áreas marinhas; e 14,8 milhões de km² correspondem a ambientes terrestres e de água doce. Na região, vêm surgindo esforços recentes para identificar KBAs em ambientes marinhos, especialmente no Cone Sul.

TABELA 3.2 - SUPERFÍCIE DAS KBAS PROTEGIDAS POR REGIÃO

% DE PROTEÇÃO DAS KBAS	MESOAMÉRICA		CARIBE		AMÉRICA DO SUL		TOTAL	
	Área das KBAs	Área protegida	Área das KBAs	Área protegida	Área das KBAs	Área protegida	Área das KBAs	Área protegida
>95% / Totalmente protegidas	102.970	101.991	25.831	25.715	887.678	879.943	1.016.479	1.007.649
75%-95% / Majoritariamente protegidas	52.690	45.106	9.918	8.145	385.584	339.370	448.192	392.621
25%-75% / Parcialmente protegidas	140.431	74.059	10.263	5.517	552.420	275.139	703.114	354.715
5%-25% / Minimamente protegidas	116.586	16.153	2.472	313	259.602	34.809	378.660	51.275
0-5% / Não protegidas	203.093	2.602	16.837	99	452.710	3.154	672.640	5.855
Total	615.770	239.911	65.321	39.789	2.537.994	1.532.415	3.219.085	1.812.115

Fonte: BirdLife International (2020); Unep-WCMC e UICN (2020).

FIGURA 3.1 - KBAS E GRAU DE PROTEÇÃO NA ALC



Fonte: Adaptado de BirdLife International (2020); Unep-WCMC e UICN (2020).



**O RIO NEGRO,
A FRONTEIRA
ENTRE O
PARAGUAI E A
BOLÍVIA, TEM
KBAs EM AMBOS
OS LADOS.**

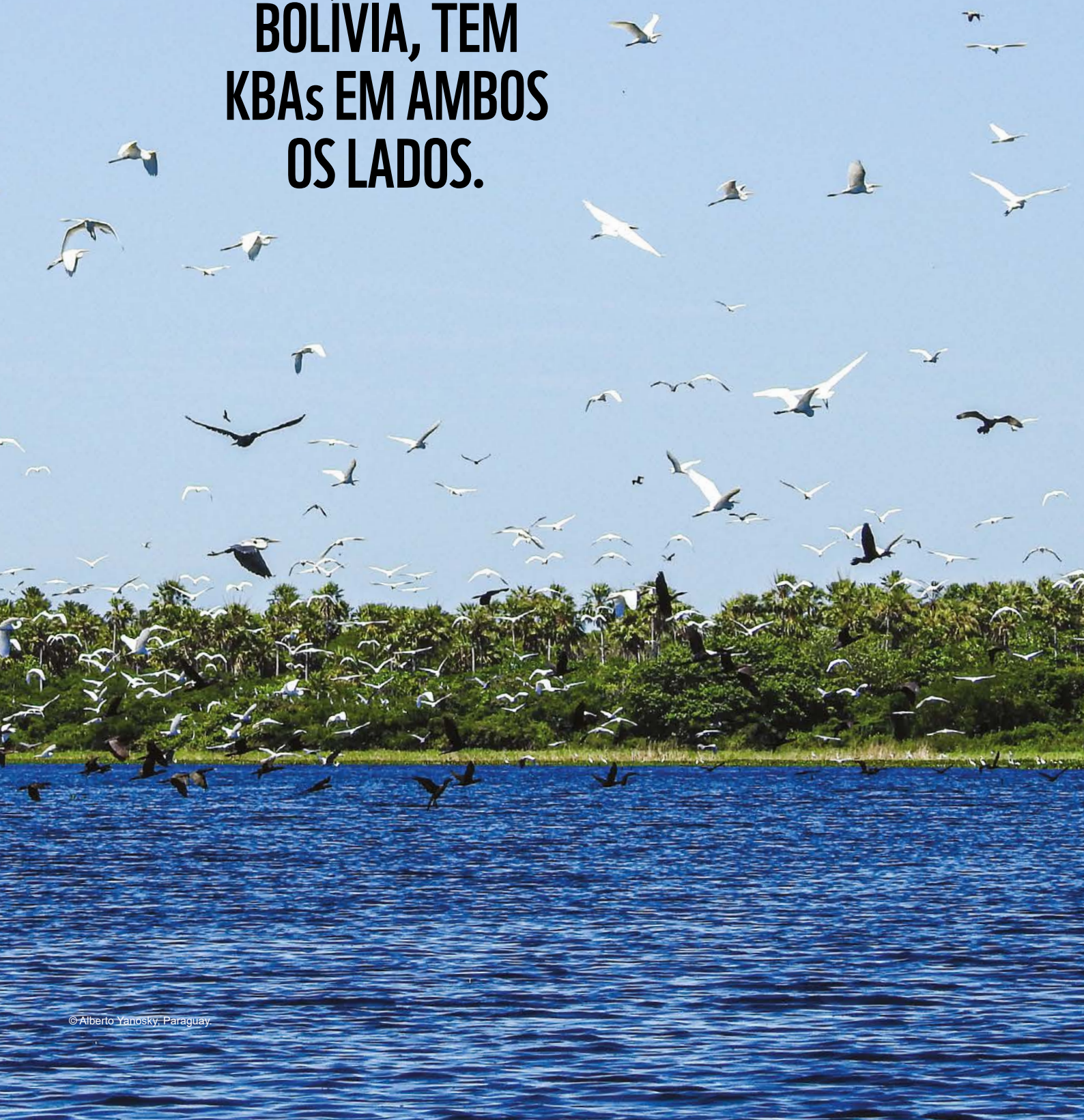
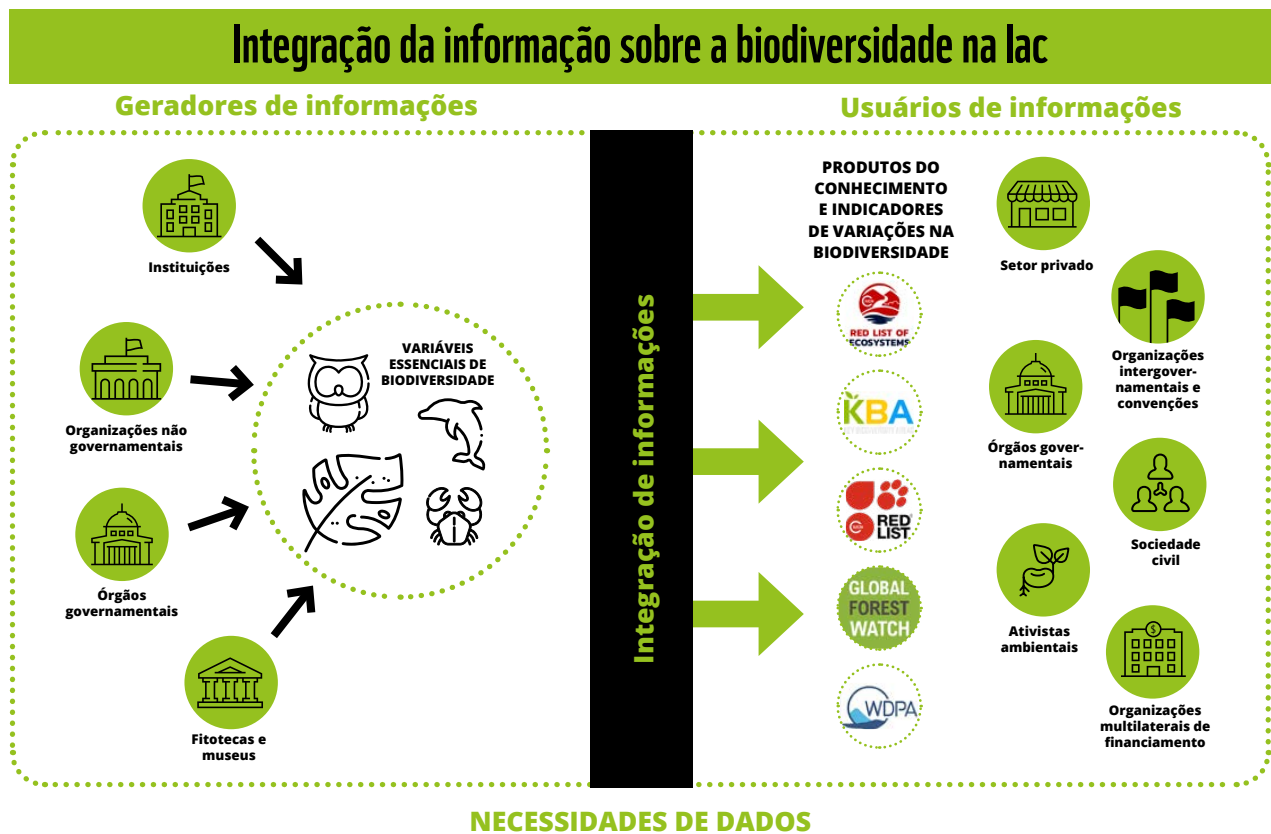


FIGURA 3.2 - INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE BIODIVERSIDADE NA ALC*



Adaptada de: Fernández et al., Tropical Andes Biodiversity Observatory

Observação: O processo de integração de dados sobre biodiversidade e sua aplicação na ALC envolve etapas importantes vinculadas à complexidade das informações, à medida que avança a geração de dados para embasar processos decisórios. A figura 3.2 indica, à esquerda, os agentes responsáveis pela geração e coleta de dados de biodiversidade (GNCs¹⁵ de KBAs). Ao centro, encontram-se os diversos atores que usam dados brutos e os integram a produtos de conhecimento e a indicadores de variação da biodiversidade (no âmbito das KBAs, eles são representados pelos pontos focais regionais, pelos grupos técnicos e pelo Fórum Consultivo). À direita, estão os vários usuários das informações, ou seja, o setor privado e as convenções, acordos e fóruns multilaterais internacionais ratificados pelos países (por exemplo, CDB ou Ipbes), além de seus diversos mecanismos de implementação. Mais à direita, encontram-se a sociedade civil e os mecanismos e infraestruturas nacionais de financiamento do desenvolvimento bilateral e multilateral.

QUADRO 3.1 – O Paraguai planeja incorporar KBAs em seu marco normativo

A Direção-Geral de Proteção e Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Mades) do Paraguai, por meio de justificativa técnica, buscará estabelecer planos e ações para incorporar KBAs à legislação nacional por meio de resolução ministerial. O objetivo é que as áreas-chave para a conservação do patrimônio natural do Paraguai sejam reconhecidas como zonas especiais do território nacional, e que seus riscos, impactos e medidas de mitigação ou compensação sejam fortalecidos no marco jurídico complementar (por exemplo, Avaliação de Impactos Ambientais ou Regime de Serviços Ambientais). Para tal, o Mades está elaborando uma declaração, em colaboração com a sociedade civil e a Comunidade Regional das KBAs para as Américas, que visa a incorporar ações ao marco normativo ambiental do Paraguai e permitir que tais ações também sejam integradas às intervenções de outros órgãos do governo paraguaio que afetem os recursos naturais do país.

A incorporação das KBAs ao marco normativo fará com que elas sejam reconhecidas como locais especiais, cuja biodiversidade e natureza gozem de proteção prioritária. Além disso, incentivaria a integração das KBAs à visão de desenvolvimento socioambiental do território paraguaio. Tal incorporação será acompanhada pela criação e fortalecimento do Grupo Nacional de Coordenação, uma entidade que será altamente participativa e inclusiva e que buscará um consenso para avaliar os avanços realizados em zonas importantes para a biodiversidade, tais como as áreas protegidas, as áreas de importância para as aves e todas aquelas que abrigam a biodiversidade. Alguns desses locais são reconhecidos no marco jurídico e outros não, mas pesquisas de caráter técnico-científico têm contribuído para que façam parte do nosso conhecimento.

Não há fronteiras políticas para a natureza

O Rio Negro, a fronteira entre o Paraguai e a Bolívia, tem KBAs em ambos os lados.

¹⁵ GNC: grupos nacionais de coordenação. Organizações e especialistas locais que coordenam a identificação de KBAs e garantem sua aceitação e apropriação como elementos essenciais para a proteção e salvaguarda desses locais. Os GNCs reúnem as partes interessadas e gerenciam as informações em um processo participativo e inclusivo, de baixo para cima.

4. Representatividade

MAYRA MILKOVIC¹⁶

Quão diverso é o que estamos protegendo?

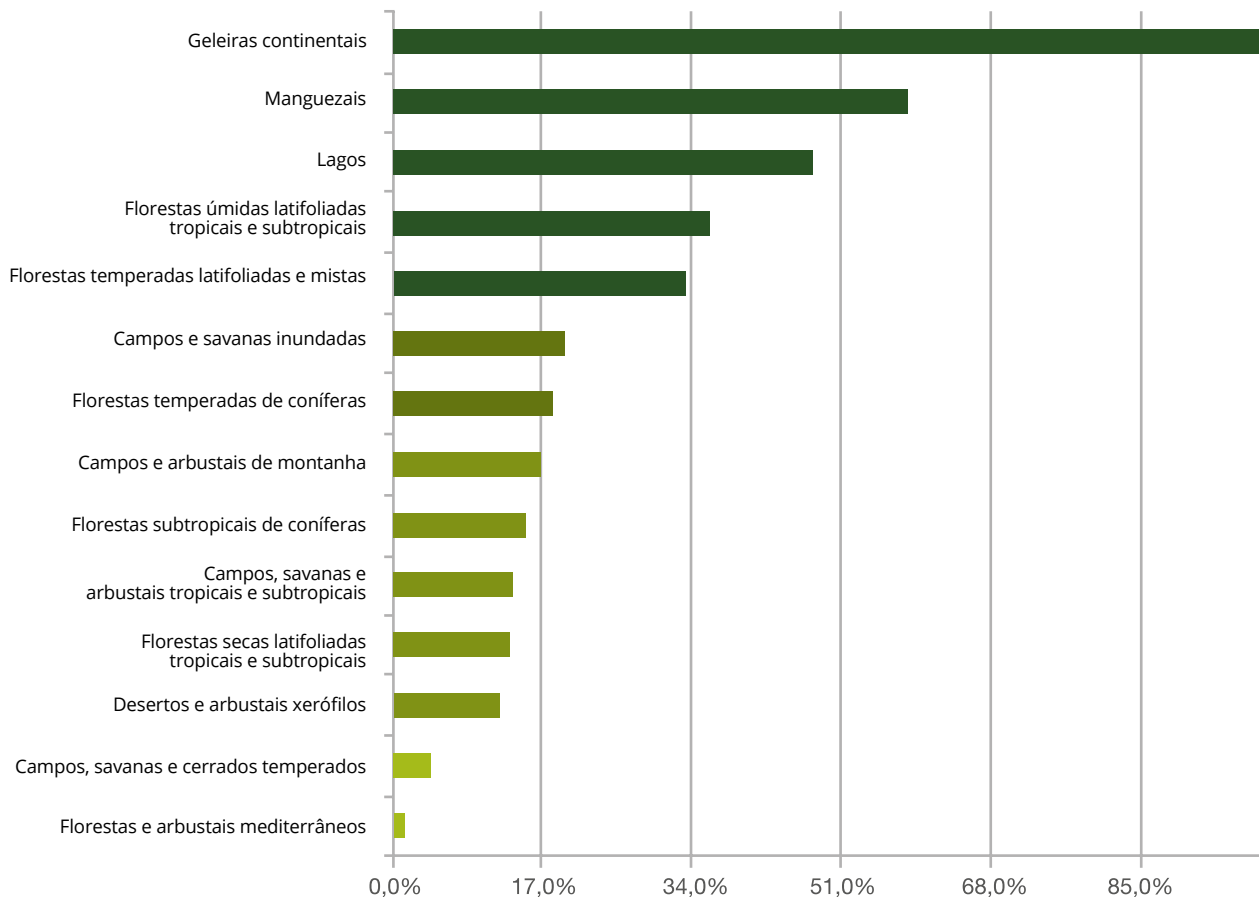
Conforme apresentado no capítulo 2, a região protege um total de 9.154 áreas terrestres, costeiras e marinhas, cobrindo 4.935.906 km² de superfície continental e 3.952.075 km² de superfície marinha [figuras 2.1 e 2.2]. Isso cumpre e excede os percentuais definidos na Meta 11 de Aichi. Além da área de cobertura, a Meta 11 de Aichi propõe que a proteção seja representativa da diversidade ecológica local. Nesse sentido, foi realizada uma análise com diferentes níveis de detalhamento espacial para entender a representatividade do que está sendo protegido. Em nível global, os biomas permitem a diferenciação de grandes unidades de sistemas ecológicos, ao passo que, em nível continental, as ecorregiões permitem que a diversidade das unidades ecológicas seja compreendida em mais detalhes. Nesse sentido, em relação ao primeiro caso, apenas metade dos biomas presentes na ALC alcançam ou superam 17% de proteção. Alguns biomas, como as florestas e arbustais mediterrâneos e os campos e savanas temperadas,

estão particularmente sub-representados na região [figura 4.1].

Uma análise mais detalhada demonstra que a ALC abriga 24% das ecorregiões terrestres e 19% das ecorregiões marinhas do mundo*. Metade das ecorregiões terrestres tem pelo menos 17% de sua superfície coberta por áreas protegidas [figura 4.2], e um terço das ecorregiões marinhas cumprem a meta de 10% de proteção [figura 4.3].

Das 194 ecorregiões terrestres^{xi} da região, 63 têm menos de 10% de sua superfície coberta por áreas protegidas, e 32, menos de 5%. Algumas ecorregiões, como El Espinal, o Deserto do Atacama e o Matorral chileno, têm menos de 2% de sua superfície protegida. Em contraste, 62 ecorregiões terrestres têm mais de 50% de sua cobertura em áreas protegidas. Esse é o caso das Ilhas Galápagos (81%); do arquipélago de Fernando de Noronha (81%); das florestas úmidas do Tapajós-Xingu (59%) e Uatuma-Trombetas (55%); das florestas úmidas de altitude da ecorregião Guaiana (58%); e do páramo de Santa Marta (80%) [figura 4.2]. Das

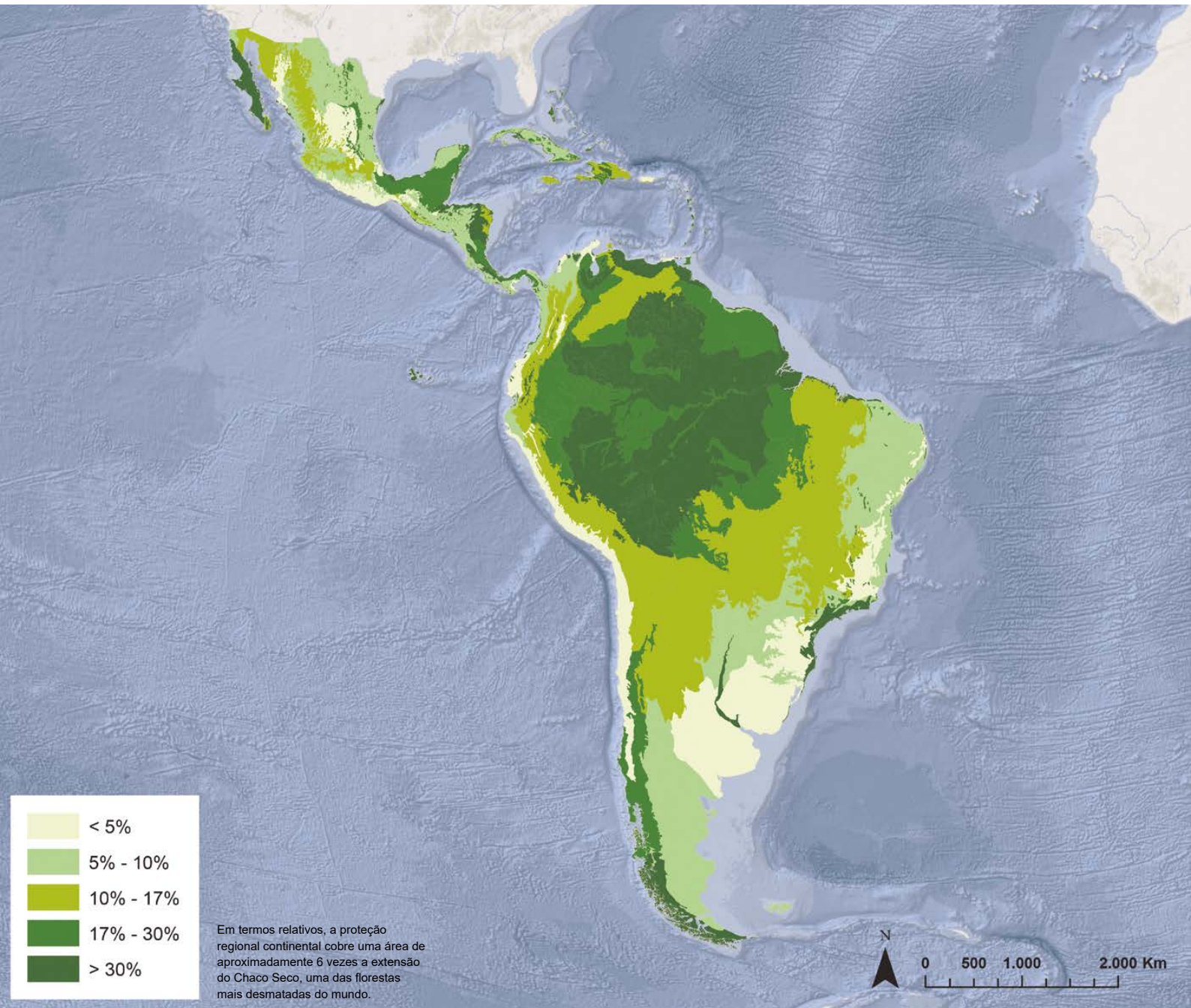
FIGURA 4.1 - PORCENTAGEM DE PROTEÇÃO DOS 14 BIOMAS TERRESTRES PRESENTES NA REGIÃO ANALISADA



Fonte: Olson et al. (2001); Unep-WCMC e UICN (2020).

¹⁶ Fundação Vida Silvestre Argentina; especialista em Gestão de Informações Socioambientais; membro da Comissão de Gestão de Ecossistemas (CEM) e da CMAP.

FIGURA 4.2 - PORCENTAGEM DE ÁREAS PROTEGIDAS NAS ECORREGIÕES TERRESTRES DA ALC



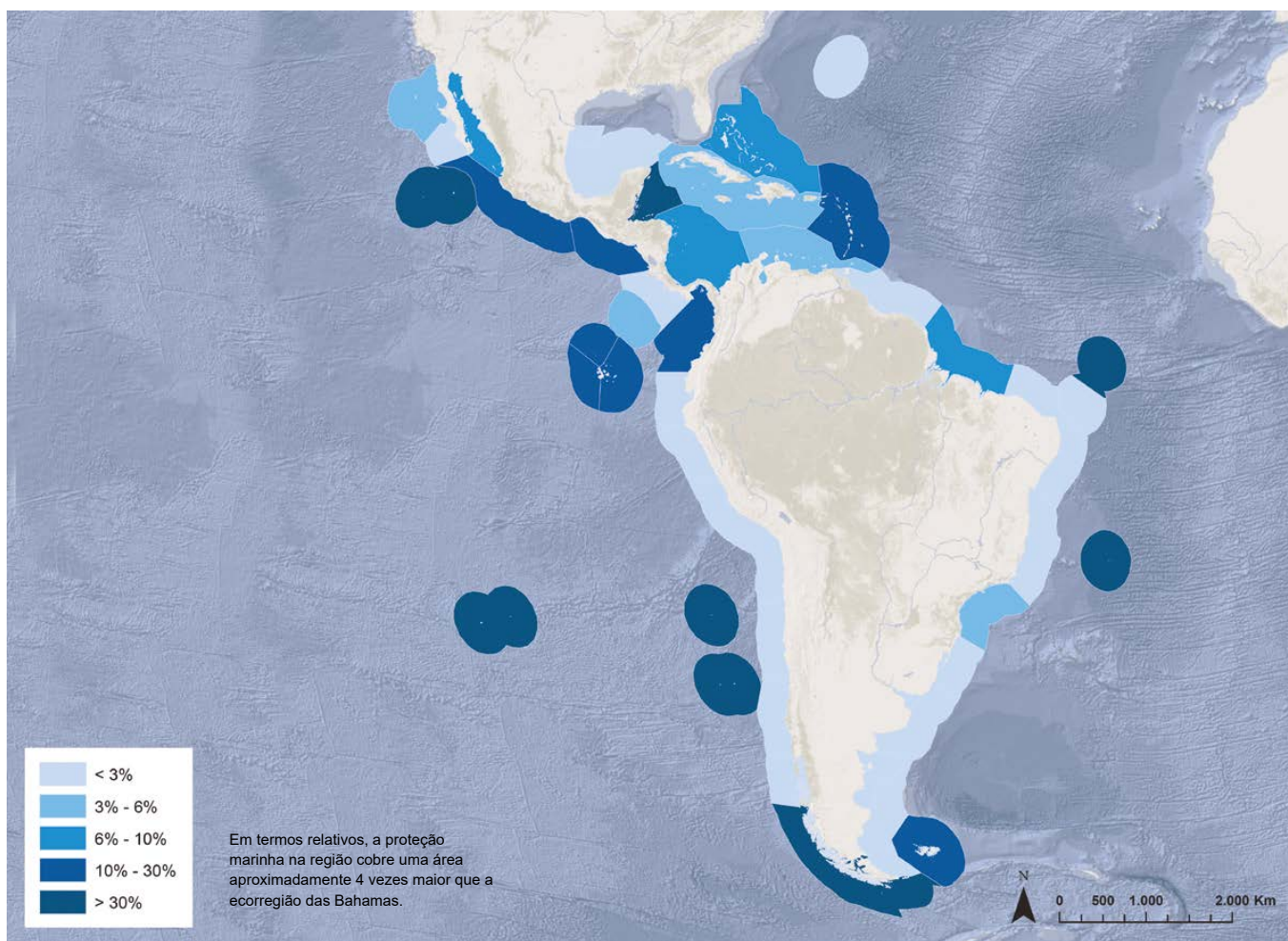
Fonte: Olson et al. (2001); Unep-WCMC e UICN (2020).

45 ecorregiões marinhas da região, 29 têm menos de 10% de sua superfície coberta por áreas protegidas, e 20, menos de 3%. Algumas ecorregiões – como a Plataforma Patagônica, a região central do Peru e a região de Chiloense – têm menos de 1% de sua área protegida. Em contraste, 8 ecorregiões marinhas têm mais de 30% de sua cobertura em áreas protegidas, tais como o Pacífico Tropical Mexicano (29%) e o Arquipélago Revillagigedo (51%) no México; os canais e fiordes do sul do Chile (33%); a Ilha de Páscoa (100%); e as Ilhas Juan Fernández e Desventuradas (58%), em território chileno [figura 4.3].

Como região, a ALC realizou grandes esforços para cumprir os objetivos do componente de cobertura da Meta 11 de Aichi.

No entanto, a proteção não é representativa em termos de biodiversidade ecológica, em diferentes escalas de análise. Sugere-se avaliar a representatividade da região protegida na ALC em termos do *status* de proteção das espécies e de endemismos regionais. Isso forneceria informações úteis para identificar as principais áreas de expansão. As dificuldades relacionadas à expansão da cobertura no âmbito da agenda pós-2020 demandarão atenção especial à proteção das ecorregiões terrestres e marinhas que não tiverem alcançado seus objetivos. Nesse sentido, para promover uma expansão mais representativa do sistema de proteção regional, a ALC conta com análises territoriais integrativas (como as áreas prioritárias de conservação, conhecidas como áreas-chave de

FIGURA 4.3 - PORCENTAGEM DE ÁREAS PROTEGIDAS NAS ECORREGIÕES MARINHAS DA ALC



Fonte: Spalding et al. (2007) ; Unep-WCMC e UICN (2020).



biodiversidade, ou KBA, na sigla em inglês [capítulo 3]; modelos de conectividade [capítulo 7]; e a integração a paisagens mais amplas [capítulo 8]) e com outros critérios, como o reconhecimento da contribuição das áreas privadas e voluntárias [capítulo 10], outras medidas efetivas de conservação [capítulo 11] e áreas protegidas locais [capítulo 12].

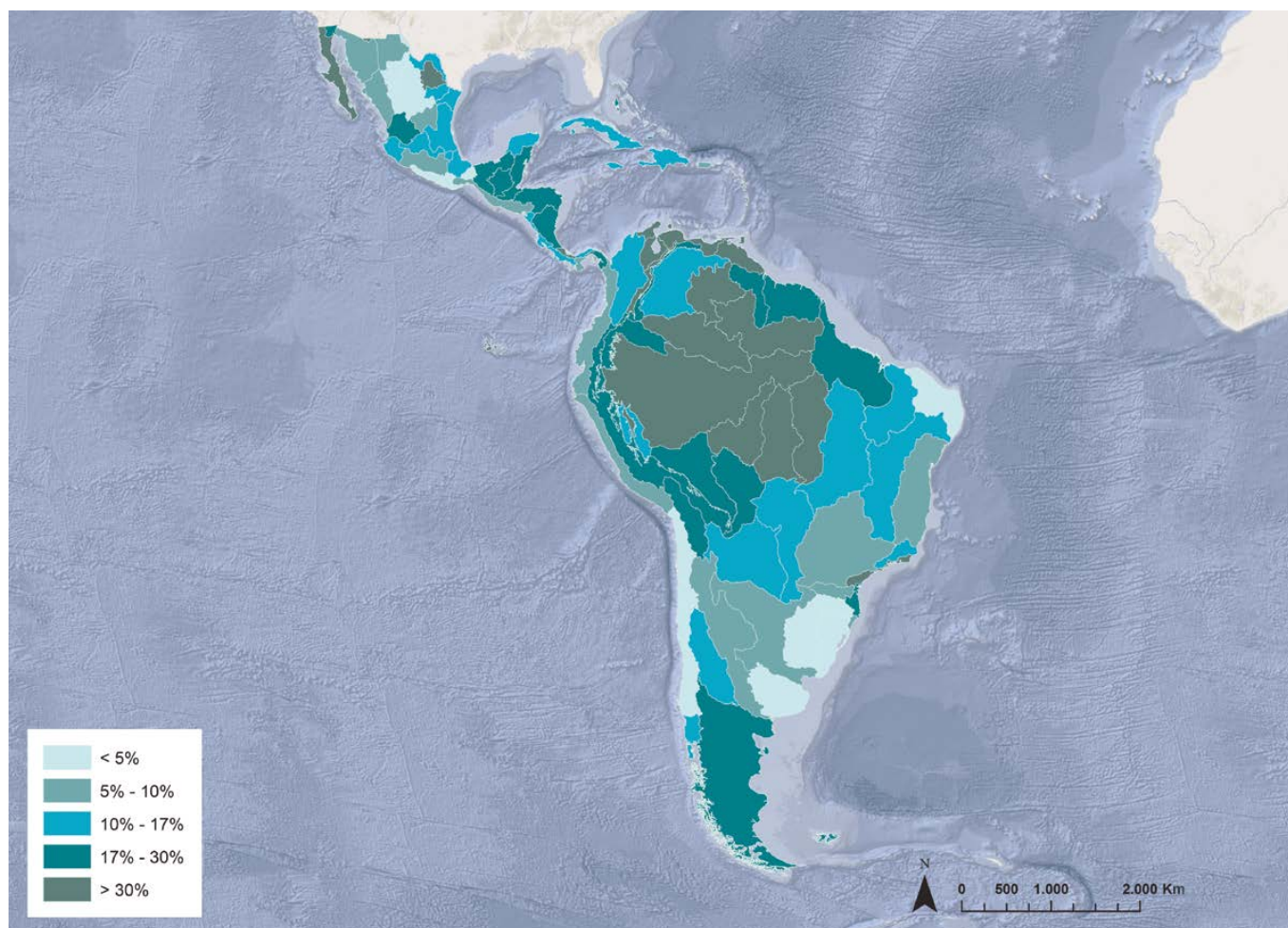
QUADRO 4.1 - Em qual medida o sistema de áreas protegidas protege as ecorregiões de água doce da região?

Quatro dos dez países do mundo com a maior superfície de áreas úmidas fazem parte da ALC: Brasil, Argentina, Colômbia e Venezuela, que cobrem uma área total de 1.156.272 km². Essas áreas úmidas cumprem funções ecológicas de grande importância, como a regulação hídrica contra enchentes; o fornecimento de água para a vida humana e a agricultura; e a proteção de costas, pântanos

e rios, entre outras. Segundo a Convenção de Ramsar, o tratado internacional para a proteção e conservação de áreas úmidas, estima-se que 35% das áreas úmidas do mundo tenham se perdido nas últimas décadas. As áreas úmidas não contemplam apenas sistemas de água doce, e estimar o grau de proteção dessas unidades ecológicas permitiria uma abordagem mais abrangente de sua representatividade. Segundo a Meta 11 de Aichi, 17% dessas áreas são passíveis de proteção em nível continental; e a proposta de expansão para o período pós-2020 é de 30%.

Das 96 ecorregiões de água doce da região, 29 têm menos de 10% de sua superfície coberta por áreas protegidas, e 13, menos de 5%. Algumas ecorregiões, como Bermudas, Rio Conchos e a área do alto Rio Grande, têm menos de 1% de sua área protegida. Em contraste, 43 ecorregiões de água doce têm mais de 17% de sua cobertura em áreas protegidas; é o caso de Rio Negro (53%), Xingu (48%), Altos Andes do Orinoco (35%) e Rio Salado (30%) [figura 4.4].

FIGURA 4.4 - PORCENTAGEM DE ÁREA PROTEGIDA NAS ECORREGIÕES DE ÁGUA DOCE DA ALC



Fonte: Abell et al. (2008); Unep-WCMC e UICN (2020).



© Marcelo Cora, Argentina

5. Avaliação da efetividade da gestão de áreas protegidas na América Latina e no Caribe

IGNACIO J. MARCH MIFSUT¹⁷

PAULA BUENO MARTÍNEZ¹⁸

ANDREA BARRERO RAMÍREZ¹⁹

A gestão de áreas protegidas visa a assegurar o cumprimento efetivo de seu objetivo ou finalidade, ou seja, garantir a conservação no curto, médio e longo prazos dos ecossistemas funcionais, com integridade na composição das espécies biológicas e com populações viáveis. Para esta análise, as avaliações da efetividade da gestão permitem determinar “como está sendo administrada uma área protegida e, principalmente, em que medida ela está protegendo valores e alcançando suas metas e objetivos”. A medição da efetividade da gestão é, sem dúvida, um dos aspectos mais relevantes para aprimorar o gerenciamento dos sistemas nacionais de áreas protegidas, com uma visão que englobe aspectos que vão além da gestão em si, tais como a articulação intersetorial e a possibilidade de influenciar políticas públicas. Além disso, é um componente-chave do marco de indicadores e decisões pós-2020, uma vez que já se provou que não é suficiente aumentar o número e a extensão das áreas protegidas.

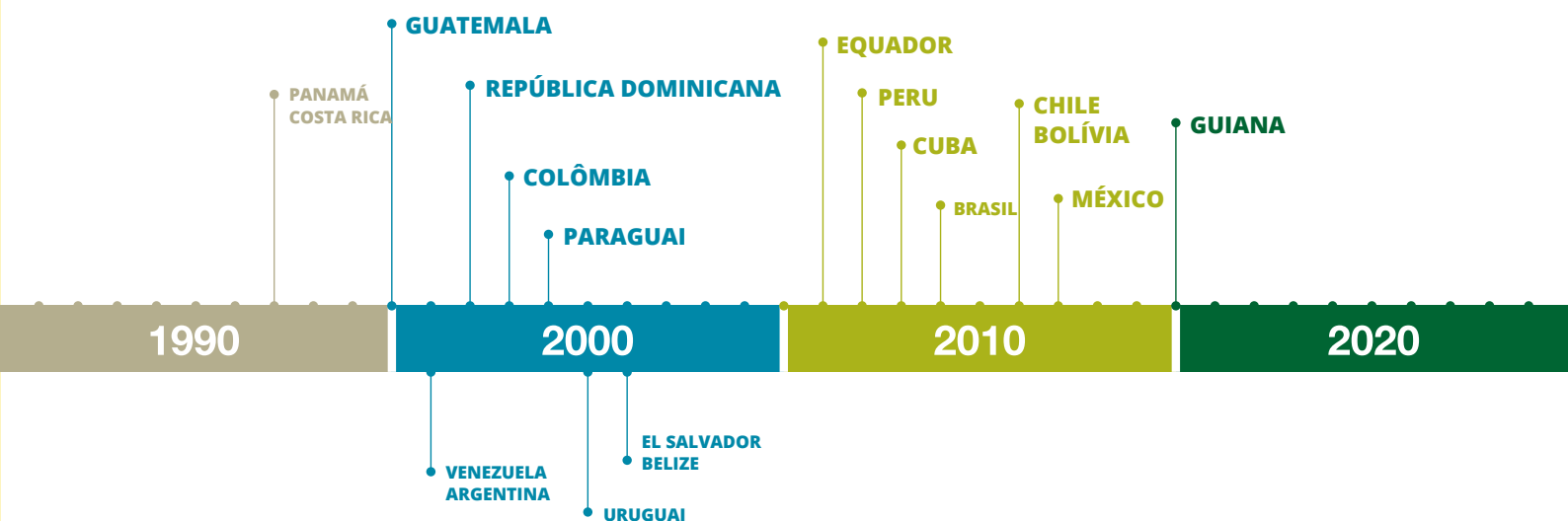
A medição periódica e sistemática da efetividade da gestão é uma das maneiras mais importantes para se demonstrar que (i) se houver disponibilidade de recursos humanos e financeiros, a biodiversidade será conservada; e (ii) as

atividades de gestão são eficazes e apropriadas em um contexto dinâmico de mudança global.

Para a elaboração deste capítulo, foram coletadas informações atualizadas dos países da região sobre a efetividade da gestão de suas áreas protegidas, por meio de dois recursos: a distribuição de um questionário específico e pesquisas detalhadas em relatórios e outras publicações. Essas ações revelaram que, dos 51 países ou territórios que compõem a região, pelo menos 21 realizaram esse tipo de avaliação do sistema nacional de áreas protegidas que administram, com métodos documentados e sistemáticos; os demais países realizaram avaliações de suas áreas protegidas individualmente, avaliaram partes do sistema nacional, ou estão prestes a implementar um sistema nacional de avaliação (para mais informações, ver anexo 5.1).

Vale destacar que, em nível global, é possível usar o Banco de Dados Global sobre a Efetividade da Gestão de Áreas Protegidas (GD-Pame, na sigla em inglês), uma ferramenta gerida pelo Unep-WCMC que está à disposição dos países para auxiliar na elaboração de relatórios, bem como na medição e comparação do cumprimento das metas relacionadas à gestão efetiva de áreas protegidas. Os países da ALC têm envidado esforços para

FIGURA 5.1 - CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DE SISTEMAS NACIONAIS DE AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NOS PAÍSES DA ALC



¹⁷ Diretor de Avaliação e Acompanhamento da Conanp – México.

¹⁸ WWF-Colômbia; assessora de Políticas e Governança de Áreas Protegidas e Oceanos; Coordenação Regional da CMAP-UICN.

¹⁹ Parques Naturais Nacionais da Colômbia, ponto focal do grupo de trabalho de Efetividade da Gestão da RedParques; membro da CMAP-UICN.

²⁰ Avaliação Rápida e Priorização da Gestão em Áreas Silvestres Protegidas da Ecorregião Valdiviana (Rappam). Mais informações estão disponíveis em <https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/finalrappamspanishsmall.pdf>.

PAÍS	ARGENTINA	BAHAMAS	BELIZE
Nome da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	Ferramenta de Medição da Efetividade da Gestão (MEG)	Avaliação da Efetividade da Gestão	NPAPSP – Ferramenta de Efetividade da Gestão
Instituição responsável	Administração de Parques Nacionais Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável		Ministério da Silvicultura, Pesca e Desenvolvimento Sustentável
Publicações da metodologia e resultados de efetividade disponíveis na internet			
Ano da primeira aplicação	2011	2007	2006
Ano da última aplicação		2014	2009
Número de áreas protegidas avaliadas			57
Indicadores da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	8 indicadores 24 variáveis		
Número de categorias de efetividade ou níveis situacionais	4		
Categorias de efetividade	Adequada Média Insuficiente Nula		
Outros mecanismos de avaliação usados	Ferramenta de Rastreamento da Efetividade da Gestão (Mett)	Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Áreas Protegidas (Rappam) Ferramenta de Rastreamento da Efetividade da Gestão (Mett)	

PAÍS	BOLÍVIA	BRASIL
Nome da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	Ferramenta de Status e Efetividade da Gestão de Áreas Protegidas Nacionais da Bolívia.	Sistema de Análisis y Monitoreo de la Gestión (SAMGe)
Instituição responsável	Serviço Nacional de Áreas Protegidas Ministério do Meio Ambiente e da Água	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Entidades ambientais estaduais e municipais
Publicações da metodologia e resultados de efetividade disponíveis na internet	https://observatoriocdbolivia.files.wordpress.com/2017/09/1705_informe_final_egem.pdf	http://samge.icmbio.gov.br/
Ano da primeira aplicação	2017	2015
Ano da última aplicação	2017	2019
Número de áreas protegidas avaliadas	22	509
Indicadores da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	6 domínios	6 elementos (insumos, processo, governança, planejamento, resultados e contexto)
Número de categorias de efetividade ou níveis situacionais	6	5
Categorias de efetividade		<ol style="list-style-type: none"> 1. Altamente efetiva (entre 80% e 100% de efetividade) 2. Efetiva (entre 60% e 80%) 3. Efetividade moderada (entre 40% e 60%) 4. Pouca efetividade (entre 20% e 40%) 5. Inefetiva (entre 0% e 20%)
Outros mecanismos de avaliação usados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Condições ótimas de gestão 2. Condições positivas de gestão 3. Condições de gestão mínimas, porém adequadas 4. Condições abaixo do limite mínimo 5. Condições deficientes de gestão 6. Condições críticas de gestão 	Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Áreas Protegidas (Rappam): 71 áreas protegidas avaliadas em 3 anos (2005, 2010 e 2015) Ferramenta de Rastreamento da Efetividade da Gestão (Mett): para as áreas protegidas apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)

PAÍS	CHILE	COLÔMBIA
Nome da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	Índice de variação da efetividade no cumprimento dos objetivos legais do Snaspe.	Análise da Efetividade da Gestão de Áreas Protegidas com Participação Social (Aemapps)
Instituição responsável	Gestão de Áreas Silvestres Protegidas (Conaf)	Parques Nacionales Naturales de Colombia (2020)
Publicações da metodologia e resultados de efetividade disponíveis na internet	https://parques.mma.gob.cl/login	
Ano da primeira aplicação	2017	2003
Ano da última aplicação	2019	2019
Número de áreas protegidas avaliadas	107	59
Indicadores da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	3 objetivos 27 criterios 41 indicadores	7 índices 11 indicadores 37 variáveis
Número de categorias de efetividade ou níveis situacionais		5
Categorias de efetividade		Para cada variável da análise, são considerados os níveis situacionais, que se encontram em uma escala de 1 a 5, em que 1-2 se referem a um nível baixo; 3, a um nível médio; e 4-5, a um nível elevado.
Outros mecanismos de avaliação usados	Ferramenta de Rastreamento da Efetividade da Gestão (Mett)	Ferramenta de Rastreamento da Efetividade da Gestão (Mett) e outras 17 ferramentas de efetividade

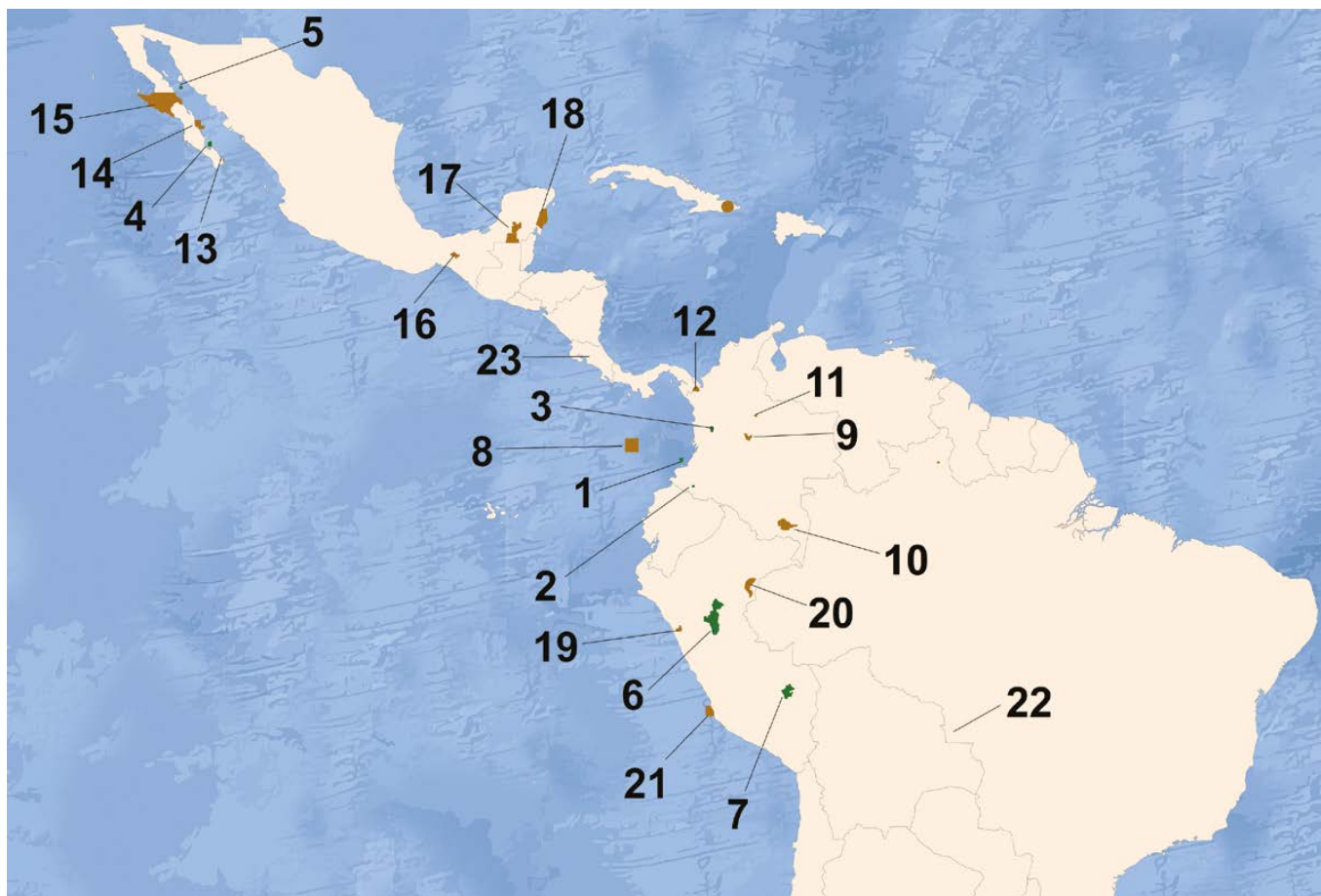
PAÍS	COSTA RICA	CUBA	EQUADOR
Nome da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	Ferramenta para a Avaliação da Efetividade da Gestão das Áreas Silvestres Protegidas da Costa Rica	Monitoramento da Efetividade da Gestão em Áreas Protegidas	Guia para Avaliação da Efetividade da Gestão de Áreas Naturais do Estado
Instituição responsável	Sistema Nacional de Áreas de Conservação	Centro Nacional de Áreas Protegidas	Ministério do Meio Ambiente e da Água
Publicações da metodologia e resultados de efetividade disponíveis na internet	http://www.sinac.go.cr/ES/docu/Paginas/asps.aspx		https://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/Gu%C3%ADa-Metodol%C3%B3gica-Evaluaci%C3%B3n-de-Efectividad-de-Manejo-del-Patrimonio-de-%C3%81reas-PG.pdf
Ano da primeira aplicação	1997	2014	2012
Ano da última aplicação	2015	2019	2018
Número de áreas protegidas avaliadas	65	16	
Indicadores da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	3 domínios 19 indicadores	4 domínios 43 indicadores	44 indicadores
Número de categorias de efetividade ou níveis situacionais	5	5	4
Categorias de efetividade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Satisfatória (90% - 100%) 2. Muito boa (75% - 90%) 3. Aceitável (60% - 75%) 4. Pouco aceitável (50% - 60%) 5. Inaceitável (0 - 50%) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Muito satisfatória (91%-100%) 2. Satisfatória (76%-90%) 3. Moderadamente satisfatória (51%-75%) 4. Pouco satisfatória (36%-50%) 5. Insatisfatória (<35%) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Muito satisfatória (76% - 100%) 2. Satisfatória (51% - 75%) 3. Pouco satisfatória (26% - 50%) 4. Insatisfatória (<25%)
Outros mecanismos de avaliação usados		Indigap	

PAÍS	EL SALVADOR	GUATEMALA
Nome da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	Manual de Aplicação da Estratégia de Monitoramento da Eficiência da Gestão de Áreas Naturais Protegidas de El Salvador	Sistema de Monitoramento da Gestão de Áreas Protegidas do Sigap (SMM-Sigap)
Instituição responsável	Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais	Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Áreas Protegidas (Seconap)
Publicações da metodologia e resultados de efetividade disponíveis na internet		https://www.researchgate.net/publication/322926628_Informe_de_efectividad_de_manejo_de_las_areas_protegidas_del_Sistema_Guatemalteco_de_Areas_Protegidas_-SIGAP-_2009-2012_Management_effectiveness_of_protected_areas_from_Guatemalas_protected_area_netwo
Ano da primeira aplicação	2006	2000
Ano da última aplicação	2017	2012
Número de áreas protegidas avaliadas	30	77
Indicadores da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	5 domínios 45 indicadores	
Número de categorias de efetividade ou níveis situacionais		5 domínios de avaliação (administrativo; econômico-financeiro; político-legal; de recursos naturais e culturais; e social) 18 critérios 48 indicadores
Categorias de efetividade		
Outros mecanismos de avaliação usados		

PAÍS	HONDURAS	MÉXICO
Nome da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	Monitoramento da Efetividade da Gestão (MEM) Cogestão do Sistema Nacional de Áreas Protegidas e Vida Silvestre (Sinaph) – versão 2013	i-efectividad: Sistema Permanente de Evaluación de la Efetividad de la Gestión de Áreas Naturales Protegidas
Instituição responsável	Departamento de Áreas Protegidas (DAP) do Instituto Nacional de Conservación e Desenvolvimento Florestal Áreas Protegidas e Vida Silvestre (ICF)	Comissão Nacional de Áreas Naturales Protegidas (Conanp)
Publicações da metodologia e resultados de efetividade disponíveis na internet	https://www.researchgate.net/publication/316917688_Manual_para_la_aplicacion_del_Monitoreo_de_la_Efetividad_de_Manejo_y_Co-manejo_del_Sistema_Nacional_de_Areas_Protegidas_y_Vida_Silvestre_de_Honduras_SINAPH_21_indicadores	https://simec.conanp.gob.mx/efectividad.php
Ano da primeira aplicação	2000	2018
Ano da última aplicação	2013	2020
Número de áreas protegidas avaliadas	11	123
Indicadores da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	4 domínios 21 indicadores	5 componentes (contexto e planejamento; administrativo e financeiro; usos e benefícios; governança e participação social; gestão) 48 indicadores
Número de categorias de efetividade ou níveis situacionais	4	4
Categorias de efetividade	1. Satisfatória (>90%) 2. Aceitável (75% - 90%) 3. Pouco aceitável (50% - 75%) 4. Inaceitável (<50%)	1. Índice de efetividade excelente 2. Índice de gestão altamente efetiva 3. Índice de gestão parcialmente efetiva 4. Índice de gestão inefetiva
Outros mecanismos de avaliação usados		Rappam Mett ScoreCards

PAÍS	NICARÁGUA	PANAMÁ
Nome da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	Programa de Monitoramento da Efetividade da Gestão de Áreas Protegidas do Sinap	Programa de Monitoramento da Efetividade da Gestão de Áreas Protegidas do Sinap
Instituição responsável	Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Marena)	Departamento de Gestão de Áreas Protegidas, Ministério do Meio Ambiente
Publicações da metodologia e resultados de efetividade disponíveis na internet	http://bio-nica.info/biblioteca/Corrales2001.pdf	https://www.researchgate.net/publication/326518604_Guia_para_el_monitoreo_y_la_evaluacion_de_la_gestion_de_las_areas_protegidas_del_SINAP_Panama
Ano da primeira aplicação	2000	1997
Ano da última aplicação		2015
Número de áreas protegidas avaliadas		
Indicadores da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	5 domínios 33 indicadores	5 domínios 33 indicadores
Número de categorias de efetividade ou níveis situacionais	5	5
Categorias de efetividade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Satisfatória 2. Aceitável 3. Regular 4. Pouco aceitável 5. Inaceitável 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Satisfatória (>91%) 2. Aceitável (75% - 90%) 3. Regular (50% - 75%) 4. Pouco aceitável (26% - 50%) 5. Inaceitável (0 - 25%)
Outros mecanismos de avaliação usados		

FIGURA 5.2 - STATUS DO PROGRAMA LISTA VERDE DA ALC



País	Áreas incorporadas à Lista Verde	Áreas com candidatura registrada
Colômbia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parque Nacional Natural Gorgona 2. Santuário de Flora e Fauna de Galeras 3. Parque Nacional Natural Tatamá 8. Santuário de Flora e Fauna Malpelo 9. Parque Nacional Natural Chingaza 	<ol style="list-style-type: none"> 10. Parque Nacional Natural Cahuinari 11. Santuário de Flora e Fauna Guanentá 12. Parque Nacional Natural Los Katíos
México	<ol style="list-style-type: none"> 4. Parque Nacional da Zona Marinha do Arquipélago de Espírito Santo 5. Reserva da Biosfera da Ilha San Pedro Mártir 	<ol style="list-style-type: none"> 13. Parque Nacional Cabo Pulmo 14. Parque Nacional Bahía de Loreto 15. Reserva da Biosfera El Vizcaíno 16. Reserva da Biosfera Selva El Ocote 17. Reserva da Biosfera Calakmul 18. Complexo de Áreas Protegidas de Sian Ka'an
Peru	<ol style="list-style-type: none"> 6. Parque Nacional Cordillera Azul 7. Reserva Comunal Amarakaeri 	<ol style="list-style-type: none"> 19. Santuário Nacional Calipuy 20. Reserva Nacional Matsés 21. Reserva Nacional de Paracas
Brasil		<ol style="list-style-type: none"> 22. Reserva Particular do Patrimônio Natural Sesc Pantanal
Costa Rica		<ol style="list-style-type: none"> 23. Reserva Biológica Bosque Nuboso Monteverde

PAÍS	PARAGUAI	PERU	REPÚBLICA DOMINICANA
Nome da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	Medição da Efetividade da Gestão de Áreas Protegidas do Paraguai	Avaliação do estado de conservação dos ecossistemas na ANP utilizando a metodologia de Efeitos por Atividades	Ferramenta de Rastreamento da Efetividade da Gestão (Mett)
Instituição responsável		Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (Sernanp)	Vice-Ministério de Áreas Protegidas e Biodiversidade
Publicações da metodologia e resultados de efetividade disponíveis na internet		http://sis.sernanp.gob.pe/ioteca/?publicacion=594	https://chm.cbd.int/api/v2013/documents/4CAD6958-68E8-A0AB-E856-852720AD7CF8/attachments/An%C3%A1lisis%20de%20Resultados%20de%20la%20Aplicaci%C3%B3n%20de%20la%20Metodolog%C3%ADa%20Efectividad%20de%20Manejo%20de%20C%C3%81reas%20Protegidas%20METT%20en%20Rep%C3%BAblica%20Dominicana%20Comparaci%C3%B3n%202009-2012%20(3).pdf
Ano da primeira aplicação	2004	2013	2002
Ano da última aplicação	2014	2019	2012
Número de áreas protegidas avaliadas	12	70	58
Indicadores da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	10 domínios	Tres indicadores (porcentagem de influência; porcentagem de conservação; índice de efeitos cumulativos)	30 atributos
Número de categorias de efetividade ou níveis situacionais	5		3
Categorias de efetividade	1. Muito satisfatória (90% - 100%) 2. Satisfatória (76% - 89%) - 3. Moderadamente satisfatória - (51% - 75%) 4. Pouco satisfatória (36% -50%) 5. Insatisfatória (<35%)		1. Alta (75% - 100%) 2. Média (55% - 74%) 3. Baixa (<55%)
Outros mecanismos de avaliação usados		Ferramenta de Rastreamento da Efetividade da Gestão (Mett)	Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Áreas Protegidas (Rappam) Ferramenta de Rastreamento da Efetividade da Gestão (Mett)

PAÍS	URUGUAI	VENEZUELA
Nome da metodologia de avaliação da efetividade da gestão	METT	Semáforo de Conservação de Parques Nacionais
Instituição responsável	Direção Nacional do Meio Ambiente (Dinama) Ministério da Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente (MVOTMA)	Instituto de Parques Nacionais (InParques)
Publicações da metodologia e resultados de efetividade disponíveis na internet	http://www.snap.gub.uy/sisnap/web/mapa_conceptual/snap	
Ano da primeira aplicação	2005	2001
Ano da última aplicação	2019	2007
Número de áreas protegidas avaliadas	17	8
Indicadores da metodologia de avaliação da efetividade da gestão		23 critérios
Número de categorias de efetividade ou níveis situacionais		3
Categorias de efetividade		1. Desejável 2. Em risco 3. Em estado crítico
Outros mecanismos de avaliação usados		

Fonte: Elaboração própria, com informações dos Snaps e revisão bibliográfica (para mais informações, consultar as referências).

para atualizar seus dados, em resposta a convites enviados sistematicamente a todos solicitando tais atualizações. De acordo com o GD-PAME, até julho de 2020, 13,7% das APs de países da ALC cadastradas na Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (WDPA) foram avaliadas por meio de alguma metodologia de medição da efetividade da gestão. Isso equivale a 24,7% da cobertura das áreas protegidas da região, e é por isso que nos esforçamos para avançar rumo ao cumprimento da meta global, que é poder avaliar 60% da área total de APs (Decisão X/31 da COP da CDB).

A maioria dos países da ALC criou seus próprios sistemas de avaliação entre 1997 e 2018 [figura 5.1], de acordo com a estrutura conceitual desenvolvida pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em 2000. Os sistemas de avaliação – operados pelos órgãos públicos de cada país responsáveis pelos sistemas nacionais de áreas protegidas – variam em sua estrutura e número de indicadores ou variáveis, podendo ter até 48 indicadores e definir uma escala de análise entre três e seis categorias. Em vários países da região, universidades e organizações da sociedade civil têm realizado trabalhos para aprimorar ou calibrar as metodologias utilizadas.

Um dos maiores desafios para a região será manter os esforços voltados a avaliar sistematicamente a efetividade, expandi-los para outras escalas de análise e envolver mais a sociedade e a academia em observatórios não governamentais que proporcionem transparência a essas avaliações de efetividade.

Os processos nacionais de avaliação da efetividade da gestão de áreas protegidas eliminarão gradualmente o antigo conceito de parques de papel. Além disso, aumentarão a confiança da comunidade internacional, uma vez que as áreas protegidas identificadas em mapas passam por medições sistemáticas de efetividade. Isso não apenas demonstra que adotam padrões elevados de eficácia e eficiência da conservação, mas também que são capazes de adaptar suas práticas de gestão conforme a necessidade.

QUADRO 5.1 – Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas: uma forma de analisar a evolução das áreas protegidas rumo a uma gestão efetiva

Desde o início de 2012, sete jurisdições ao redor do mundo fazem parte da fase-piloto do programa da UICN *Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas*. O programa é implementado por meio de uma norma global, que tem por objetivo “incentivar as áreas protegidas e conservadas a avaliar, melhorar e manter o bom desempenho de sua gestão por meio de critérios estabelecidos globalmente, que sejam referência de boa governança, projeto e planejamento; gestão efetiva; e resultados positivos de conservação.”

Com base nesses critérios, até 2014 foram incorporadas 24 áreas protegidas de um total de 50 candidatas em todo o mundo. A Colômbia foi o primeiro país da ALC a pertencer ao grupo, com a inclusão de três áreas. Em seguida, entraram na lista seis novas áreas da região (duas do Peru, duas do México e duas da Colômbia). Atualmente, Brasil e Costa Rica estão trabalhando em suas candidaturas [figura 5.2].

A Lista Verde incentiva o avanço das áreas protegidas rumo a uma gestão efetiva. Além disso, as áreas protegidas incluídas na lista tornam-se exemplos a seguir, em nível local e regional. Esse importante reconhecimento constitui um distintivo que pode viabilizar oportunidades de cooperação, além de tornar visíveis os impactos positivos da boa gestão de áreas protegidas para os habitantes de territórios mais amplos.

Avaliações de efetividade recentes identificaram a necessidade de incluir os critérios e indicadores da Lista Verde em seus elementos de análise, e os países da Lista avançaram em sua articulação nesse sentido. O envolvimento dos atores no processo e a avaliação coletiva de seu papel na conservação, como ocorreu na Colômbia, foram fundamentais para





documentar os componentes do programa relacionados à boa governança. Isso faz da Lista Verde um veículo capaz de melhorar o dia a dia da gestão de áreas protegidas.

QUADRO 5.2 – **Um olhar sobre a avaliação da efetividade da gestão de áreas protegidas, em escala de paisagem: o caso da Amazônia**

Com a aplicação sistemática – nos países da região – de ferramentas para medir a efetividade da gestão de suas áreas protegidas, surgiram questões importantes quanto à integração de tais áreas em um marco territorial que extrapole seus limites e cujas condições sejam determinantes para o cumprimento dos objetivos de conservação nas unidades delimitadas. A fim de identificar e gerenciar essas variáveis-chave para alcançar uma conservação de alto impacto, considerando a complexidade das paisagens mais amplas, têm sido envidados esforços para avaliar os sistemas sub-regionais que articulam as unidades de conservação com outras figuras do ordenamento nacional e que integram visões regionais que possam ir além das próprias unidades e sejam capazes de identificar os impactos de áreas bem administradas na conservação de um contexto territorial.

É o caso da região amazônica, na qual foram evidenciadas quatro escalas: (i) os mosaicos de conservação no Brasil; (ii) o Programa Trinacional para a Conservação e Uso Sustentável da Bacia do Rio Putumayo (Colômbia, Equador e Peru); (iii) a Cordilheira Real Oriental; (iv) e o bioma Amazônia, em sua dimensão mais ampla (oito países e um território). Para isso, foram desenvolvidas e aplicadas ferramentas de análise da efetividade das áreas protegidas de caráter regional, com as quais é possível agregar dados, tirar conclusões em nível de bioma e propor estratégias de gestão integrada. As metodologias de monitoramento usadas na região amazônica (a metodologia Rappam²⁰ em três mosaicos amazônicos no Brasil, os indicadores regionais de efetividade da gestão das áreas protegidas da Cordilheira Real Oriental, a ferramenta de efetividade da gestão do Programa Trinacional e o protocolo de efetividade da gestão das áreas protegidas amazônicas) levaram os gestores dos sistemas nacionais de áreas protegidas a refletir sobre como melhorar seus processos decisórios. Essas reflexões enfocam as decisões relacionadas à alocação adequada de recursos, ao manejo da biodiversidade em toda a paisagem (mosaicos nacionais e transfronteiriços), à governança e aos programas de gestão e mudanças climáticas, entre outros aspectos fundamentais que transcendem a área e consideram a análise de uma paisagem mais ampla.

Agradecimentos

Os autores deste capítulo gostariam de agradecer especialmente aos colaboradores dos países da região pelas informações valiosas que nos concederam, a saber: Marina Faria do Amaral (Brasil); Fabiola González Huenchuñir (Chile); Andrea Barrero Ramírez (Colômbia); Jenny Asch-Corrales e Mauricio Arias Zumbado (Costa Rica); Augusto de Jesús Martínez Zorrilla (Cuba); Marcela Torres Hinojosa (Equador); Carlos Rivera (El Salvador); Carlos Enrique Godoy Liere (Guatemala); Julien Cambou (Guiana Francesa); Elva Ivonne Bustamante Moreno (México); Edgar Eduardo Vicuña Miñano (Peru); Pedro Arias Mejía (República Dominicana); e Lucía Bartesaghi (Uruguai). Além disso, agradecemos a Mónica Álvarez Malvido por sua gestão e pelo apoio oferecido durante a compilação das contribuições para este relatório.

²⁰ Avaliação Rápida e Priorização da Gestão em Áreas Silvestres Protegidas da Ecorregião Valdiviana (Rappam). Mais informações estão disponíveis em <https://wwf.eu.awsassets.panda.org/downloads/finalrappamspanishsmall.pdf>.

6. Governança de áreas protegidas na América Latina: compartilhamento de poder para aumentar a efetividade, e eficiência e a justiça

THORA AMEND²¹

NOELIA ZAFRA-CALVO²²

VIVIENNE SOLIS-RIVERA²³

*COM O APOIO DE PAULA BUENO²⁴

A governança de áreas protegidas é fundamental para o cumprimento da Meta 11 de Aichi, bem como para garantir a gestão efetiva e equitativa dessas áreas e alcançar um relacionamento positivo com as comunidades locais e os atores da sociedade civil, no contexto das enormes diversidades biológica e cultural que se encontram inextricavelmente entrelaçadas no território da região.

“O termo governança refere-se à diversidade de tipos de processos decisórios dentro e no entorno das unidades de conservação; à autoridade e aos poderes legítimos de representação; às instâncias de participação; e ao relacionamento com os atores estratégicos que norteiam a gestão e as estratégias de gestão: instituições públicas, organizações privadas e comunidades, povos indígenas, bem como os proprietários da terra em suas várias formas de posse”.

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) reconhecem quatro tipos de governança, tanto de fato quanto de direito; e 11 subtipos, conforme ilustra a figura 6.1. Esses tipos de governança são:

- 1. Governança centralizada** no governo, em vários níveis.
- 2. Governança compartilhada** por diversos titulares de direitos e partes interessadas em conjunto, com acordos transfronteiriços entre autoridades públicas e atores privados ou da sociedade civil.
- 3. Governança privada**, geralmente a cargo dos proprietários de terras [capítulo 10].
- 4. Governança por povos indígenas** e/ou comunidades locais, às vezes chamados de Ticcas ou territórios de vida [capítulo 9].

De acordo com a Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (WDPA), em julho de 2020, pouco mais da metade das áreas protegidas da região (5.237 áreas, 57,21%) estavam sob gestão de governos centrais/nacionais ou federais/estaduais. Por outro lado, o tipo de governança menos comum é a compartilhada, com apenas 184 áreas, ou 2,01%. A governança privada representa 15,38% das áreas (1.408), e a governança por povos indígenas e comunidades locais, 6,19% (567 áreas). Os quase 20% restantes (1.758 áreas) representam aquelas áreas sobre as quais não há informações disponíveis.

No entanto, é importante considerar que a governança não governamental é, muitas vezes, sub-representada na WDPA; por esse motivo, é fundamental que os países mantenham suas informações atualizadas. Isso proporcionará uma visão melhor dos diferentes atores que contribuem para a conservação das áreas conservadas.

Houve considerável progresso graças ao reconhecimento de uma diversidade de modelos implementados com sucesso nos territórios, em respeito a leis e regulamentos governamentais e tradicionais. Isso representa uma contribuição que nem sempre é visível no cumprimento dos objetivos nacionais de conservação. Em muitos países, ainda não foram incorporados outros modelos além do estatal e privado, e os avanços em seu reconhecimento são muito desiguais.

Há experiências positivas (baseadas em consultas prévias sobre a criação de novas unidades de conservação) de integração adequada de povos indígenas e proteção de seus direitos, em conformidade com os instrumentos internacionais que os protegem. Ademais, há casos em que a governança estatal se sobrepõe a modelos de governança comunitária indígenas e locais; nesses casos, a tomada

²¹ Vice-presidente temática de Governança da CMAP-UICN.

²² Centro Basco de Mudanças Climáticas.

²³ CoopeSoliDar R.L; membro honorário do Consórcio Ticca; membro da CMAP-UICN.

²⁴ WWF-Colômbia; assessora de Políticas e Governança de Áreas Protegidas e Oceanos; Coordenação Regional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; CMAP.

²⁵ Coordenador de Políticas Públicas e Relações Institucionais da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem).

²⁶ Coordenador-geral da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem).

²⁷ Vice-presidente regional da CMAP-UICN; doutor e pós-doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo – Brasil.



de decisão deve ser compartilhada entre as autoridades públicas e tradicionais (pública-privada e pública-indígena ou comunitária).

Os modelos de governança são variados e funcionais; portanto, o desafio é criar mecanismos institucionais e jurídicos para reconhecê-los e torná-los operacionais. No entanto, as ferramentas de avaliação são incipientes e não padronizadas; atualmente, as análises cobrem um número limitado de áreas, há poucos relatórios sistematizados, e as conclusões sobre governança não podem ser generalizadas para toda a região. No futuro, a análise da qualidade da governança nos sistemas de áreas protegidas e conservadas deve ser tratada com prioridade, a fim de fortalecer o intercâmbio de experiências entre os países e os sistemas de governança da região.

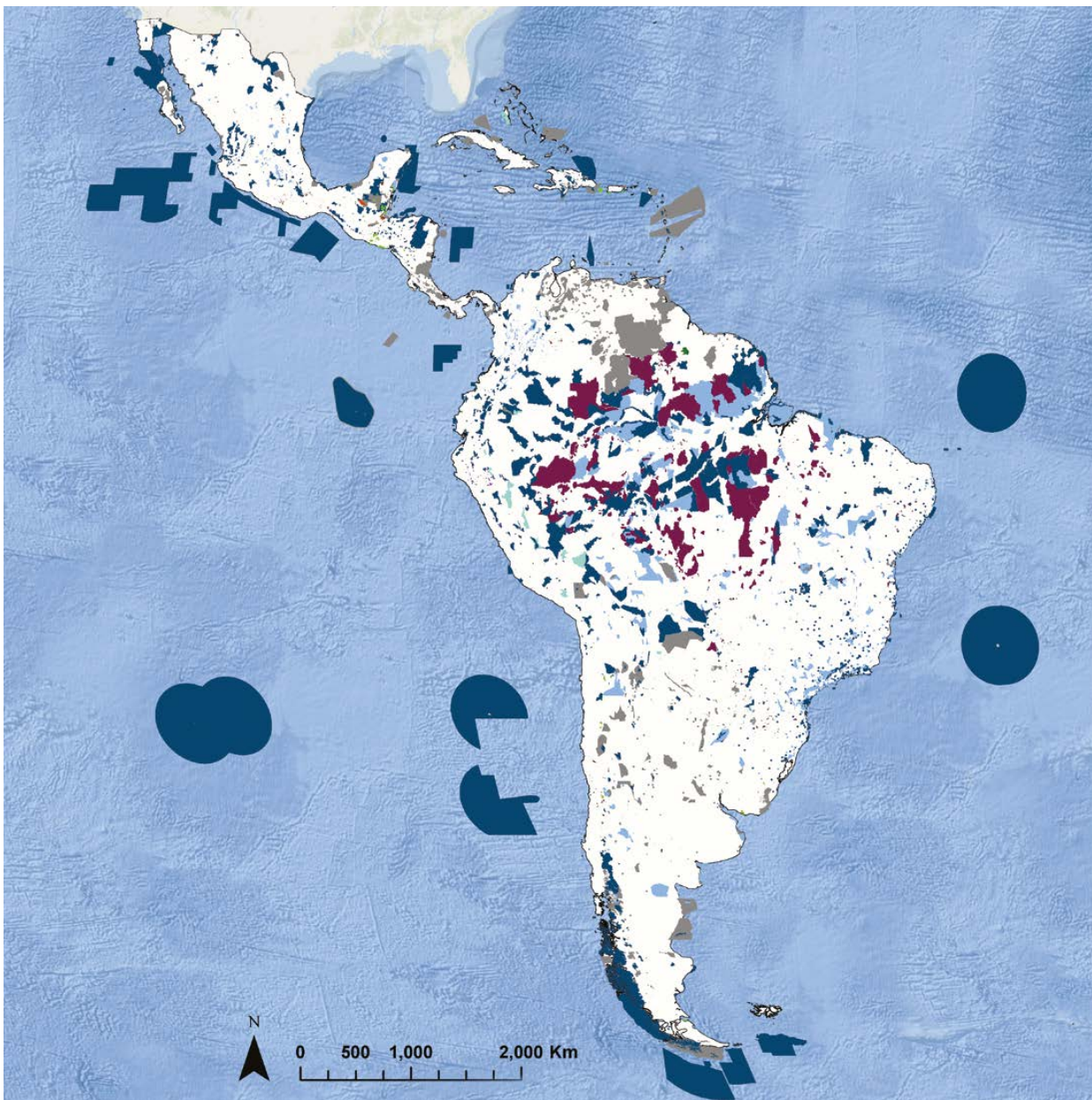
QUADRO 6.1 – O poder da sociedade civil: governança e comunidades marinho-costeiras no Brasil

CARLOS ALBERTO P. DOS SANTOS²⁵, FLÁVIO D. G. LONTRO²⁶ *COM O APOIO DE CLÁUDIO C. MARETTI²⁷

Em 2000, as reservas extrativistas foram incorporadas às categorias da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) como um modelo de área protegida na categoria VI da classificação internacional da UICN, com governança compartilhada entre governos e comunidades locais. Isso permitiu sua criação sob a égide dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

Em 2007, foi criada a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem),

FIGURA 6.1 - TIPOS E SUBTIPOS DE GOVERNANÇA (CONFORME CLASSIFICAÇÃO DA UICN) DAS ÁREAS PROTEGIDAS DA ALC CADASTRADAS NA WDPA ATÉ JULHO DE 2020



²⁵ Coordenador de Políticas Públicas e Relações Institucionais da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem).

²⁶ Coordenador-geral da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem).

²⁷ Vice-presidente regional da CMAP-UICN; doutor e pós-doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo – Brasil.



que integrava, entre seus participantes (de múltiplos espaços e níveis), comunidades de pescadores artesanais, catadores e entidades governamentais. O objetivo era elaborar estratégias visando a criar e implementar modelos de gestão eficiente e efetiva das reservas extrativistas costeiras e marinhas.

O movimento nacional da Confrem reúne comunidades que reivindicam o reconhecimento de seus territórios de vida tradicionais, inclusive seus locais de moradia, pesca e reunião de milhares de famílias. Desde a sua fundação, a Confrem contribuiu significativamente para a criação de um conjunto de 26 reservas extrativistas marinho-costeiras, com a proteção de aproximadamente 1,4 milhão de hectares, que beneficiam cerca de 50.000 famílias.

Embora o modelo de governança das reservas extrativistas no Brasil corresponda ao Tipo B (governança compartilhada), algumas áreas se enquadram no Tipo D (governança por povos indígenas e comunidades locais e tradicionais – Ticca). O reconhecimento é definido por autoridades dos três níveis de governo, que geralmente reconhecem os territórios tradicionais de pesca e colheita, inclusive em manguezais importantes. Os pescadores artesanais têm direito ao uso sustentável dos recursos naturais e podem produzir e comercializar produtos naturais, exceto no caso de espécies ameaçadas. Para esses casos, há sistemas mais rígidos de gestão compartilhada com a participação de entidades governamentais.

Este caso é considerado inspirador, pois, graças à liderança de pescadores e catadores artesanais, tanto homens quanto mulheres, que se organizaram nacionalmente no âmbito

da CONFREM, foi possível adaptar o conceito de reservas extrativistas para áreas marinho-costeiras. Isso foi feito por meio do reconhecimento dos territórios tradicionais, da defesa dos direitos de uso sustentável das comunidades locais e da promoção de um importante conjunto de unidades de conservação sob governança compartilhada.

QUADRO 6.2 – **Desafios para a implementação da governança compartilhada: Parque Nacional Cahuita, na Costa Rica**

MARVIN FONSECA BORRÁS²⁸ E VIVIENNE SOLIS RIVERA²⁹

O Monumento Natural Cahuita da Costa Rica foi criado em 1970 com o objetivo de conservar os recifes do Caribe Mesoamericano. Em 1978, mudou sua categoria de gestão para Parque Nacional Cahuita. Em 1994, após uma série de conflitos socioambientais, iniciou-se um processo que culminou em um acordo de governança compartilhada entre a comunidade afrodescendente local e o governo.

Esse modelo foi reconhecido internacionalmente como um dos mais relevantes no que se refere à relação equilibrada entre proteção ambiental e respeito aos direitos das populações locais, conforme determinam instrumentos internacionais, como, por exemplo, a Convenção sobre Diversidade Biológica, em seus artigos VIII e X.

No entanto, não foi possível implementar integralmente o

²⁸ CoopeSolidar R.L.

²⁹ CoopeSolidar R.L.; membro honorário do Consórcio de Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Locais e Tradicionais, Ticca; membro da CMAP-UICN.

modelo devido a incompatibilidades com as normas ambientais vigentes no país. As autoridades do parque e sua comunidade realizaram inúmeras tentativas com a Controladoria-Geral da República para concretizar a implementação da governança compartilhada, que tem mais de 40 anos de operação legal no âmbito do sistema de áreas protegidas do país. Em 2016, o governo da Costa Rica reconheceu, por meio de decreto executivo³⁰, os diversos modelos de governança de áreas protegidas em um esforço para regulamentar e reconhecer a situação em Cahuita; o decreto, entretanto, não foi considerado suficiente para respaldar o modelo.

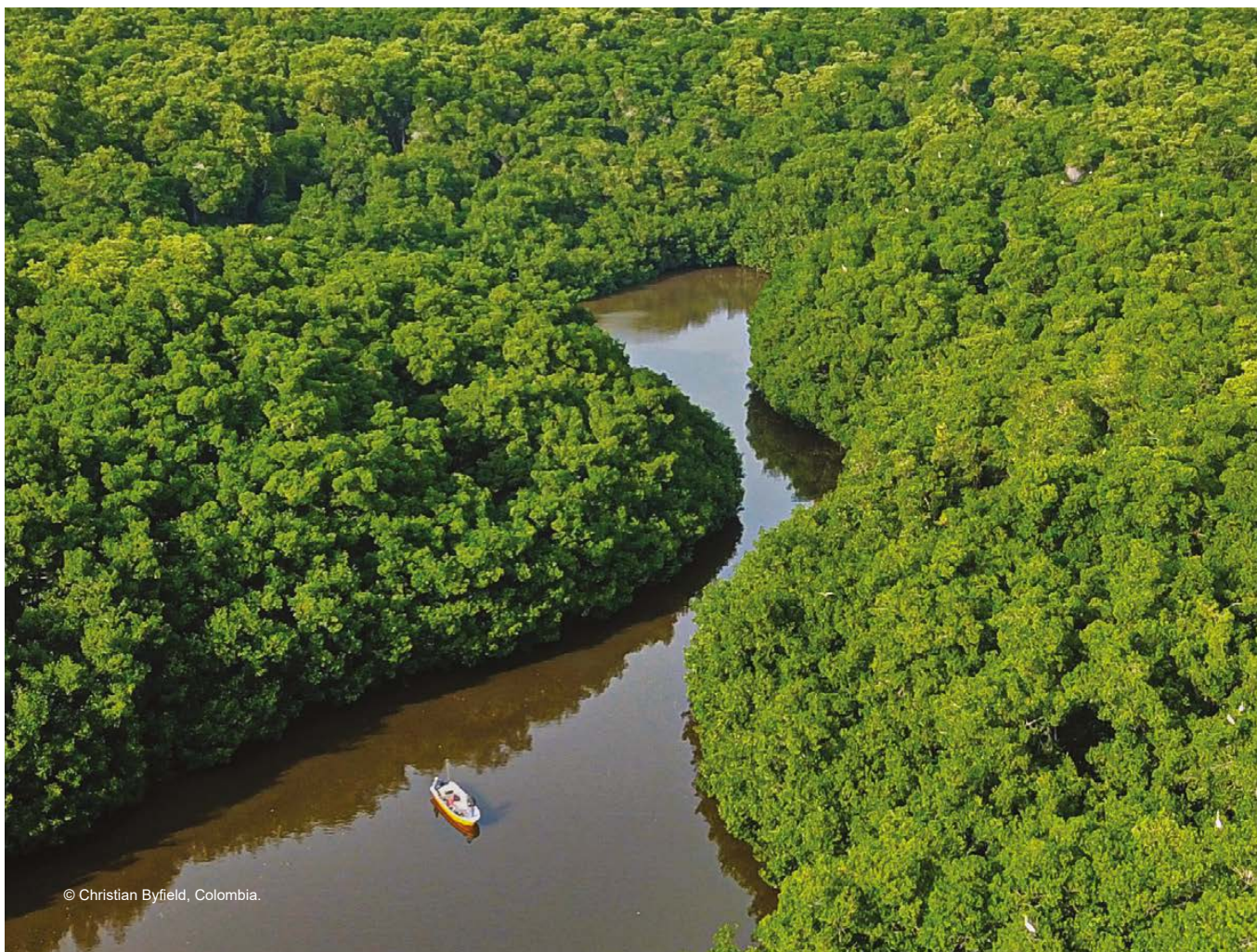
O parque nacional passou a ser gerido de forma compartilhada entre o governo e a comunidade, inicialmente por meio de uma comissão de cogestão e, atualmente, por um Conselho Local, que é o mecanismo que permite a execução das atividades identificadas no Plano Geral de Gestão. Entre outros desafios, destaca-se o atual debate entre as partes interessadas sobre a destinação e utilização dos recursos derivados da cobrança da taxa de entrada na área protegida. A solução parece ser a elaboração de um novo projeto de lei que reconheça os diferentes modelos de governança que o país ratificou de acordo com a CDB.

QUADRO 6.3 – Avaliação da governança de áreas protegidas públicas na Colômbia: um caso de avaliação multinível

PAULA BUENO ³¹

O Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Colômbia (Sinap) é representado por diversas categorias de gestão, bem como por acordos de participação, implementação de estratégias e tomadas de decisão relativos à gestão e ao manejo das áreas em diferentes escalas. O Sinap baseia-se na relação entre os atores dos territórios em que atuam, o que implica uma grande riqueza de visões e desafios em sua abordagem. Isso requer um esforço de coordenação entre as autoridades étnicas e institucionais do território, com base em aspectos fundamentais. Esses aspectos são a abordagem diferencial, a interculturalidade, o conceito amplo de território, a confiança e as responsabilidades – do Estado e das etnias – pela conservação, respeitando os princípios de coordenação e concorrência.

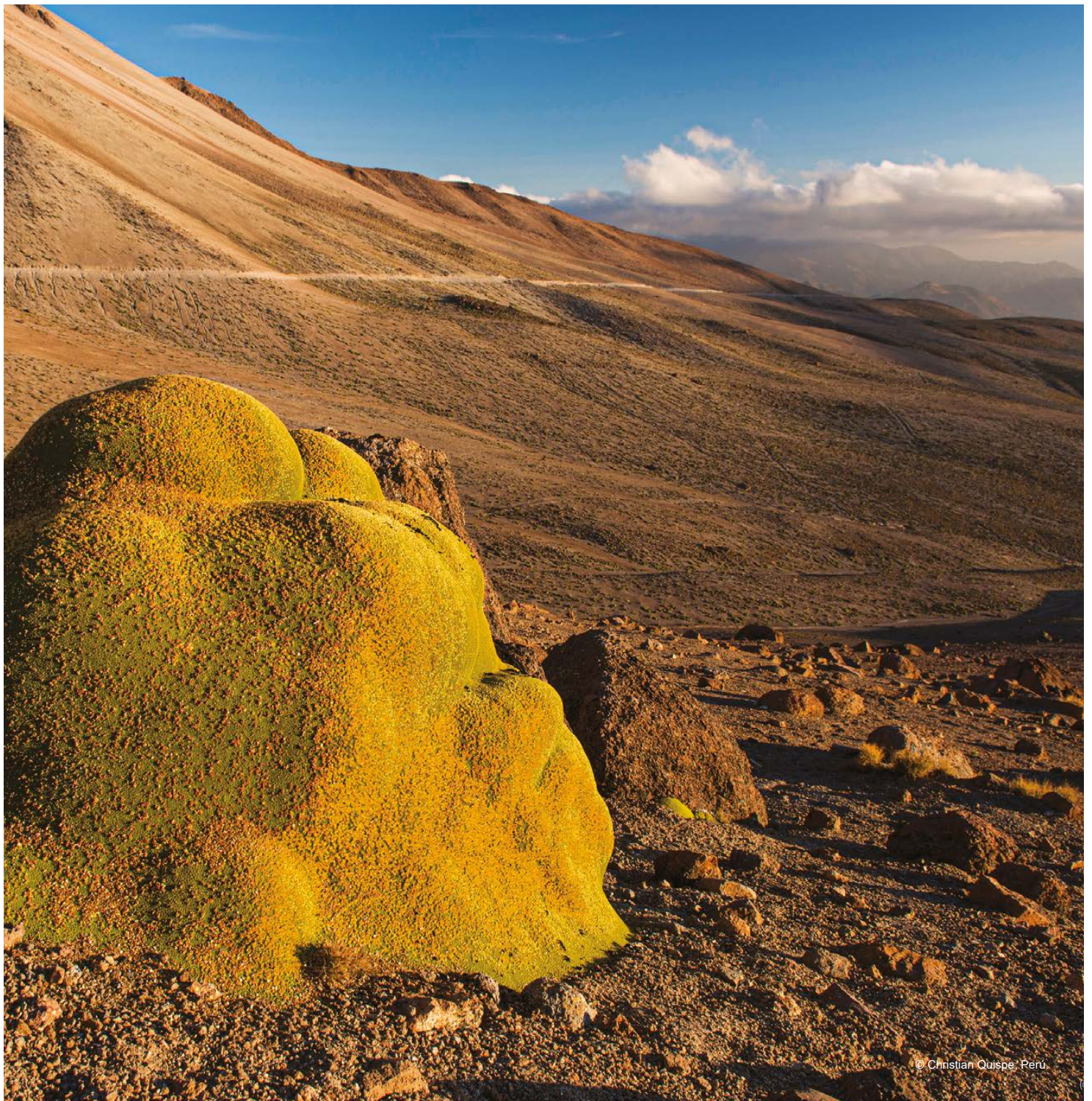
Com o objetivo de fortalecer essa gestão, a partir de múltiplas lições aprendidas e por meio de uma metodologia padronizada



© Christian Byfield, Colombia.

³⁰ Por meio do Decreto Executivo 39059-Minae.

³¹ WWF-Colômbia; assessora de Políticas e Governança de Áreas Protegidas e Oceanos; Coordenação Regional da CMAP-UICN.



© Christian Quispe, Perú.

de coleta e sistematização das percepções dos principais atores, são realizadas avaliações do exercício da autoridade em áreas protegidas para medir o sucesso da governança, seus pontos fortes e fracos, sua evolução histórica e as ações de melhoria necessárias. Esta metodologia é composta por cinco momentos centrais adaptáveis a diferentes contextos e escalas, que permitem desenvolver, a partir de uma compreensão local da governança, princípios de boa governança, bem como refletir sobre as mudanças nas relações ao longo do tempo.

Por meio de elementos didáticos que levam ao diálogo e a diagnósticos factuais, os atores contribuem para uma *avaliação coletiva* do conhecimento de sua instituição, comunidade ou grupo de interesse, com base em uma escala qualitativa (conhecida como *governômetro*). Além disso, os atores se reconhecem como partes integrantes de um mesmo

território e identificam os serviços ecossistêmicos dos quais são beneficiários graças à existência de áreas protegidas.

Esta ferramenta foi implementada em três níveis de gestão pública: (i) Sinap, como um todo; (ii) sete parques nacionais terrestres e marinhos; e (iii) um subsistema regional (Sirap – Eixo Cafeeiro). Além disso, pode ser replicada para outras categorias ou níveis. Os resultados das análises – mensuráveis e comparáveis, com base na escala de avaliação – aportam mais valor graças às orientações derivadas de diálogo e reflexão coletiva. Eles oferecem aos gestores alternativas para o cumprimento dos objetivos de conservação, em conjunto com todos os interessados, o que gera responsabilidade solidária e benefícios compartilhados por meio de um exercício construtivo de governança territorial.

7. Quão conectados estão os sistemas de áreas terrestres protegidas na América Latina e no Caribe?

OSCAR GODÍNEZ GÓMEZ³²

TANIA URQUIZA-HAAS³³

PATRICIA KOLEFF OSORIO³⁴

CAMILO ANDRÉS CORREA AYRAM³⁵

LUIS SANTIAGO CASTILLO³⁶

A criação de sistemas nacionais de áreas protegidas é essencial para reduzir o risco de extinção de espécies e manter a estrutura e função dos ecossistemas no longo prazo. Embora a expansão dos sistemas nacionais de áreas protegidas seja necessária, isso não será suficiente se as novas declarações ou extensões não estiverem localizadas em locais estratégicos [capítulo 3]; se não forem elaborados ou implementados projetos eficientes que promovam a conectividade ecológica; ou se não for tratada a deterioração dos ecossistemas que reduz a permeabilidade das paisagens em que se encontram áreas protegidas. Assim, o uso de indicadores robustos de conectividade torna-se uma ferramenta necessária para orientar as estratégias de gestão da biodiversidade visando à melhoria ou continuidade da conectividade ecológica entre áreas protegidas, uma tarefa especialmente relevante, dados os desafios do período pós-2020.

A conectividade dos sistemas nacionais de áreas protegidas é geralmente avaliada de forma qualitativa, uma vez que o que é relatado é o número de iniciativas de corredores de conservação entre áreas protegidas ou entre países. Várias métricas quantitativas de conectividade de áreas protegidas surgiram recentemente, entre as quais se destacam as metodologias ProtConn e ProtConn Bound (a última indica a porcentagem de superfície coberta por áreas protegidas terrestres e conectadas de um país, e pode ser aplicada a outras escalas de análise). Este capítulo avalia a conectividade dos sistemas nacionais de áreas protegidas na ALC com o objetivo de compreender o efeito dos impactos antrópicos na conectividade e funcionalidade da paisagem. Isso é feito a partir de dados de julho de 2020 do Banco de Dados Mundial

sobre Áreas Protegidas (WDPA), da metodologia ProtConn Bound e do mapa da pegada humana global³⁸.

Dos 51 países e territórios da região, apenas nove têm mais de 17% de sua superfície terrestre protegida e conectada [tabela 7.1 e figura 7.2]. A maioria dos países da América Latina e do Caribe ainda está se esforçando para cumprir os critérios de conectividade da Meta 11 de Aichi, conforme revela a figura 7.1. Em média, há lacunas de conexão em 33% da superfície desses sistemas nacionais de áreas protegidas, ou seja, aproximadamente um terço da área protegida na ALC pode ser descrita como *ilhas de conservação*. De acordo com seu grau de isolamento, isso pode ter um impacto na deterioração dos fluxos ecológicos e na perda de populações locais, o que afeta a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas e aumenta a suscetibilidade às mudanças climáticas e ao colapso dos ecossistemas^{xvii}.

É fundamental que os países otimizem a ampliação dos sistemas nacionais de áreas protegidas e, ao mesmo tempo, melhorem a permeabilidade da paisagem em que essas áreas se encontram. Também é necessário fortalecer a implementação de outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas (Omecs), que incluem o inventário, o relato de estratégias, o monitoramento da biodiversidade [capítulo 11] e a implementação de indicadores de conectividade específicos para áreas protegidas marinhas-costeiras, que atualmente são insuficientes. A aplicação conjunta dessas recomendações embasa a tomada de decisões sobre conectividade ecológica, um atributo-chave para o cumprimento da Meta 11 de Aichi e das metas pós-2020.

³² Conabio; especialista em Análise Espacial; Subcoordenação de Avaliação de Ecossistemas; Direção-Geral de Análise e Prioridades.

³³ Conabio; subcoordenadora de Avaliação de Ecossistemas, Direção Geral de Análise e Prioridades.

³⁴ Conabio; diretora-geral de Análises e Prioridades.

³⁵ Pesquisador do Instituto de Pesquisa de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt; Programa de Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade; membro do Grupo de Especialistas em Conservação da Conectividade (CCSG) da CMAP-UICN.

³⁶ Pesquisador do Instituto de Pesquisa de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt – Nature and Culture International.

³⁷ A permeabilidade da paisagem define em que medida a matriz da paisagem oferece qualidade aos organismos para se moverem por ela.

³⁸ A pegada humana corresponde a um mapa global que mostra a distribuição espacial de oito pressões antrópicas acumuladas no ambiente terrestre. O mapa foi publicado inicialmente em 2002 com base em dados do início dos anos 1990, mas a versão mais recente disponível usada para este estudo é a de Williams et al. (2020), com base em dados de 2013.



TABELA 7.1 - VALORES DO INDICADOR *PROTCONN BOUND* (PROTEGIDO E CONECTADO) PARA TODOS OS PAÍSES E TERRITÓRIOS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

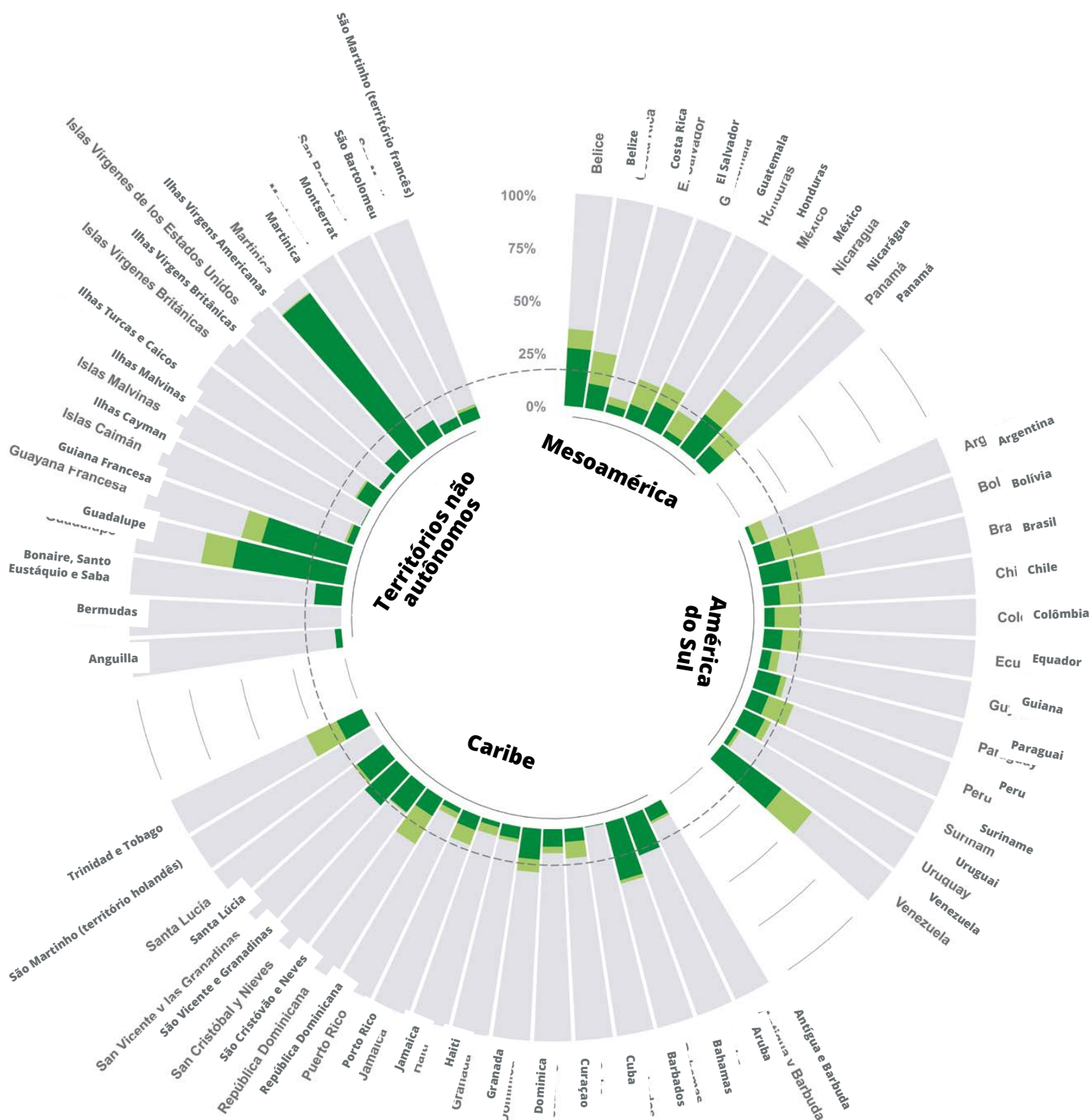
País / território	Área não protegida (%)	Área protegida e conectada (%)	Área protegida e não conectada (%)
Anguilla	96,9	3,1	0,0
Antígua e Barbuda	92,0	6,8	1,2
Argentina	91,7	1,7	6,6
Aruba	80,4	19,6	0,0
Bahamas	70,2	28,1	1,7
Barbados	99,6	0,4	0,0
Belize	63,7	27,3	9,1
Bermudas	100,0	0,0	0,0
Bolívia	70,1	8,4	21,5
Bonaire, Santo Eustáquio e Saba	87,1	12,9	0,0
Brasil	69,9	14,2	15,9
Chile	81,5	7,7	10,8
Colômbia	83,2	4,8	11,9
Costa Rica	72,9	11,6	15,6
Cuba	86,0	6,2	7,8
Curaçao	88,7	8,3	3,1
Dominica	79,4	14,5	6,1
Equador	81,6	8,7	9,6
El Salvador	92,5	3,8	3,7
Granada	92,5	5,8	1,7
Guadalupe	31,9	53,0	15,1
Guatemala	80,4	7,1	12,5
Guiana Francesa	48,1	42,0	9,9
Guiana	91,4	4,6	4,0
Haiti	93,5	2,3	4,2
Honduras	77,0	12,8	10,1

País / território	Área não protegida (%)	Área protegida e conectada (%)	Área protegida e não conectada (%)
Ilhas Cayman	95,3	3,4	1,3
Ilhas Malvinas	99,5	0,4	0,1
Ilhas Turcas e Caicos	90,8	8,3	1,0
Ilhas Virgens Britânicas	97,5	2,5	0,0
Ilhas Virgens Americanas	92,5	7,5	0,0
Jamaica	85,6	6,9	7,5
Martinica	8,3	91,1	0,6
México	85,9	3,2	10,9
Montserrat	91,0	9,0	0,0
Nicarágua	65,2	19,8	15,0
Panamá	80,1	9,8	10,1
Paraguai	85,9	11,3	2,8
Peru	78,9	8,5	12,6
Porto Rico	94,7	2,5	2,8
República Dominicana	74,9	9,7	15,5
São Bartolomeu	95,0	5,0	0,0
São Cristóvão e Neves	84,4	15,0	0,6
São Martinho (território francês)	92,8	5,8	1,4
São Vicente e Granadinas	79,6	20,4	0,0
Santa Lúcia	82,7	15,6	1,7
São Martinho (holandês)	100,0	0,0	0,0
Suriname	85,5	11,1	3,3
Trinidad e Tobago	70,9	13,2	15,9
Uruguai	96,3	2,3	1,4
Venezuela	46,9	35,0	18,1
MÉDIA	81,6	12,4	6,0

Observação 1: A "área protegida e não conectada" corresponde à diferença entre a "área protegida" e a "área protegida e conectada".

Observação 2: O indicador ProtConn Bound foi estimado com distância média de dispersão de 10 km.

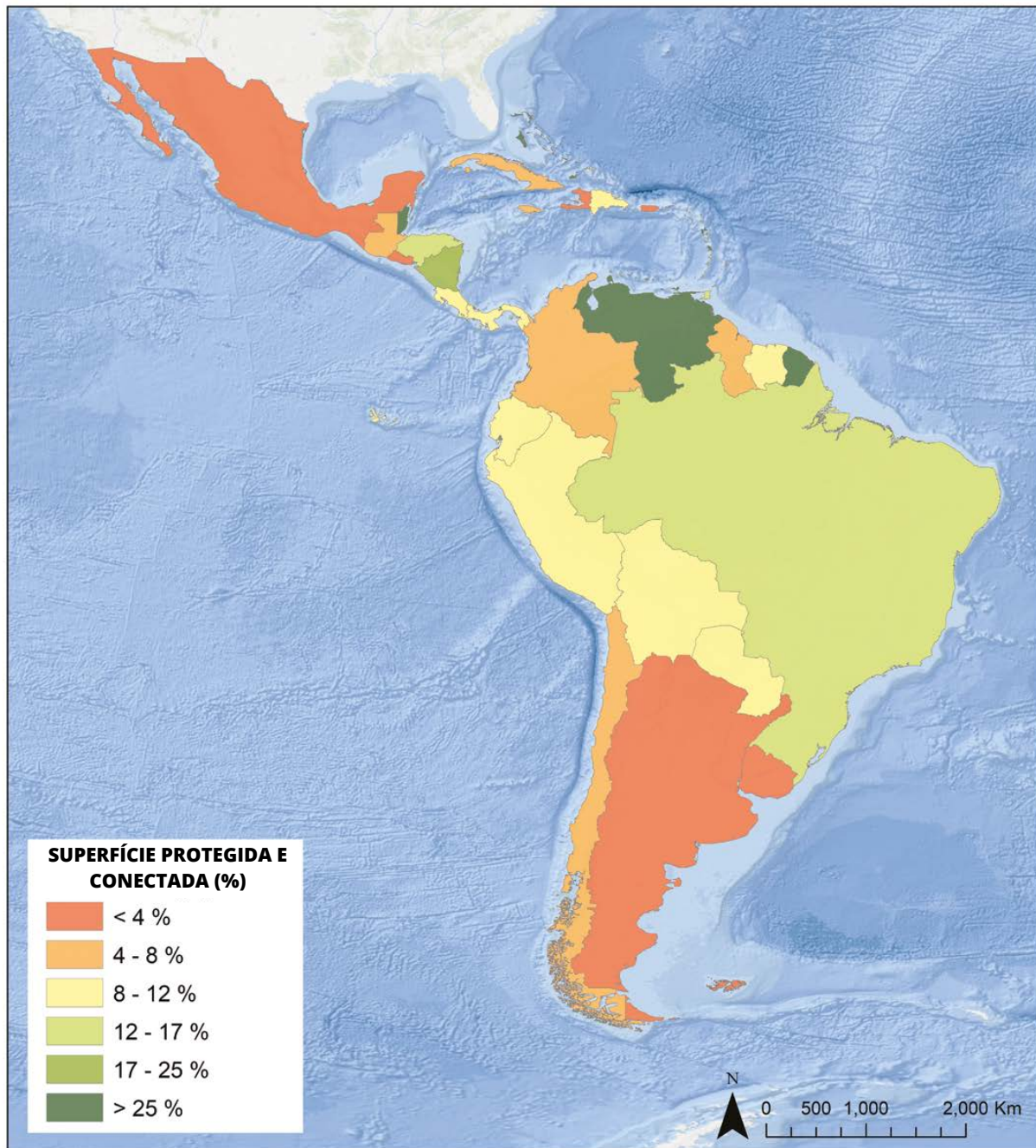
FIGURA 7.1 - PORCENTAGEM DA ÁREA TERRESTRE DE CADA PAÍS OU TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE



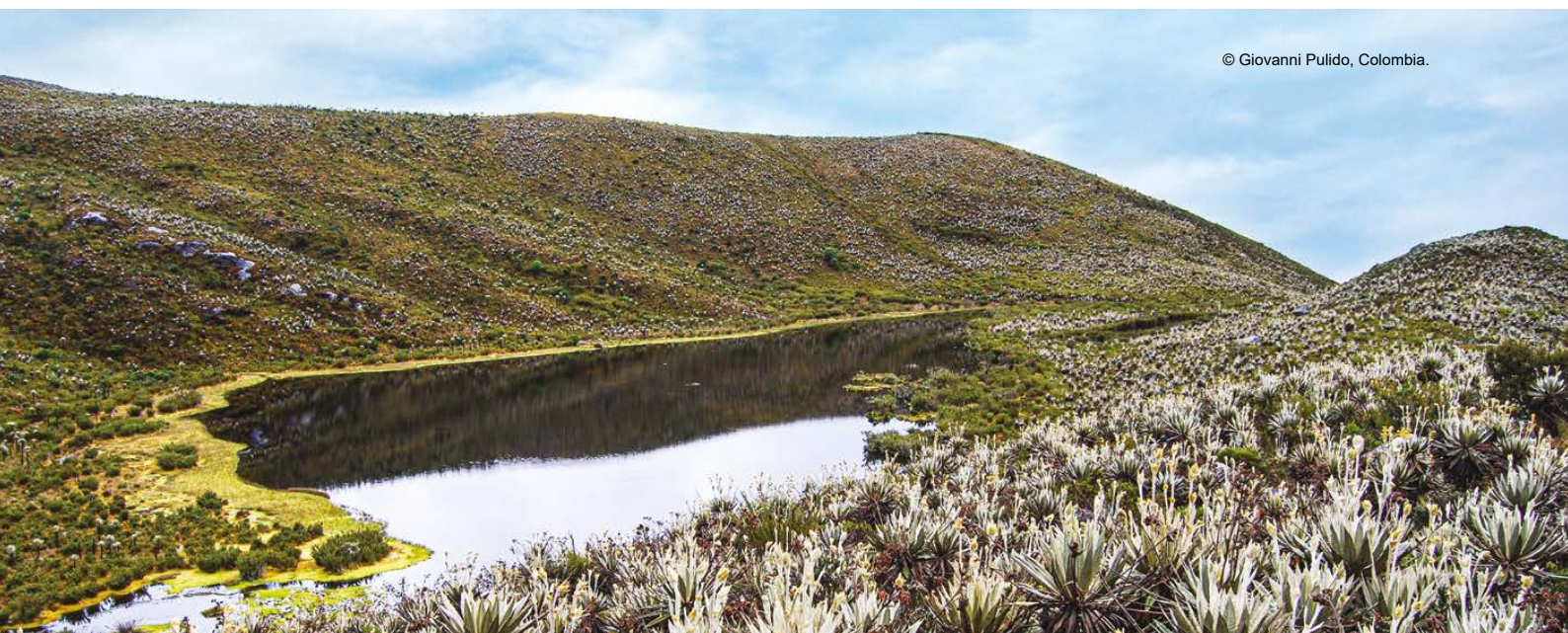
Observação 1: Em verde escuro, os territórios protegidos e conectados; em verde claro, os territórios protegidos e não conectados; em cinza, os territórios desprotegidos.
 Observação 2: A linha pontilhada indica a Meta 11 de Aichi, com valor de 17%.

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 7.2 - SUPERFÍCIE PROTEGIDA E CONECTADA (PROTCONN BOUND) DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, COM DISTÂNCIA MÉDIA DE DISPERSÃO DE 10 KM



Fonte: Elaboração própria.



QUADRO 7.1 – Corredores bioclimáticos e conectividade da paisagem no México em face das mudanças globais: o papel das áreas protegidas nacionais e subnacionais

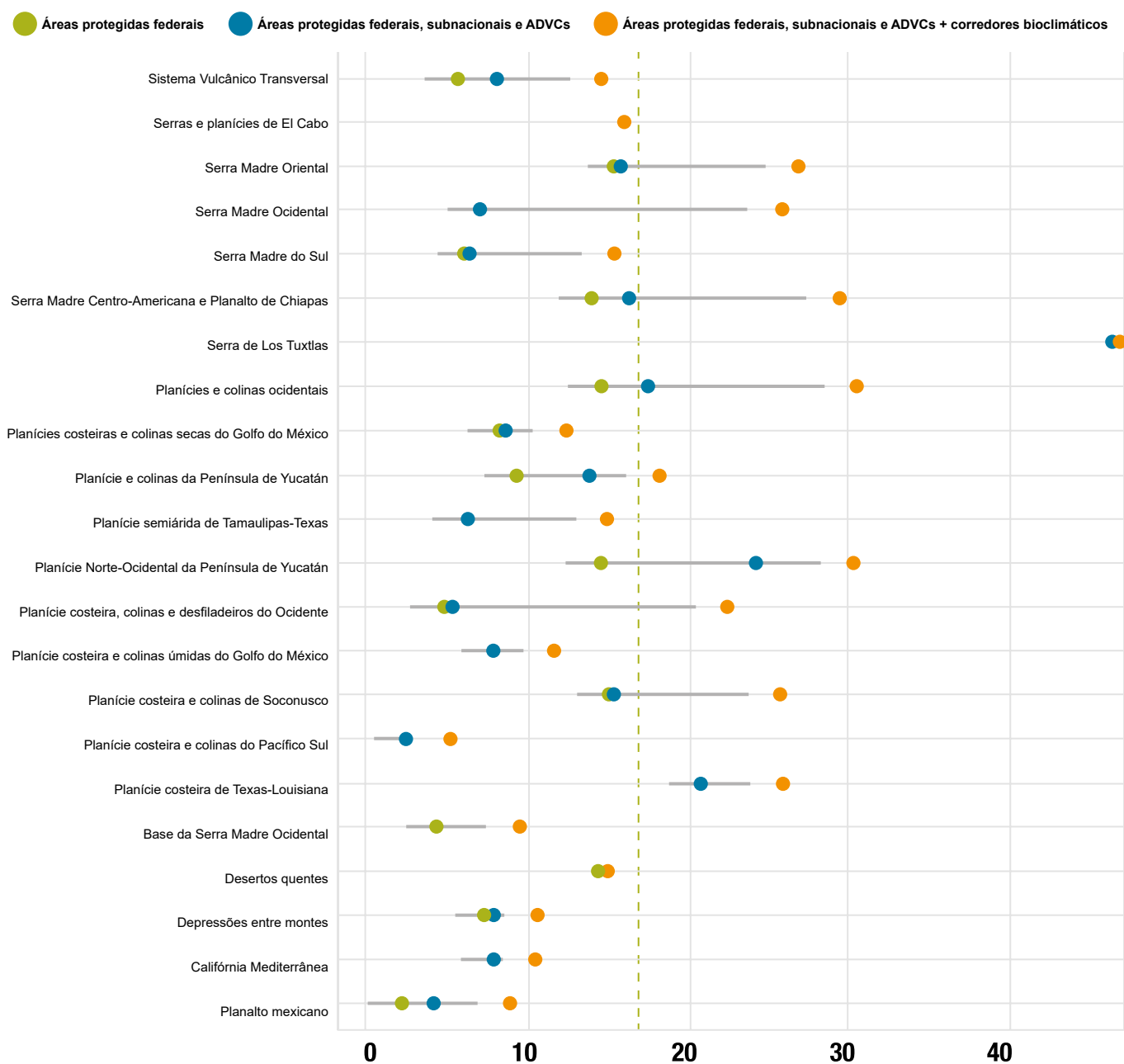
OSCAR GODÍNEZ GÓMEZ ³⁹, TANIA URQUIZA-HAAS ⁴⁰ E PATRICIA KOLEFF ⁴¹

Muitos países com extraordinária diversidade biocultural enfrentam grandes desafios devido à perda e degradação de seus ecossistemas. Portanto, precisam de recursos para orientar estrategicamente ações que visem a salvaguardar sua biodiversidade. Esse é o caso do México, que, com ampla

participação de diversos setores, identificou áreas de alto valor biológico para conservação e restauração, bem como corredores bioclimáticos (CBC) com rotas que evitam áreas de alto impacto humano e mudanças climáticas repentinas, o que permitirá manter a mobilidade dos organismos frente às mudanças climáticas.

Ações de conservação e restauração nesses CBCs ajudarão a aumentar a conectividade da paisagem e a resiliência dos ecossistemas em mais de 68% da superfície das áreas naturais protegidas (ANP) do México. Além disso, de acordo com o indicador de áreas protegidas e conectadas, os CBCs favorecerão a conectividade da rede de ANPs em todas as ecorregiões terrestres – com um aumento médio de 6,4% ± 5,04% [figura 7.3].

FIGURA 7.3 - AUMENTO DA CONECTIVIDADE DA REDE DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS (ANP) NAS DIFERENTES ECORREGIÕES TERRESTRES DO MÉXICO*



Observação: Levando em consideração a contribuição das APs subnacionais e das áreas destinadas voluntariamente à conservação (ADVcs), bem como a contribuição potencial dos corredores bioclimáticos (CBCs).

Fonte: Elaboração própria.

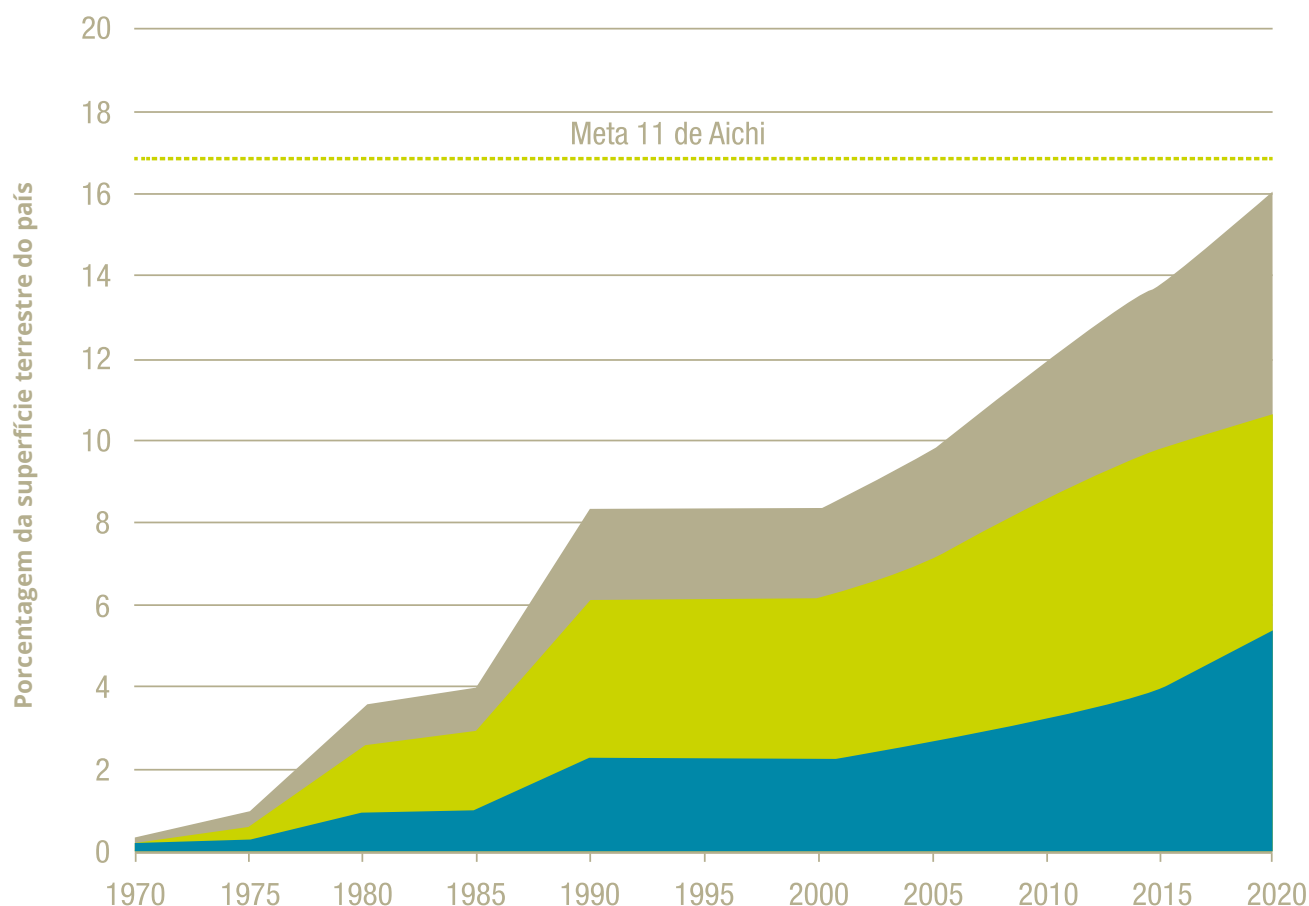
³⁹ Conabio; especialista em Análise Espacial; Subcoordenação de Avaliação de Ecossistemas; Direção-Geral de Análise e Prioridades.

⁴⁰ Conabio; subcoordenadora de Avaliação de Ecossistemas, Direção Geral de Análise e Prioridades.

⁴¹ Conabio; diretora-geral de Análises e Prioridades.



FIGURA 7.4 - VARIAÇÕES NOS VALORES DE PROTCONN BOUND, PROTUNCONN E PROT* NA COLÔMBIA ENTRE 1970 E 2020



Fonte: Elaboração própria. - Observação: ProtConn Bound, em azul; ProtUnconn, em cinza; e Prot, em laranja.

As áreas protegidas subnacionais (APS) e as áreas destinadas voluntariamente à conservação (ADVCS) (por seus proprietários) contribuem para aumentar a representatividade e conservar parte da riqueza biocultural do país. Em geral, as APS e ADVCS se sobrepõem aos CBCs, e sua maior contribuição para a conectividade é o fato de servirem como lugares de passagem (conhecidas como “stepping stones”, ou “trampolins”), com distâncias de dispersão superiores a 10 km para espécies da fauna, como pássaros e mamíferos, ou para espécies com certa tolerância ao impacto humano. Os CBCs, juntamente com a articulação de ações com importantes atores locais, são essenciais para reduzir a vulnerabilidade dos socioecossistemas e salvaguardar a biodiversidade em face de mudanças globais.

QUADRO 7.2 – Tendências na conectividade de áreas protegidas na Colômbia entre 1970 e 2020

CAMILO ANDRÉS CORREA AYRAM ⁴²

As tendências de variações na conectividade da rede de áreas protegidas podem ser vistas como um indicador da capacidade dos países de cumprir metas globais de conservação, tais como as Metas de Aichi e o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011–2020 da Convenção

sobre a Diversidade Biológica (CDB). Com base nisso, foram avaliadas as tendências da conectividade das áreas terrestres protegidas na Colômbia de 1970 a 2020, com base em três indicadores: (i) a porcentagem de superfície terrestre protegida e conectada (ProtConn Bound); (ii) a porcentagem de superfície terrestre protegida, mas não conectada (ProtUnconn); e (iii) a porcentagem de superfície coberta por áreas protegidas (Prot). Uma análise integrada desses indicadores permite quantificar quão bem conectados estão os sistemas nacionais de áreas protegidas.

As tendências gerais identificadas demonstram um aumento nos indicadores. O índice ProtConn Bound cresceu na Colômbia de 0,3% em 1970 para 5,4% em 2020; o Prot, de 0,4% para 16,1%; e o ProtUnconn, de 0,2% para 10,7% [figura 7.4]. O índice de incremento do ProtConn equivale à metade do aumento do Prot, e o índice de incremento do ProtUnconn é aproximadamente três vezes maior que o aumento do ProtUnconn. Nesse sentido, fica evidente que, embora a cobertura das áreas sob proteção tenha crescido significativamente, principalmente nos últimos 10 anos, as estratégias voltadas à conectividade não têm sido suficientemente eficazes. Esses resultados indicam que são necessárias medidas adicionais para promover mais conectividade na rede colombiana de áreas protegidas. Eles podem ser relevantes para orientar os esforços finais rumo a essas e outras metas de biodiversidade, levando em consideração o margo global pós-2020.

⁴² Pesquisador do IAvH; Programa de Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade; membro do Grupo de Especialistas em Conservação da Conectividade (CCSG) da CMAP-UICN.



© Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Uruguay

8. Integração a paisagens mais amplas

TARSICIO GRANIZO ⁴³

MARCOS RUGNITZ TITO ⁴⁴

PEDRO ARAÚJO ⁴⁵

Embora as áreas protegidas sejam a *frente de batalha da conservação*, *entrincheirar-se* nelas não é suficiente. A conservação precisa ser integrada a paisagens mais amplas. Integrar áreas protegidas e conservadas a paisagens mais amplas é “o processo de assegurar-se de que o projeto e a gestão de áreas, corredores e a matriz circundante promovam uma rede ecológica funcional e conectada^{xxvi}”. Não se trata de uma integração puramente geográfica, mas sim de uma que busque: (i) incorporar os valores, efeitos e dependências da diversidade biológica às funções e serviços dos ecossistemas; e (ii) gerar impactos socioeconômicos e culturais positivos em setores-chave da economia. A necessidade de promover tal integração foi contemplada na Meta 1.2 do Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da CDB^{xxvii} em 2004.

A integração de áreas protegidas ou conservadas a paisagens mais amplas vem ocorrendo na ALC por meio de diferentes políticas e programas vinculados a:

• Ordenamento territorial em diferentes níveis

e escalas de gestão. Na Colômbia, os casos-piloto de áreas protegidas embasam a Política de Ordenamento Territorial Nacional^{xxviii}.

• **Modelos de gestão e governança privada e participativa.** No Peru, as áreas de conservação privadas complementam os corredores biológicos administrados pelo Estado^{xxix}.

• **Enfoque ecossistêmico^{xxx}.** Na Costa Rica, o Programa Nacional de Corredores Biológicos incentiva o acesso ao pagamento por serviços ambientais para proprietários de florestas situadas nos corredores. Outro exemplo relevante é o Programa Sócio Bosque^{xxvii} do Equador.

• **Áreas protegidas, como soluções baseadas na natureza.** Na Patagônia argentina, para evitar a degradação do *habitat*, houve um fortalecimento da gestão do ecossistema marinho-costeiro da Área Natural Protegida da Península Valdés, como uma solução natural^{xxxiii}.

⁴³ Diretor do WWF-Ecuador, membro da CMAP-UICN.

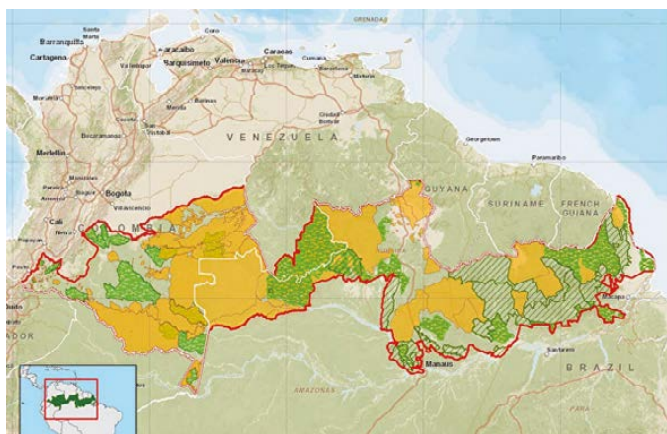
⁴⁴ Consultor do Programa de Áreas Protegidas da UICN; membro da CMAP-UICN.

⁴⁵ WWF-Ecuador, especialista em Monitoramento e Avaliação e no Sistema de Informação Geográfica, SIG.

• **Integração com setores socioeconômicos.** No Chile, por meio de defesos sazonais, as áreas marinhas protegidas contribuem para a melhoria do manejo da pesca, a renda econômica dos pescadores e a proteção da vida marinha .

• **Mecanismos de gestão integrada e abordagem da paisagem.** No Brasil, o sistema nacional de áreas protegidas define o mosaico como um modelo de gestão integrada (conforme o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens^{xxxvi}. O país possui 17 mosaicos reconhecidos federalmente^{xxxvii}. Por sua vez, o Uruguai está trabalhando em uma estratégia de gestão e planejamento de áreas protegidas com o objetivo de que elas não constituam ilhas de ecossistemas dentro de paisagens altamente modificadas^{xxxviii}.

A importância da conservação além das áreas protegidas deve ser vista como uma estratégia que exige uma política de Estado que envolva os governos central e locais, o setor privado e as organizações locais. A conservação integral do patrimônio natural exige mudanças no modelo de desenvolvimento para encontrar novas formas de integrar a natureza ao desenvolvimento e vice-versa; assim, é possível aprender com os modelos que diversos povos indígenas e comunidades locais desenvolveram, especialmente na América Latina. Dessa forma, garantiremos a conectividade, não apenas entre as unidades de conservação [capítulo 7], mas entre elas e o entorno.



Fonte: Fundação Gaia Amazonas, 2020.

QUADRO 8.1 – O potencial do Triplô A

A proposta do corredor ecológico Andes – Amazônia – Atlântico^{xxxix} (mais conhecido como Triplô A), promovida pela Fundação Gaia Amazonas, é um exemplo importante do potencial de integração de paisagens mais amplas e transfronteiriças. O corredor Triplô A cobre uma região de 135 milhões de hectares, que inclui áreas protegidas no Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Brasil, Guiana Francesa e Suriname; além disso, conecta corredores ecológicos pré-existent, como é o caso do corredor central da Amazônia brasileira^{xli}.

QUADRO 8.2 – Promoção da conservação além das fronteiras

A natureza não se ajusta às fronteiras criadas pelo homem. A conservação transfronteiriça^{xlii} (CT) resulta da conectividade ecológica entre áreas protegidas através de uma ou mais fronteiras internacionais, o que exige certo nível de cooperação. Desde o início da década de 1990, iniciativas de conservação transfronteiriça têm sido promovidas na ALC. Na América Central, o Corredor Biológico Mesoamericano^{xliii} consiste nas seguintes experiências: (i) corredor El Castillo – San Juan – La Selva^{xliiii}; (ii) complexo de áreas protegidas da Floresta Tropical Maia; (iii) reserva da biosfera Montecristo Trifinio; (iv) sítio do patrimônio mundial Parque Internacional La Amistad; (v) reserva da biosfera do Vulcão Tacaná; (vi) complexo Ramsar (entre Costa Rica e Panamá); e (vii) complexo Ramsar (entre Belize e Guatemala). Na América do Sul, destacam-se: (i) a CT Cordilheira do Condor^{xlvi}; (ii) a CT do Pantanal (entre Bolívia, Brasil e Paraguai)^{xlvi}; (iii) o complexo Glaciares – Torres del Paine – O’Higgins; (iv) o sítio de patrimônio mundial Parques do Iguazu; (v) as áreas úmidas Ramsar do Lago Titicaca; e (vi) a reserva binacional da biosfera Bosques de Paz (Equador – Peru). Recentemente, no âmbito da iniciativa Visão Amazônica da RedParques^{xlvi}, com o apoio do Projeto Iapa^{xlvi}, foram priorizadas paisagens transfronteiriças com maiores oportunidades de conservação de áreas protegidas. Essas paisagens estão localizadas entre a Colômbia, o Equador e o Peru e na região de Madre de Dios – Acre – Pando (MAP), entre o Peru, o Brasil e a Bolívia.



⁴⁶Na década de 1990, o Peru e o Equador concordaram em criar a área protegida, como parte da solução de um conflito sobre fronteiras. Mais informações estão disponíveis em <https://www.iucn.org/es/content/la-conservacion-transfronteriza-mecanismo-esencial-para-los-bosques-tropicales>.
⁴⁷Em 2018, a Bolívia, o Brasil e o Paraguai assinaram a Declaração para a Conservação, Desenvolvimento Integral e Sustentável do Pantanal. Mais informações estão disponíveis em <https://www.worldwildlife.org/descubre-wwf/historias/que-es-la-conservacion-transfronteriza-y-por-que-es-importante>.
⁴⁸Visão para a conservação da diversidade biológica e cultural do bioma Amazônia com base em ecossistemas.
⁴⁹Projeto Integração das Áreas Protegidas da Amazônia (Iapa).

TABELA 8.1 – EXEMPLOS DE INTEGRAÇÃO A PAISAGENS MAIS AMPLAS

ESTRATÉGIA	PAÍSES ENVOLVIDOS	ATIVIDADE OU EXEMPLO	REFERÊNCIA
Ordenamento territorial em diferentes níveis e escalas de gestão	Colômbia	Casos-piloto de áreas protegidas que foram integradas como contribuição para a Política de Ordenamento Territorial Nacional.	http://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/parques-nacionales-y-uicn-lanzan-guia-integrando-las-areas-protegidas-al-ordenamiento-territorial-caso-colombia/
Governança e modelos de gestão privada e participativa	Peru	Áreas de conservação privadas que complementam os corredores biológicos e são administradas pelo Estado.	http://siar.minam.gob.pe/tumbes/novedades/areas-conservacion-privada-una-creciente-alternativa-conservacion-peru
Enfoque ecossistêmico	Costa Rica	O Programa Nacional de Corredores Biológicos incentiva o acesso ao pagamento por serviços ambientais para proprietários de florestas situadas nos corredores.	http://www.cedaf.org.do/Eventos/LandTrust/Guia_Corredores_Biologicos-CR.pdf
Enfoque ecossistêmico	Equador	Programa de compensação Socio Bosque para manutenção da floresta em pé.	http://sociobosque.ambiente.gob.ec/
Áreas protegidas, como soluções baseadas na natureza	Argentina	Na Patagônia, o manejo do ecossistema marinho-costeiro da Área Natural Protegida da Península Valdés tem se fortalecido como uma solução natural para evitar a degradação do habitat.	https://www.iucn.org/es/content/soluciones-basadas-en-la-naturaleza-identificadas-en-america-del-sur-se-exponen-en-el-congreso-mundial-de-parques
Integração com setores socioeconômicos	Chile	No Chile, por meio de defesos sazonais, as áreas marinhas protegidas contribuem para a melhorar o manejo da pesca, a renda econômica dos pescadores e a proteção da vida marinha.	Bovarnick, A.; Fernández-Baca, J.; Galindo J.; Negret H. (2010). <i>Sostenibilidad financiera de las áreas protegidas en América Latina y el Caribe: Guía para la política de inversión</i> . Pnud e TNC.
Mecanismos de gestão integrada e abordagem de paisagens	Brasil	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação define o mosaico como um modelo de gestão integrada (conforme o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens). O país possui 17 mosaicos reconhecidos federalmente.	https://www.mma.gov.br/informma/item/14907-conecta.html https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/mosaicos
Mecanismos de gestão integrada e abordagem de paisagens	Uruguai	O país desenvolve uma estratégia de gestão e planejamento de áreas protegidas com o objetivo de que elas não constituam ilhas de ecossistemas dentro de paisagens altamente modificadas.	https://www.uy.undp.org/content/uruguay/es/home/operations/projects/environment_and_energy/SNAP.html
Integração transfronteiriça de vários países	Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Brasil, Guiana Francesa e Suriname.	Integração de áreas protegidas, territórios indígenas e corredores já existentes.	https://www.gaiamazonas.org/lamazoniaenmapas/12/
Integração transfronteiriça de vários países	Colômbia, Equador, Peru, Brasil e Bolívia.	Paisagens com maiores oportunidades de conservação de áreas protegidas transfronteiriças no âmbito da iniciativa Visão Amazônica da RedParques e com o apoio do Projeto Iapa.	https://www.iucn.org/es/regiones/america-del-sur/nuestros-proyectos/proyectos-concluidos/vision-amazonica-iapa

QUADRO 8.3 – Corredor Marinho do Pacífico Oriental Tropical (Cmar)

RICARDO MENESES-ORELLANA⁵⁰ *COM O APOIO DE LAURA CAMACHO JARAMILLO⁵¹

O Corredor Marinho do Pacífico Oriental Tropical (Cmar) é uma iniciativa de cooperação regional entre os governos do Equador, Costa Rica, Colômbia e Panamá. Foi criado em 2004 pela Declaração de San José com o propósito de promover, por meio dos ministérios do Meio Ambiente da região, a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha no Pacífico Oriental Tropical. O Pacífico é considerado um dos oceanos mais produtivos do mundo, pois é o lar de formações montanhosas subaquáticas que constituem habitat; criadouros e locais de alimentação para diferentes espécies endêmicas e migratórias; ecossistemas de corais; e grupos biológicos, como mamíferos marinhos, tubarões, raias, peixes pelágicos e demersais, tartarugas e pássaros. Além disso, há uma conectividade ecológica entre esses elementos.

O Cmar compreende as Zonas Econômicas Exclusivas do Pacífico dos quatro países e suas cinco principais áreas de conservação: as áreas marinhas protegidas (AMPs) das Ilhas do Coco (Costa Rica), Coiba (Panamá), Malpelo e Gorgona (Colômbia) e do arquipélago de Galápagos (Equador). A maioria desses locais foram declarados

Patrimônio Mundial da Unesco, e alguns pertencem à Lista Verde da UICN.

A importância regional do Cmar em seus 16 anos de existência reside no trabalho colaborativo e voluntário entre os governos, que leva em consideração critérios técnicos e científicos para a tomada de decisões. Igualmente importante é a articulação do setor ambiental com as autoridades da pesca, turismo e defesa, bem como organizações da sociedade civil. Atualmente, o Cmar conta com uma grande rede de aliados que contribuem para o cumprimento dos objetivos de conservação e uso sustentável do corredor.

A cooperação e o posicionamento internacional alcançados pelo Cmar têm contribuído para o cumprimento da Meta 11 de Aichi e têm apoiado os processos de expansão das áreas-núcleo, aumentando a porcentagem de áreas protegidas marinhas e costeiras. Além disso, o Cmar promove a melhoria da gestão dos sistemas nacionais de áreas protegidas dos quatro países, com base na conectividade e representatividade ecológica entre os ecossistemas comuns dessa rede de áreas marinhas protegidas. Ademais, contribui para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 14, ao promover a pesquisa e a produção de conhecimento científico, bem como a promoção de boas práticas no uso de recursos marinhos e a participação em cenários que busquem coibir a pesca ilegal na região.



⁵⁰ Secretário técnico do Corredor Marinho do Pacífico Oriental Tropical, Cmar.

⁵¹ Parques Nacionales Naturales de Colombia (2020). Vínculo Técnico Cmar – Colômbia.

9. Contribuição dos territórios de vida na América Latina e no Caribe

CARMEN E. MIRANDA⁵²

MARCO OCTAVIO RIBERA ARISMENDI⁵³

Os Ticcas são “territórios e áreas conservadas por povos indígenas e comunidades locais e tradicionais”. Sob diferentes denominações locais, eles são descritos como territórios de vida, governados e administrados por povos e comunidades tradicionais que neles vivem há séculos. Em termos gerais, os Ticcas ou *territórios de vida* são fonte de alimentos, medicamentos, água e outros recursos de subsistência para as comunidades. Além disso, representam saúde, ambientes prósperos e locais sagrados; e são fonte de identidade, afetividade ou empatia com o meio ambiente e a cultura, a autonomia e a liberdade. Eles personificam os laços entre gerações e permitem preservar os conhecimentos e experiências do passado e a conexão com o futuro almejado. São o terreno no qual as comunidades exercem uma governança inclusiva, aprendem, identificam valores e desenvolvem suas próprias regras, conectam realidades visíveis e invisíveis e harmonizam a riqueza material e espiritual. Os Ticcas são componentes socioecológicos poderosos e altamente resilientes para qualquer sistema de conservação nacional, e seu papel deve ser reconhecido e adequadamente apoiado pelas sociedades latino-americanas.

Dispersos em mais de 100 ecorregiões desse espaço territorial, os Ticcas protegem uma grande diversidade de ecossistemas críticos e espécies ameaçadas ou emblemáticas para a conservação. Protegem funções ecossistêmicas fundamentais para as regiões, como o abastecimento de água, os rios voadores que regulam o clima regional, o controle de enchentes e a disponibilidade de recursos faunísticos, polinizadores e controladores de pragas, entre outros. Além disso, preservam corredores ecológicos que favorecem o intercâmbio genético entre territórios e entre áreas protegidas.

Os povos indígenas e comunidades locais que vivem e exercem governança nos Ticcas da Amazônia, da Orinoquia, do Chaco ou de outras florestas mesoamericanas possuem conhecimentos ancestrais profundos sobre suas espécies e ecossistemas; os ritmos e fenologia dos climas regionais; e a produtividade e as limitações de ecossistemas e espécies. Eles têm conhecimentos sobre plantas medicinais, agrobiodiversidade nativa e seus parentes silvestres; sistemas de seleção de solos para a agricultura; sistemas tradicionais de controle da caça e de uso de recursos; e modelos nativos bem-sucedidos de agroecologia e silvicultura.



© Fundación Herencia Colombia.

⁵² Coordenadora regional do Consórcio Ticca para os países da Amazônia; presidente executiva da Associação Savia – Bolívia; colíder do grupo de especialistas em Governança de APs da CMAP-UICN.

⁵³ Associação Savia – Bolívia.



FIGURA 9.1 - OS TERRITÓRIOS DE VIDA OU TICCAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

AMÉRICA LATINA E CARIBE

650.000 habitantes



521 povos indígenas
40 milhões de indígenas (6.15% da população total da América Latina e Caribe)

23 milhões de km²



3.000 Ticcas - territórios ou terras sob proteção indígena - ocupam apenas 10% da área total (2.3 milhões de quilômetros quadrados)



PROTEGEM ATÉ 80% DAS RIQUEZAS BIOLÓGICAS DE TODA A REGIÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE



Fonte: Elaboração própria, com base no Consórcio Ticca.

© Carlos Enrique Godoy, Guatemala.



MOSAICO DE GUARDIÕES ANCESTRAIS DA BIODIVERSIDADE



Vale destacar que, especialmente na América Latina, os povos indígenas que protegem a biodiversidade de seus territórios indígenas ancestrais, ou Ticcas, tiveram que lutar continuamente pela defesa de seus direitos em face da pressão de outros atores, como empresas extrativistas e políticas de desenvolvimento que não levam em consideração as necessidades dos povos indígenas. Os Ticcas e a natureza são inseparáveis da vida, da dignidade e da autodeterminação sustentável dos povos. Há mais de 520 povos indígenas na ALC. Mais de 80% vivem em terras baixas tropicais e subtropicais, com cerca de 40 milhões de habitantes, que protegem cerca de 3.000 Ticcas (territórios, áreas conservadas, reservas ou terras comunais) [figuras 9.1 e 9.2] ^{xlv}.

Ao propormos conclusões e recomendações para o período pós-2020, pode-se considerar que, em quase todos os casos, os Ticcas representam modelos de governança local que permitem cenários promissores de sustentabilidade e proteção efetiva da natureza e das funções ecossistêmicas. Essa situação se estende ao fortalecimento da gestão de áreas protegidas, uma vez que muitos espaços tradicionais se sobrepõem às referidas unidades de conservação. É imprescindível continuar a fortalecer os valores culturais, as capacidades e o resgate de conhecimentos integrais das comunidades indígenas e de suas organizações, a fim de otimizar a efetividade da gestão territorial frente às ameaças derivadas de políticas e processos que desestabilizam a vida comunitária dos povos e sua relação com o território.

Fonte: Elaboração própria, com base no Consórcio Ticca.

FIGURA 9.2 – INICIATIVAS FUNDAMENTAIS DA REDE TICCA COLÔMBIA



Observação 1: O mapa mostra a localização das 17 iniciativas fundadoras da Rede Ticca Colômbia e de outras duas que estão em processo de aprovação.

Fonte: Amaya, C. y Parra, L. (2019).

QUADRO 9.1 – Rede Ticca na Colômbia

CAROLINA AMAYA PEDRAZA⁵⁴

O negócio é ser pequeno. E. F. Schumacher.

Um grupo de jovens misak resgatou os sonhos frustrados de seus pais (interrompidos há mais de vinte anos devido à guerra) e reconstruiu os valores e práticas culturais de seus ancestrais em questões relacionadas aos cuidados com o território. Para tal, protegem uma área da reserva Guambía, no município de Silvia, departamento de Cauca, como se fosse um pequeno laboratório. O objetivo é sensibilizar as autoridades e o povo da região sobre educação ambiental, artes e revalorização dos saberes dos avós e sábios de seu povo.

Uma associação de experientes caçadores afrodescendentes do Pacífico colombiano obteve uma escritura coletiva em seu nome e criou um refúgio para a fauna da floresta úmida tropical que visa a resgatar espécies em perigo de extinção. Para tanto, os associados utilizam seus conhecimentos enciclopédicos sobre esse ecossistema, provenientes de pesquisas próprias, educação em escolas locais e ecoturismo.

Enquanto isso, em um município no sul da Colômbia, 1.500 famílias em 24 aldeias concordaram em reservar áreas de

suas propriedades privadas para conservação. Com esse objetivo, por meio de um arranjo de governança mista (governo e comunidade), foram estabelecidas *linhas amarelas* que impedem o avanço da fronteira agrícola. Acordos entre comunidades e aldeias locais garantem a manutenção de um corredor que conecta e amplia a área protegida regional coadministrada há mais de quinze anos.

Além dessas iniciativas, 17 organizações comunitárias (formadas por agricultores, afrodescendentes e indígenas tutores de seus territórios), constituíram, em novembro de 2018, a *Rede Ticca Colômbia*, definida como “a construção autônoma e coletiva de um movimento comunitário para fortalecer, promover e dar visibilidade aos Territórios de Vida (Ticcas) na Colômbia”. Essas pequenas iniciativas totalizam quase 500.000 hectares de áreas conservadas, geridas com base em seus próprios sistemas de governança e conhecimentos tradicionais com o propósito de garantir o bem-estar de suas famílias, das gerações futuras e de toda a humanidade⁵⁵.

Participantes do workshop de encerramento da Iniciativa Global de Apoio aos Ticcas*

⁵⁴ Centro De Estudos Médicos Interculturais, Cemi – Colômbia.

⁵⁵ Mais informações estão disponíveis em <https://www.redticca.org> y <https://www.cemi.org.co/ticca>.

QUADRO 9.2 – Da cogestão à governança de territórios bioculturais

LORENA ARCE⁵⁶ E JORGE NAHUEL⁵⁷

O Parque Nacional Lanín (PNL) e o Parque Nacional Nahuel Huapi – criados em 1937 e 1934, respectivamente – têm localização contígua, unidos de norte a sul, nas províncias de Neuquén e Río Negro, na Argentina. Esses parques foram criados em um território de ocupação ancestral do povo mapuche sem seu consentimento prévio. Diante da expropriação de suas terras ancestrais e da necessidade de gestão dessas áreas protegidas, as comunidades se organizaram para debater a situação e tomar providências.

Consequentemente, durante o ano de 2001, a Confederação Mapuche de Neuquén assinou um convênio com a Administração de Parques Nacionais da Argentina (APN) para estabelecer um sistema de cogestão das áreas comunitárias do PNL. Foi constituído um Comitê de Cogestão integrado por representantes da APN, do Instituto Nacional de Assuntos Indígenas, da Confederação Mapuche de Neuquén e das comunidades mapuche do PNL. Além disso, foram criados Comitês Locais de Gestão, que reúnem comunidades indígenas e representantes do PNL para tratar da gestão local do território. Esses eventos marcaram uma guinada no sistema nacional de áreas protegidas da Argentina e deram início a um processo de construção política rumo à busca de consensos e trabalhos

conjuntos, a partir do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas.

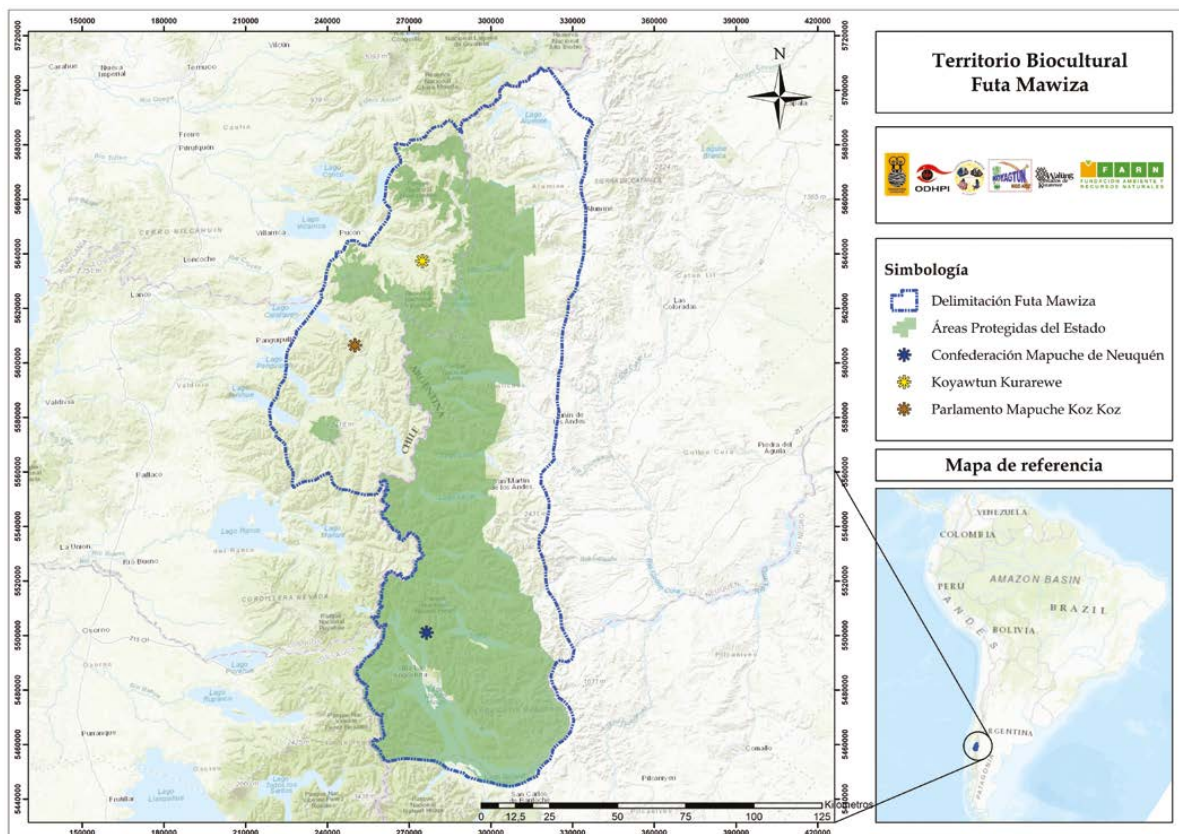
O objetivo final é um processo político para avançar rumo à governança e proteção de territórios com alta biodiversidade (em mapuzungun, a língua mapuche, esse conceito é descrito como itxofillmogen, ou biodiversidade física e espiritual, algo essencial para o kume felen, isto é, o bem-estar do povo mapuche). A partir dessa necessidade, nasceu uma aliança entre várias organizações mapuches localizadas na grande região da Cordilheira dos Andes, local da fronteira entre Chile e Argentina, e, graças a isso, foi possível manter a continuidade cultural dos povos. A aliança visa a fortalecer a proteção e governança do que tem sido chamado de Território Biocultural Futa Mawiza (grande floresta montanhosa), um símbolo de unidade entre as diferentes identidades territoriais do povo mapuche de gulumapu (terra do oeste) e puelmapu (terra do leste).

QUADRO 9.3 – Gestão marinho-costeira dos Ticcas: o exemplo da Rede de Áreas Marinhas de Pesca Responsável e Territórios Marinhos de Vida da Costa Rica

VIVIENNE SOLIS RIVERA⁵⁸

A Rede de Áreas Marinhas de Pesca Responsável e Territórios Marinhos de Vida da Costa Rica é um espaço não formal de encontro e aprendizagem de organizações de pescadores artesanais de pequena escala e de diferentes naturezas, além

FIGURA 9.3 – TERRITÓRIO BIOCULTURAL FUTA MAWIZA



Fonte: Observatório Cidadão – Chile (2019).

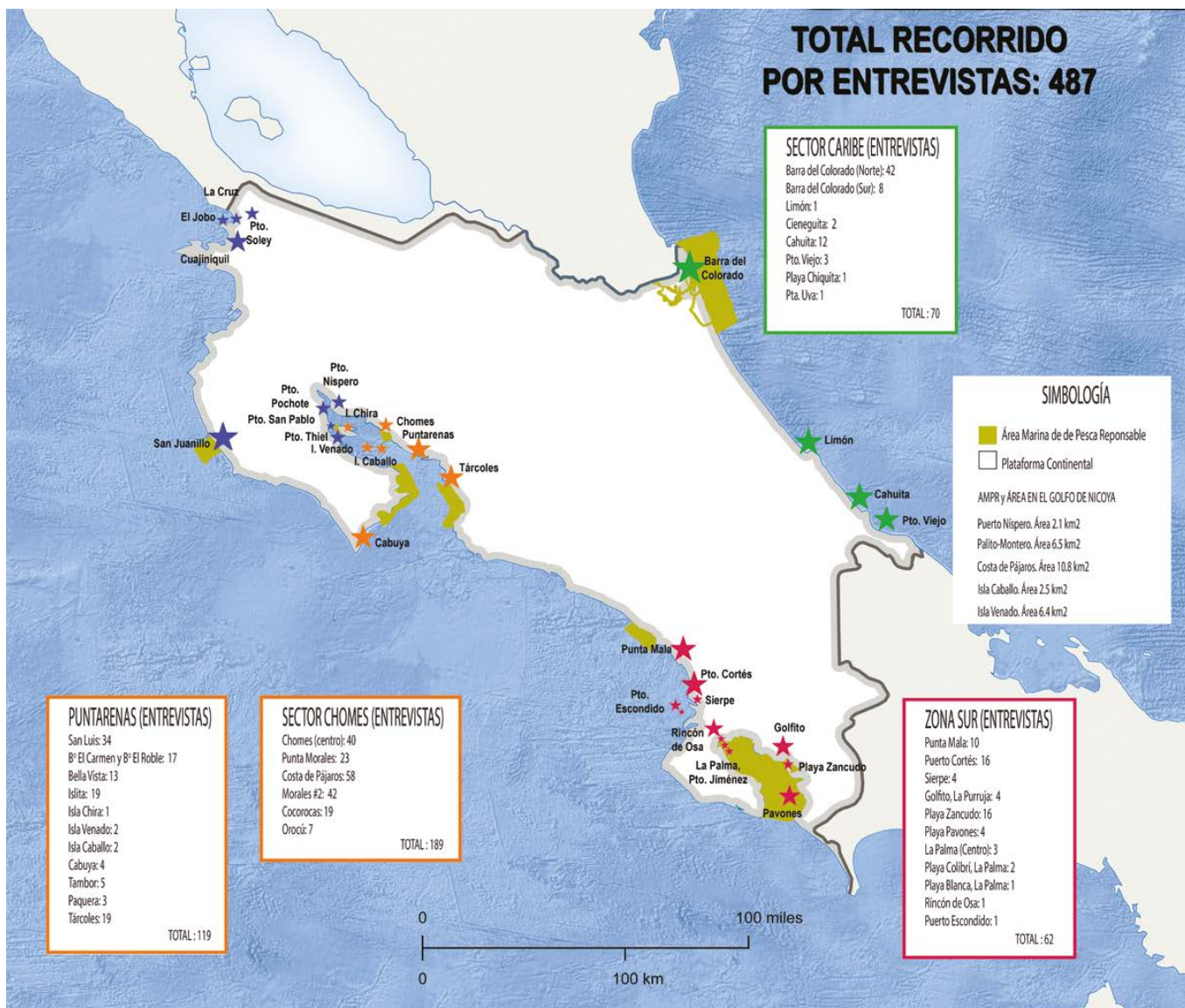
⁵⁶ Observatório Cidadão – Chile.

⁵⁷ Confederação Mapuche de Neuquén – Argentina.



⁵⁸ CoopeSoliDar R.L; membro honorário do Consórcio Ticca; membro da CMAP-UICN.

FIGURA 9.4 - ÁREAS MARINHAS DE PESCA RESPONSÁVEL NA COSTA RICA



Fonte: CoopeSoliDar R.L., 2019.

de comunidades sob diferentes modalidades de governança em seus territórios. Essas comunidades adotam modelos de gestão compartilhada com a autoridade pesqueira, como as áreas marinhas de pesca responsável, ou atuam sob governança governamental. Elas vivem próximas ou dentro de áreas de gestão marinha, que representam uma das categorias do sistema de áreas protegidas do país. Incluem povos indígenas e comunidades de afrodescendentes ou marisqueiros, além de outras formas de organização pesqueira e comunitária. É um grupo amplo, aberto e heterogêneo, que conta com a participação de diferentes grupos que compõem o setor da pesca artesanal de pequena escala, tanto na costa do Pacífico quanto no Caribe da Costa Rica.

A rede foi criada em 2009 por um grupo representativo da diversidade cultural e ambiental de comunidades cujo território está total ou parcialmente em áreas marinho-costeiras. Em 2014, a governança indígena e as comunidades locais nos territórios marinhos de vida receberam o reconhecimento do mais alto nível do Poder Executivo da República da Costa Rica.

Áreas marinhas de pesca responsável na Costa Rica

Atualmente, a rede inclui representantes de mais de 22 comunidades pesqueiras de pequena escala – sob modelos de governança compartilhada ou comunitária – localizadas na costa do Pacífico, no Caribe e em territórios indígenas da Costa Rica [figura 9.4]. Estima-se que os líderes da rede representem mais de 5 mil pessoas de comunidades diversas, cuja principal fonte de renda é a pesca artesanal de pequena escala.

Desde que foi reconhecida, a rede vem implementando práticas de pesca responsável, entre as quais a elaboração participativa dos planos de ordenamento pesqueiro das Áreas Marinhas de Pesca Responsável, com base nos conhecimentos tradicionais dos pescadores locais; e a implementação das Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza. Essas diretrizes foram aprovadas pela FAO (2014) e reconhecidas na Costa Rica por meio de um Decreto Executivo (2015).

10. Áreas protegidas privadas na América Latina

PEDRO SOLANO⁵⁹

ROBERTO DE LA MAZA⁶⁰

A conservação voluntária na América Latina e no Caribe (LAC) tem uma longa história. Há décadas, comunidades, famílias e instituições privadas protegem espaços silvestres e garantem a conservação da biodiversidade por meio de pesquisa, educação ambiental, conectividade, governança e proteção de paisagens e recursos estratégicos [capítulos 6 e 9]. Em muitos casos, esses empreendimentos são levados adiante sem marcos jurídicos; sem incentivos ou políticas claras; e com recursos próprios. Nesse sentido, a conservação de áreas protegidas privadas (APPs) tem sido prioritariamente um compromisso pessoal, familiar, comunitário ou empresarial, motivado por um interesse genuíno na proteção do patrimônio natural das gerações presentes e futuras.

As APPs na ALC protegem ecossistemas importantes e garantem suas funções ecológicas, além de gerar uma comunidade exemplar de cidadãos sustentáveis que, a cada dia, cresce e influencia positivamente os outros. Se é verdade que o futuro depende de como os humanos se relacionam com o planeta, essas pessoas encarnam a esperança de que é possível viver em harmonia com a natureza.

Com frequência, os responsáveis pelas APPs criam redes locais, que, então, se unem em redes nacionais ou regionais. Na Colômbia, por exemplo, as redes e organizações articuladoras existem há 30 anos ou mais. As redes permitem que os proprietários se conheçam, se fortaleçam e possam interagir para enfrentar ameaças e se articular com as autoridades.

Além disso, a maioria dos países da região incluiu, em seus sistemas nacionais de áreas protegidas, um nível ou categoria de APPs. Em geral, são áreas protegidas reconhecidas ou validadas pelo governo a pedido de seu proprietário. O primeiro país da região a incorporá-las foi o Brasil, por meio da criação, em 1990, das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) ⁶¹.

De acordo com os dados do último *Congresso Latino-Americano de Reservas Naturais Privadas (2018)*, estima-se que haja atualmente 4.000 APPs formais na região, cobrindo aproximadamente 5.000.000 ha em 17 países [figura 10.1]. Esses números diferem muito daqueles contidos na Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (WDPA), que relata, até o momento, apenas 1.408 APPs em 51 países ou territórios



⁵⁹ Grupo de especialistas em áreas protegidas privadas da UICN.

⁶⁰ Diretor de Legislação e Políticas Ambientais da VoBo. Assesores Integrais; facilitador do projeto Bioconnect – México.

⁶¹ O Decreto nº 98.914 de 31 de janeiro de 1990 dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural por destinação do proprietário. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/521554/publicacao/15707809> (Acessado em 15 de maio de 2020).

⁶² Coordenadora técnica da Associação Colombiana de Reservas Naturais da Sociedade Civil, Resnatur.



© Mathieu Perrot Bohringer, Colombia.

da ALC [figura 10.2]. As possíveis explicações para essa divergência são as limitações nos relatos dos pontos focais e o fato de que nem todas as APPs têm reconhecimento governamental ou estão registradas nas redes de seus titulares. As redes ainda não estão no radar de todos os sistemas nacionais de áreas protegidas como interlocutores válidos para a gestão de áreas com esse tipo de governança.

O valor das APPs da região é incalculável, uma vez que geram benefícios e esperança para o mundo de amanhã. Seu efeito multiplicador pode ser decisivo para garantir equilíbrio e resiliência e contribuir para o cumprimento da Meta 11 de Aichi e das metas subsequentes da Convenção sobre Diversidade Biológica. Além disso, permitem que os cidadãos assumam suas corresponsabilidades pela conservação da biodiversidade.

No entanto, são muitos os desafios enfrentados pelas APPs na ALC. Por um lado, é necessário melhorar os sistemas de proteção legal desses espaços. A propriedade rural é um bem sob constante ameaça em uma região com precária estabilidade política, níveis inaceitáveis de pobreza e um modelo de desenvolvimento econômico que não respeita a natureza.

Além disso, ainda não foram adequadamente internalizados os serviços ecossistêmicos fornecidos – que deveriam ser remunerados. Embora os programas de pagamento por esses serviços estejam em voga, eles ainda estão longe de funcionar adequadamente para todos. Há experiências positivas no Brasil, Costa Rica e México, para citar casos pioneiros na região.

Por fim, para que essas áreas possam contribuir para o

cumprimento da Meta 11 de Aichi e das metas pós-2020, é necessário estabelecer critérios e metodologias para sua identificação, avaliação e relato.

QUADRO 10.1 – Colômbia e a conservação voluntária em propriedades privadas

MARCELA SANTAMARÍA⁶²

Há mais de cem anos, a sociedade civil colombiana desempenha um papel central na conservação e produção sustentável de propriedades privadas. Um dos primeiros esforços reconhecidos foi a criação, em 1891, de uma reserva natural em Chicaque, cujo objetivo era conservar perpetuamente as altas florestas andinas. Na década de 1980, essas iniciativas de conservação começaram a se tornar visíveis com o surgimento de organizações ambientais e redes locais formadas por agricultores e famílias que pretendiam transformar suas propriedades em reservas naturais.

A Constituição Política da Colômbia de 1991 lançou as bases para o reconhecimento da função ecológica da propriedade. Algumas ONGs ambientais, coletivos e representantes da academia conseguiram incluir a categoria de reserva natural da sociedade civil (RNSC) na lei ambiental de 1993, uma das mais importantes conquistas de ativismo político ambiental da sociedade civil. Atualmente, o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (Sinap) inclui 933 RNSCs

FIGURA 10.1 - ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS (APPS) NA AMÉRICA LATINA

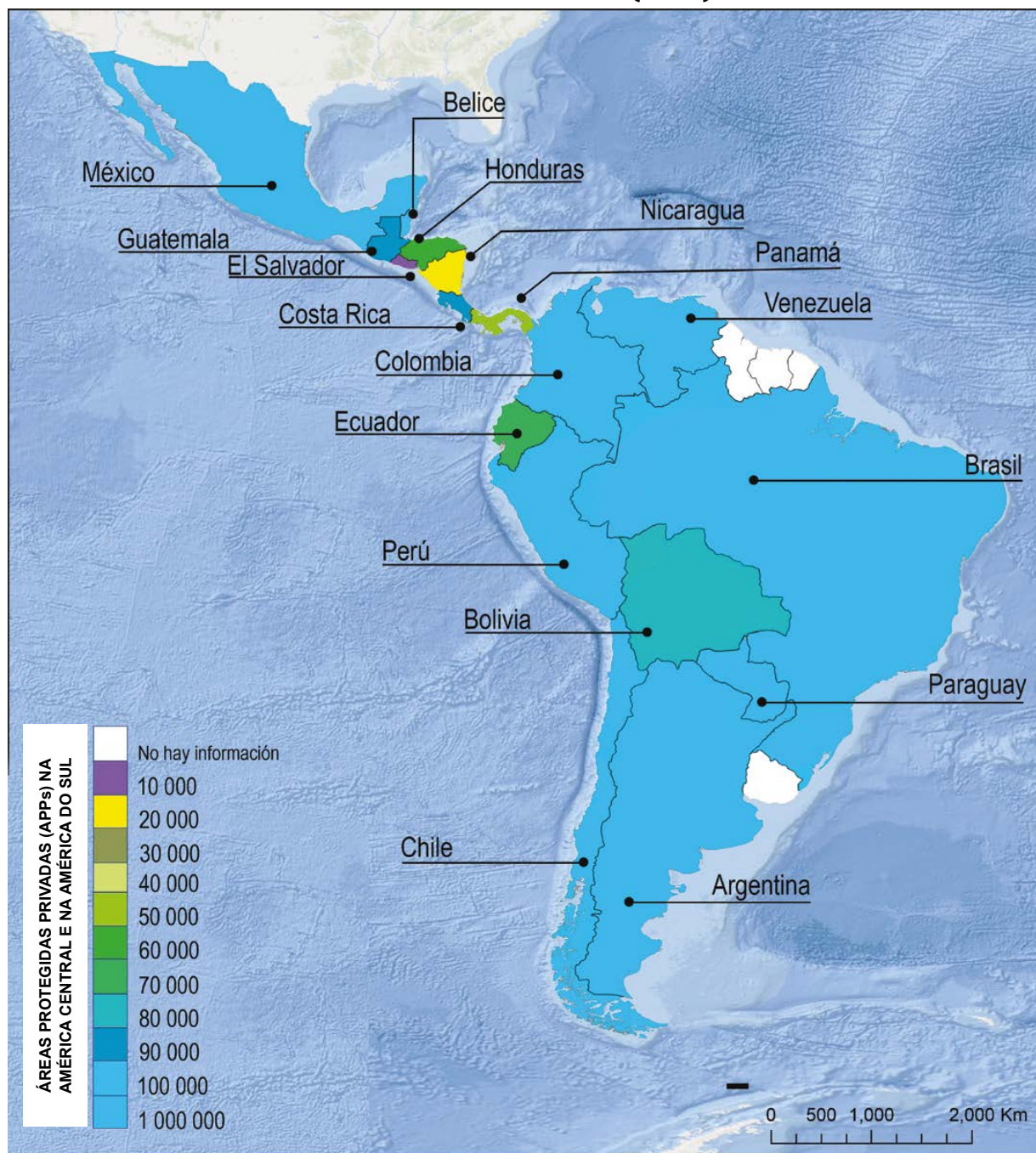


FIGURA 10.2 - NÚMERO DE ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS POR SUBTIPO DE GOVERNANÇA*

Tipo de governança	Subtipo de governança	Número de APPs, por subtipo de governança	Número total de APPs	Porcentagem de APPs sobre o total de APPs cadastradas na região
GOVERNANÇA PRIVADA	Proprietários individuais	1.280	1.408	15,40%
	Organizações sem fins lucrativos	93		
	Organizações com fins lucrativos	35		

*Observação: Informações obtidas de acordo com os valores aceitos no campo "GOV_TYPE" da WDPA.

em 192.689,96 ha (com base no Runap em 25 de outubro). Elas são apoiadas por redes e organizações articuladoras (22 delas estão cadastradas na lista de Parques Naturais Nacionais da Colômbia). No entanto, há muitas propriedades não escrituradas que podem ser descritas como estratégias de conservação privadas, mas não podem ou não querem fazer parte do Sinap. Os proprietários consideram que seus esforços de conservação não requerem aval do Estado, uma vez que o processo de conservação é anterior à criação do Sinap. Até o momento, estima-se que este grupo de estratégias inclua cerca de 800 áreas, com 160.000 ha⁶³.

Quer façam parte do Sinap, quer não, as RNSCs e as estratégias privadas de conservação são uma realidade no território colombiano, e, a cada dia, mais voluntários se unem a elas com o propósito de cuidar de um pedaço da Terra. Essa forma de conservar e produzir de forma sustentável contribui para a construção de comunidades e paisagens resilientes e para o bem-estar humano.

QUADRO 10.2 – México e a construção de um modelo de governança flexível e baseado na vontade dos proprietários

ROBERTO DE LA MAZA⁶⁵

Em 2008, foi reformada a Lei Geral de Equilíbrio Ecológico e Proteção Ambiental com o objetivo de que as áreas destinadas voluntariamente à conservação (ADVC) fossem incorporadas

como uma espécie de área natural protegida federal (ANP) e que seus proprietários fossem responsáveis por sua governança. Até o momento, já foram certificadas mais de 354 ADVCs, totalizando 550.000 ha de propriedades públicas, privadas ou agrárias, que protegem uma grande diversidade de ecossistemas e espécies da flora e fauna silvestres ⁶⁵.

A certificação de imóveis como ADVCs constitui um ato de natureza autorregulatória e de boa fé, uma vez que são os proprietários que propõem a estratégia de gestão e o zoneamento, cabendo à autoridade somente reconhecer sua vontade e certificar as referidas propostas, desde que cumpram a definição legal e os objetivos das ANPs.

Trata-se de uma modalidade de ANP flexível, pois, embora os certificados sejam emitidos por prazo determinado (mínimo de 15 e máximo de 99 anos), seus titulares podem solicitar o cancelamento antecipado a qualquer momento. Vale notar que a ampla aceitação das ADVCs somente foi possível por meio de um instrumento que, em nenhum momento, envolve violação de direitos de propriedade – sobretudo se considerarmos, que, no México, prevalece a percepção social de que as ANPs instituídas por decreto são estratégias de desapropriação de terras.

Nesse sentido, tanto o aumento constante da superfície quanto a diversidade de proprietários demonstram o sucesso das ADVCs como mecanismo voluntário e flexível para a constituição e governança de ANPs, uma vez que atendem a circunstâncias sociais específicas relativas aos direitos fundiários no México.



© Archivo Conanp, México.

QUADRO 10.3 – Peru: construção de cadeias de valor e identidade na conservação voluntária

PEDRO SOLANO ⁶⁶

As áreas de conservação privadas (ACPs) foram incorporadas ao sistema peruano de áreas naturais protegidas por meio de uma lei de 1997. As ACPs são reconhecidas pelo Ministério do Meio Ambiente a pedido de seu titular, por um período que varia de dez anos (mínimo) até a perpetuidade.

A evolução jurídica da visibilidade e a implementação do mecanismo têm sido marcantes. Até o momento, o Peru tem 144 áreas de conservação privadas, cobrindo mais de 400.000 ha e protegendo muitos ecossistemas, *habitat* e espécies importantes, tais como florestas secas, *yungas* ou aves relictas – algumas espetaculares e únicas, como o beija-flor sílfide. Os titulares são proprietários individuais e comunidades indígenas andinas ou amazônicas.

Embora o reconhecimento do Estado proporcione aos titulares uma espécie de marca e status que privilegiam certos produtos e serviços, como, por exemplo, a proteção das áreas,

esse reconhecimento por si só não tem sido suficiente para garantir que as áreas tenham uma gestão efetiva e estejam realmente protegidas.

Por esse motivo, surgiram as plataformas e redes de proprietários, que pretendem articular a valorização das áreas. Esses espaços desempenham um papel importante para coordenar e valorizar os proprietários; destacar áreas como destinos turísticos e voluntários; e promover os produtos sustentáveis das áreas.

Por meio desses mecanismos, atualmente muitos profissionais doam seu tempo e dinheiro para apoiar iniciativas voluntárias de conservação. Foram realizadas campanhas bem-sucedidas de *crowdfunding* (financiamento colaborativo) para resgatar espécies ou construir a infraestrutura necessária. Além disso, diversos produtos locais vêm sendo promovidos no mercado, como cervejas com aromas amazônicos ⁶⁷, óleos cosméticos, salgadinhos e bebidas feitas com produtos florestais. Do mesmo modo, existem vários livros e centenas de artigos em revistas e jornais que destacam o trabalho dos proprietários de ACPs, bem como suas áreas e seus produtos. Isso ajudou a formar uma comunidade orgulhosa e visível que, sem dúvida, contribui para um planeta mais sustentável e feliz.



© Archivo Sernap, Perú.

⁶³ Dados de projetos não publicados em andamento: "Adaptación de los criterios OMEC al contexto colombiano". Resnatur, Instituto Humboldt, Fundação Natura, Projeto Áreas Protegidas Locais – GIZ, Iclei, UICN. Financiamento do Programa de Pequenas Subvenções (PPD) do Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF, Pnud.

⁶⁴ Diretor de Legislação Ambiental e Política da VoBo . Asesores Integrales; facilitador do projeto Bioconnect – México.

⁶⁵ Mais informações estão disponíveis em <https://advc.conanp.gob.mx/estadisticas-advcl/>. (Acessado em 13 de maio de 2020).

⁶⁶ Grupo de especialistas em áreas protegidas privadas da UICN.

⁶⁷ Mais informações estão disponíveis em <http://ampaperu.info/amazonia-que-late/> e <https://www.conservamospornaturaleza.org> y <https://shwi.pe>.



11. Progressos na identificação de outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas na América Latina e Caribe

CAROLINA SOFRONY⁶⁸

CLARA MATALLANA⁶⁹

JULIANA ECHEVERRI⁷⁰

MARCELA SANTAMARÍA⁷¹

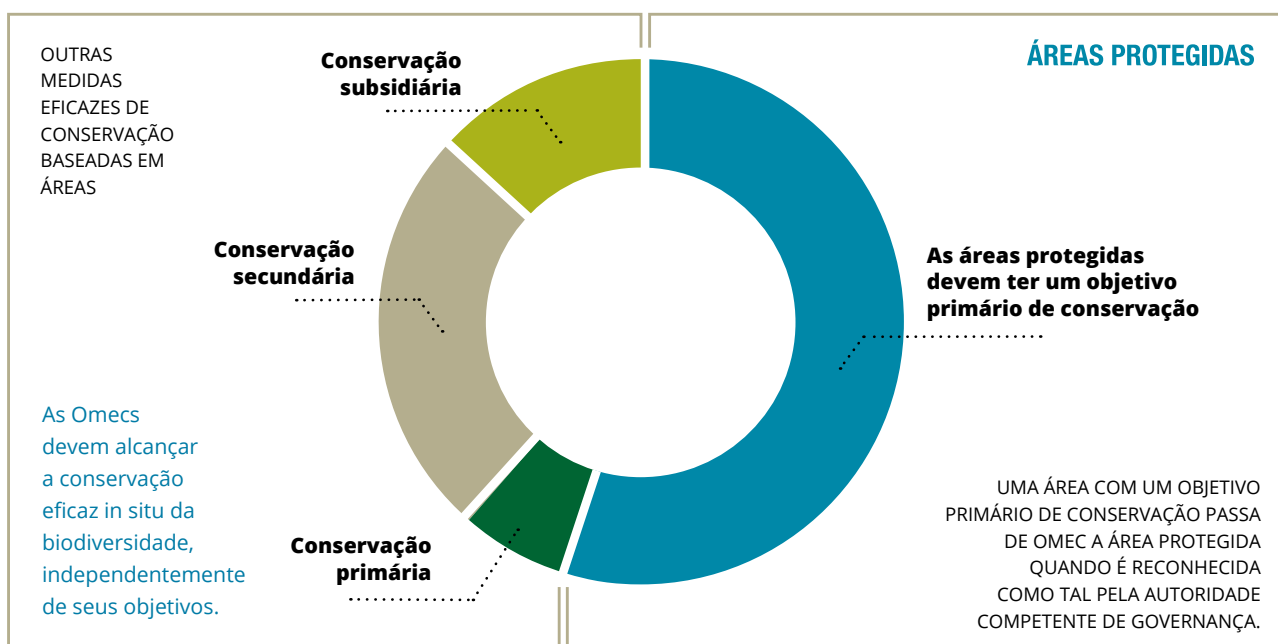
As áreas protegidas são uma das ferramentas mais relevantes para a conservação *in situ* da biodiversidade. A gestão das áreas protegidas mostra que, para manter a funcionalidade do ecossistema, são necessários sistemas nacionais de áreas protegidas conectados à paisagem e a outros processos de conservação [capítulo 7]. Na ALC, esses processos são, em sua maioria, impulsionados por atores sociais, que têm promovido o manejo sustentável da biodiversidade e que contribuem para o cumprimento dos objetivos de conservação dos sistemas nacionais de áreas protegidas [capítulo 10].

Essas iniciativas, que mostram resultados efetivos de conservação da biodiversidade [figura 11.1], são reconhecidas na Meta 11 de Aichi e são definidas na Decisão 14/8 da CDB.

Essa decisão determina que as partes signatárias devem identificar e relatar⁷² outras medidas efetivas de conservação baseadas em áreas (Omecs). Ademais, reconhece que essas áreas serão essenciais para cumprir uma meta de conservação mais ambiciosa – possivelmente 30% da superfície global – a ser acordada na próxima Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Com o apoio de diversos projetos⁷³, foram criados espaços de diálogo e reforçadas as capacidades visando à aplicação dos critérios de Omecs para a identificação de áreas potenciais. Essas áreas incluem Ticcas [capítulo 9]; áreas de conservação locais e privadas [capítulos 12 e 10]; reservas florestais; reservas da biosfera; sítios Ramsar; patrimônios da Unesco; áreas importantes para conservação de aves (IBAs);

FIGURA 11.1 - RELAÇÃO DAS OMECS COM AS ÁREAS PROTEGIDAS



Fonte: CMAP-UICN, Força-Tarefa de Omecs (2019).

⁶⁸ Projeto IAPA

⁶⁹ IAvH, pesquisadora associada do Programa de Gestão Territorial da Biodiversidade; membro da CMAP-UICN; GE Omec.

⁷⁰ Agência de Cooperação Alemã (GIZ) – Colômbia; ponto focal do Projeto Regional de Áreas Protegidas Locais; membro da CMAP-UICN.

⁷¹ Coordenadora técnica da Resnatur.

⁷² O relato deve ser feito no banco de dados mundial de Omecs (WD-OECM) <https://www.protectedplanet.net/c/other-effective-area-based-conservation-measures>.

⁷³ Projeto Iapa (União Europeia, FAO, WWF, UICN e ONU Meio Ambiente); Projeto Regional de Áreas Protegidas (GIZ, Iclei, UICN e Ministério Federal do Meio Ambiente da Alemanha); e Projeto de Adaptação dos Critérios de Omecs ao Contexto Colombiano (PPD do GEF-Pnud; Resnatur, Fundação Natura, Instituto Humboldt e o Projeto de Áreas Protegidas Locais).



© Juan Carlos Huitrón Baca, México.

e áreas-chave para a biodiversidade [capítulo 3]. No entanto, como cada país segue suas próprias normas nacionais, ainda permanece o debate sobre a aplicação de designações internacionais às Omecs. Além disso, as áreas devem ser avaliadas caso a caso, de acordo com os critérios das Omecs. As designações listadas aqui devem ser consideradas apenas como Omecs em potencial; portanto, é possível que cubram alguns locais que atendem aos critérios, e outros que não.

Os países da ALC apresentam índices desiguais de progresso na identificação e notificação de Omecs. Poucos possuem um roteiro de trabalho definido que permita coordenar, em seus territórios, as determinações da Decisão 14/8 (El Salvador relata ter um roteiro, ao passo que o Panamá, o Uruguai, o Peru, a Colômbia, a Costa Rica, o México e Cuba estão em processo de elaboração de seus roteiros). Até o momento, nenhum país da região relatou Omecs à Base de Dados Mundial de Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em Áreas (WD-OECM, na sigla em inglês) ⁷⁴ [figura 11.2], o que demonstra que todos ainda têm muito a progredir em relação a seu marco nacional de implementação.

Embora o reconhecimento das Omecs constitua um desafio para os países da região que vivem em um contexto socioeconômico e político complexo, é também uma oportunidade de tornar visível sua contribuição para a conservação, considerando diferentes modalidades de governança [capítulo 6] que existem há décadas e que beneficiam o desenvolvimento sustentável dos territórios.

É importante que os países da região aprendam mais sobre os critérios e definam seus roteiros de trabalho [figura 11.3], o que deve ser feito com o propósito de aplicá-los ao contexto de cada país e analisar as contribuições que as áreas fazem

aos objetivos de conservação, por meio de seus relatos à WD-OECM. Isso dará mais visibilidade aos benefícios das Omecs para a conectividade e representatividade ecológica dos sistemas nacionais de áreas protegidas, bem como sua contribuição para a resiliência e gestão efetiva das paisagens.

QUADRO 11.1 – Identificação de Omecs marinhas na Costa Rica: fortalecimento da governança marinha

DAMIÁN MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ⁷⁵

A Costa Rica possui dez vezes mais mar do que terra; entretanto, apenas 2,63% de sua ZEE está incluída em alguma categoria de gestão (Sinac, 2020). O país consolidou uma abordagem de conservação baseada em áreas e implementou um planejamento sistemático para a conservação marinha. O desafio atual é atingir as metas de representatividade em um espaço marinho bem governado e administrado, de forma a facilitar o cumprimento das metas pós-2020.

Segundo o *Sexto Relatório Nacional*, prevalece uma tendência centralizadora na Costa Rica, em que poucos atores podem dominar todos os processos. Com o objetivo de melhorar as capacidades locais de base e trabalhar em colaboração com o Estado em prol de uma governança compartilhada efetiva, o país implementou as seguintes ações:

- **Em 2016**, decretou quatro modelos de governança: (i) governamental; (ii) compartilhada; (iii) privada; e (iv) de povos indígenas e comunidades locais.
- **Em 2019**, decretou o Mecanismo de Governança de Espaços Marinhos na Costa Rica, um instrumento que

⁷⁴ Resultados da análise das respostas obtidas por representantes dos ministérios do Meio Ambiente e dos sistemas nacionais de áreas protegidas do Panamá, Guatemala, Uruguai, El Salvador, Brasil, República Dominicana, Peru, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Equador, Cuba e Venezuela.

⁷⁵ Federação de Pesca da Costa Rica; assessor de Conservação e Políticas Públicas; membro da CMAP & Marine.



© Ángela Echeverry, Colombia.

promove a coordenação interinstitucional para a gestão e manejo participativo de recursos marinhos; e garante a participação ativa e efetiva da sociedade na gestão integral do mar.

• **Em 2020**, ratificou o Acordo Escazú, que, entre outras coisas, permitirá que decisões sejam tomadas de forma fundamentada, participativa e inclusiva; e melhorará a prestação de contas e a transparência.

O marco de governança marinha permitirá a consolidação das Omecs. A abordagem adotada para a medição da efetividade foi bem-sucedida no passado (como no caso dos corredores biológicos, que permitem a gestão de ações de diferentes setores em nível de paisagem). O compromisso do país com as Omecs permitirá a aplicação de princípios de direitos humanos (por exemplo, equidade, democracia e gênero), que são fundamentais para o cumprimento das metas definidas para depois de 2020.

QUADRO 11.2 – Omecs: a experiência da Colômbia

CLARA MATALLANA⁷⁶, MARCELA SANTAMARÍA⁷⁷, JULIANA ECHEVERRI⁷⁸ E SANDRA GALÁN⁷⁹

Na Amazônia colombiana, os entes municipais de Belén de los Andaquíes e San José del Fragua, preocupados com o desmatamento e a mineração ilegal, estabeleceram, com o apoio da comunidade, o *Parque Municipal Natural La Resaca*, que compreende 220.000 ha de floresta tropical úmida. Em Nariño, a comunidade indígena *Awá Magüi* constituiu uma reserva natural de 1.569 ha que visa a conservar a natureza e, assim, garantir seu bem-estar. Dessa

forma, conseguem, por exemplo, enfrentar ameaças, como a expansão da fronteira agrícola e conflitos armados. Rumo ao Pacífico, em Buenaventura, o Conselho Comunitário da Comunidade Afrodescendente de Calle Larga destinou 1.359 ha de seu território para a proteção de recursos madeireiros e hídricos por meio do resgate de práticas culturais, engajamento juvenil e ecoturismo.

Na região do Caribe, a Associação de Mulheres Unidas de San Isidro protege 106 ha de floresta seca e seus mananciais; assim, estabelecem lavouras agroflorestais para retomar o controle sobre sua atividade produtiva. No Pacífico Norte, o Grupo Interinstitucional e Comunitário de Pesca Artesanal da Costa de Chocó administra, há 20 anos, a Zona Exclusiva de Pesca Artesanal, uma área marinha de 800 km² que garante a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a sua autonomia alimentar.

Essas iniciativas fazem parte de 27 casos de Omecs potenciais que foram analisados pelo projeto *Adaptação dos Critérios de Omecs ao Contexto Colombiano*. O projeto é liderado pela Resnatur, pelo Instituto Humboldt, pela Fundação Natura e pelo Projeto de Áreas Protegidas Locais, com o apoio do Programa de Pequenas Subvenções do GEF (Pnud) e em parceria com outros projetos, como o Projeto Iapa. O processo tem permitido a identificação de Omecs com diversas finalidades e modelos de governança, o que é uma oportunidade de tornar visíveis e fortalecer essas iniciativas, que já existem há décadas. Além disso, permite destacar suas contribuições para o cumprimento de objetivos de conservação nacionais e internacionais.

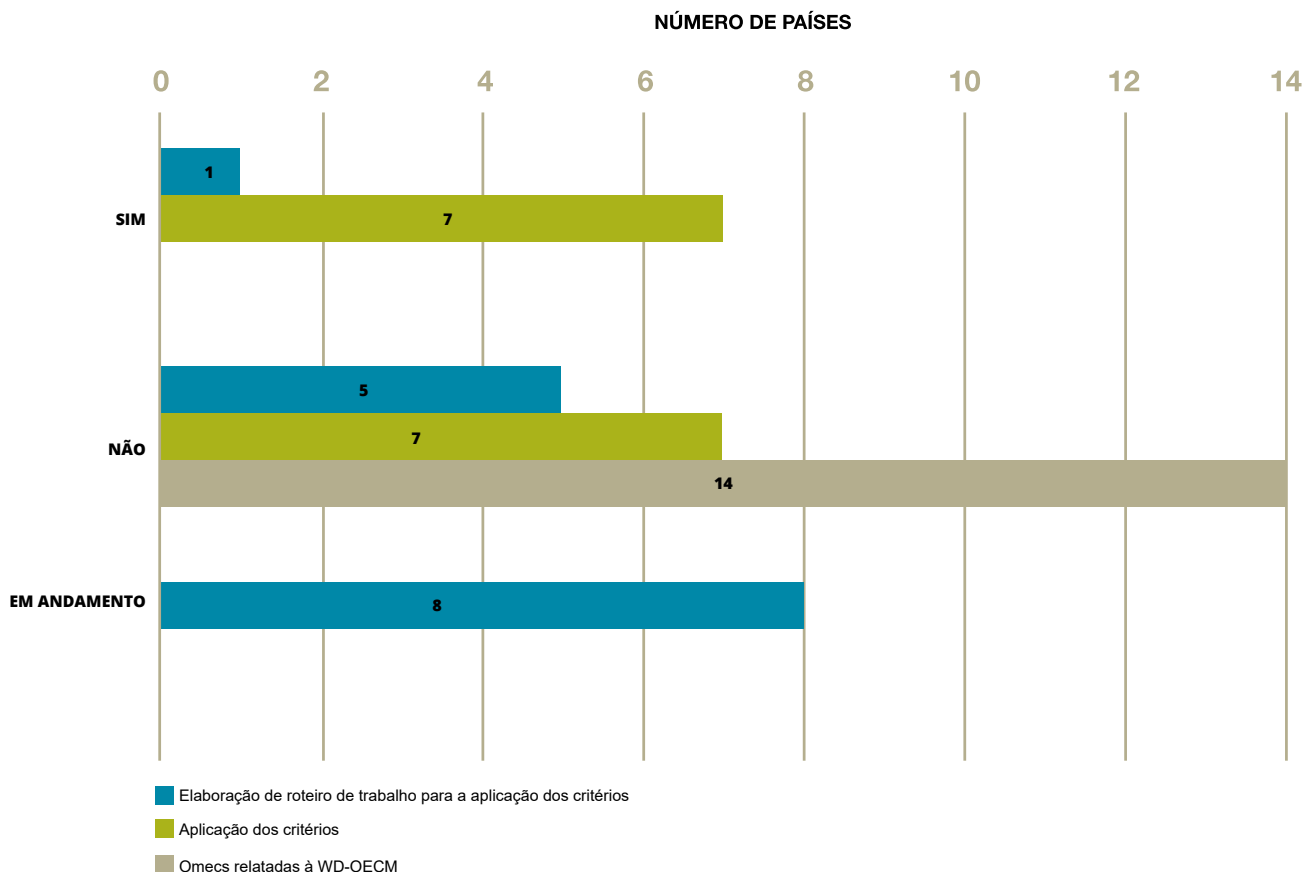
⁷⁶ IAvH, pesquisadora associada do Programa de Gestão Territorial da Biodiversidade; membro da CMAP-UICN; GE Omec.

⁷⁷ Coordenadora técnica da Resnatur.

⁷⁸ Agência de Cooperação Alemã (GIZ) – Colômbia; ponto focal do Projeto Regional de Áreas Protegidas Locais; membro da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza, CMAP-UICN.

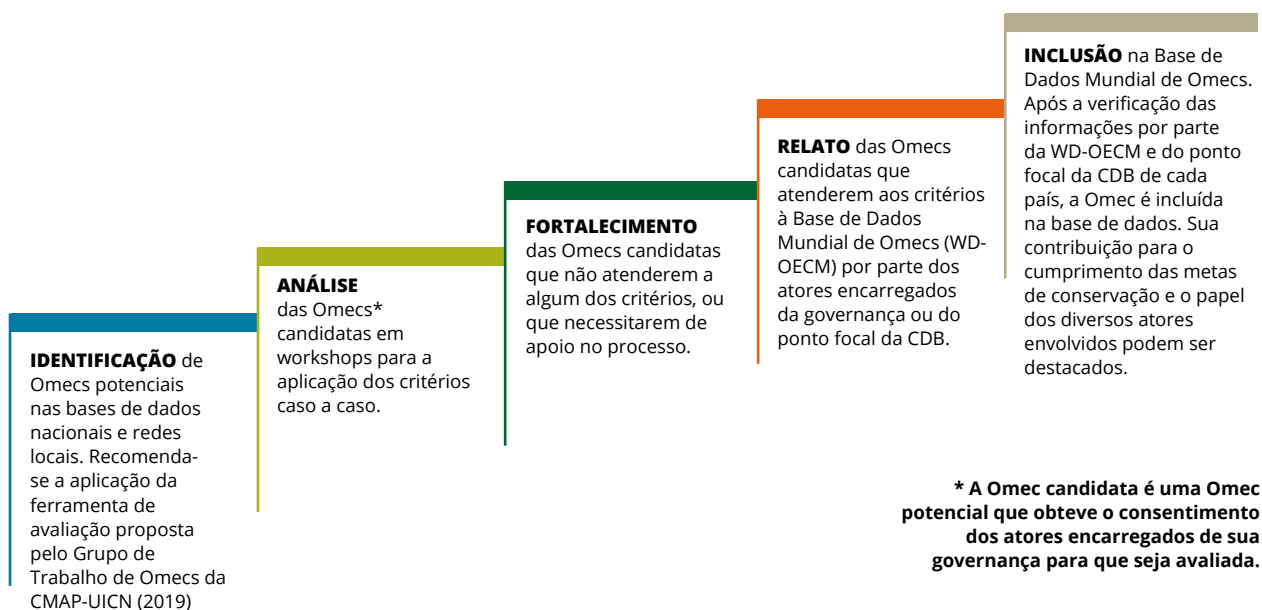
⁷⁹ Fundação Natura; oficial de Projetos do Grupo Interinstitucional de Estratégias Complementares de Conservação.

FIGURA 11.2 – PROGRESSO DOS PAÍSES NA APLICAÇÃO DA DECISÃO 14/8 DA CDB



Fonte: Pesquisa em 14 países da região (realizada para este relatório).

FIGURA 11.3 – ETAPAS PARA O RECONHECIMENTO E RELATO DE OMECS



Fonte: Elaboração própria.

12. Potencial desconhecido dos governos locais para a gestão de áreas protegidas

JENS BRÜGGEMANN ⁸⁰

STEPHANIE ARELLANO ⁸¹

MARCOS RUGNITZ TITO ⁸²

JULIANA ECHEVERRI ⁸³

ANDRÉ LIMA ⁸⁴

As áreas protegidas geridas por governos locais ou municipais, de forma descentralizada do governo central, geralmente não são muito visíveis. Tal fato é evidenciado na Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (WDPA), na qual, até julho de 2020, 51 países da região da América Latina e do Caribe haviam relatado 385 tipos diferentes de designações de áreas protegidas relacionadas a diferentes tipos de governança. Das 9.154 áreas protegidas localizadas em 14 países, 28% adotam um modelo governança vinculada a agências governamentais subnacionais. Apenas nove países [tabela 12.1] relatam áreas protegidas municipais⁸⁵ ou identificam a gestão por entes públicos em nível municipal⁸⁶.

Aproximadamente 0,6% das áreas registradas na WDPA são administradas por prefeituras, com 38 tipos de denominações; e 29% das áreas não relataram equivalências a categorias da UICN. Elas correspondem a áreas de pequeno a médio porte e foram estabelecidas em épocas diferentes. Setenta e sete por cento delas foram declaradas a partir de 2000.

Os números apresentados na tabela 12.1 indicam que há pouca participação dos governos locais no cumprimento das metas internacionais de biodiversidade. Mas será que isso é verdade? Nem todos os países possuem marcos jurídicos e mecanismos claros para reconhecer e registrar áreas protegidas administradas por governos locais. O Brasil é um exemplo importante [quadro 12.1], pois, embora o sistema nacional promova a declaração de unidades de conservação municipais, muitas de suas áreas ainda não fazem parte do sistema. Essas situações se traduzem em uma subestimativa do número e da extensão das áreas protegidas por governos locais.

QUADRO 12.1 – Situação atual das unidades de conservação municipais brasileiras

COM O APOIO DE MIRIAM FACTOS ⁸⁸

No Brasil, as áreas protegidas são chamadas de unidades de conservação (UCs). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) estabelece as áreas nas esferas administrativas federal, estadual e municipal. Em janeiro de 2020, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) relatava 2.446 áreas protegidas, das quais 390 (15,9%) correspondiam à esfera municipal e cobriam uma área de 61.241 km² (2,4% de toda a superfície terrestre e marinha protegida) [figura 12.1].

Avaliações recentes nos biomas Mata Atlântica e Cerrado demonstram que eles possuem mais de 1.053 unidades de conservação não cadastradas no CNUC, com extensão total de 72.060 km². Sem considerar outros biomas, a superfície das áreas protegidas por governos locais deve ser mais que o dobro do que consta atualmente no CNUC.

São diversos os motivos por trás disso. Um deles é a existência de nomenclaturas e categorias – utilizadas pelas UCs municipais – que não se enquadram no sistema nacional instituído no ano 2000. Além disso, alguns municípios não percebem o benefício de ter suas UCs cadastradas, ou não consideram que valha a pena o esforço. Para lidar com essa situação, por meio do projeto regional Áreas Protegidas Locais, o MMA tem motivado e incentivado os municípios a

⁸⁰ Agência de Cooperação Alemã (GIZ) – Brasil; diretor do Grupo de Biodiversidade, Floresta e Clima; membro da CMAP-UICN.

⁸¹ UICN, América do Sul; responsável pela Gestão da Biodiversidade; membro da CMAP-UICN.

⁸² Consultor do Programa de Áreas Protegidas da UICN; membro da CMAP-UICN.

⁸³ Agência de Cooperação Alemã (GIZ) – Colômbia; ponto focal do Projeto Regional de Áreas Protegidas Locais; membro da CMAP-UICN.

⁸⁴ Agência de Cooperação Alemã (GIZ) – Brasil; assessor Técnico do Projeto Regional de Áreas Protegidas Locais.

⁸⁵ Dois países referem-se a áreas locais: Ilhas Virgens dos Estados Unidos (um parque local e uma área de conservação local) e Santa Lúcia (uma área local de manejo da pesca marinha).

⁸⁶ As áreas protegidas municipais são identificadas pela forma de governança, não devendo ser confundidas com áreas protegidas urbanas, que podem ter qualquer tipo de governança, como, por exemplo, as áreas marinhas protegidas.

⁸⁷ As áreas são identificadas a partir do cruzamento das seguintes informações: (i) tipo de designação (em espanhol e inglês); (ii) nome da área; e (iii) tipo de indivíduo ou grupo que administra a área (variável MANG_AUTH). A análise foi complementada com os resultados das pesquisas enviadas aos pontos focais dos países-membros da RedParques.

⁸⁸ Agência de Cooperação Alemã (GIZ) – Equador; ponto focal do Projeto Regional de Áreas Protegidas Locais;

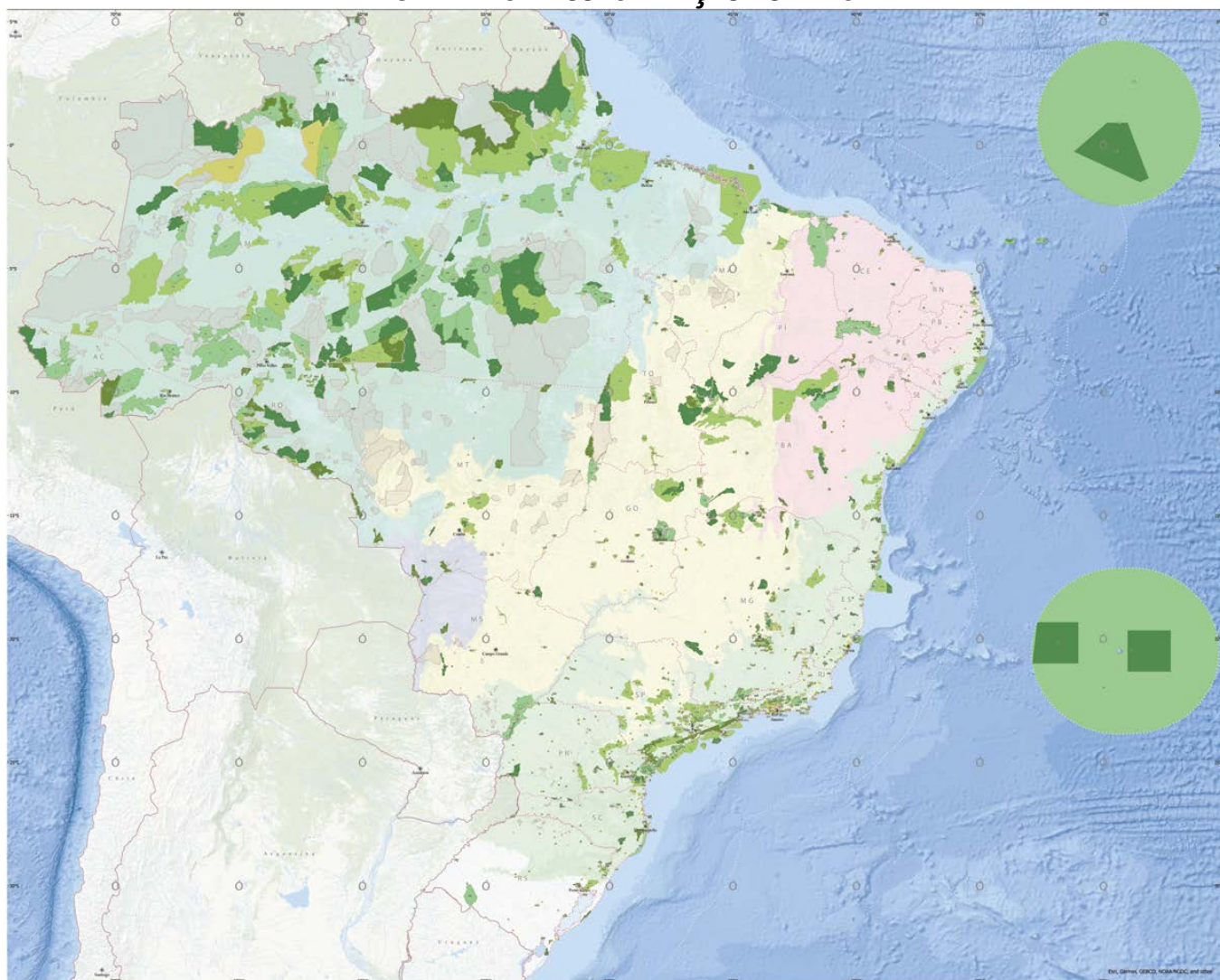
TABELA 12.1. REPRESENTATIVIDADE DAS ÁREAS PROTEGIDAS LOCAIS NA WDPA ^{87*}

País	Número de áreas	Número de designações	Sem relação com categoria UICN*	Extensão das áreas (km ²)		Ano de designação	
				Mínima	Máxima	Primeira	Última
Argentina	18	5	9%	0,02	371,4	1963	2013
Bolívia	31	4	100%	3,80	3.470,4	1980	2007
Brasil	385	9	2%	0,01	30.424,8	1975	2019
Chile	10	1	20%	0,01	390,3	1973	2017
Costa Rica	1	1	100%	2,3		1973	
Equador	2	1	100%	160,3	531,4	2012	2017
Guatemala	76	3	0%	0,05	121,3	1996	2017
México	71	14	99%	0,01	610,2	1978	2016
Paraguai	1	1	100%	0,8		2006	

*Observação: Porcentagem de áreas não relacionadas a categorias da UICN.

Fonte: Elaboração própria, com base na WDPA. Unep-WCMC e UICN (2020).

FIGURA 12.1 - AS ÁREAS PROTEGIDAS QUE COMPÕEM O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL





© Archivo Conanp, México.

adequarem a nomenclatura e os critérios das UCs existentes e a criarem novas UCs que se pautem pela legislação nacional em vigor. Considerando os 5.570 municípios brasileiros, essa iniciativa visa a aumentar as informações e o reconhecimento dos esforços de conservação da biodiversidade promovidos por governos locais no CNUC.

QUADRO 12.2 – O trabalho articulado dos governos municipais facilita a declaração de uma nova reserva da biosfera no Equador

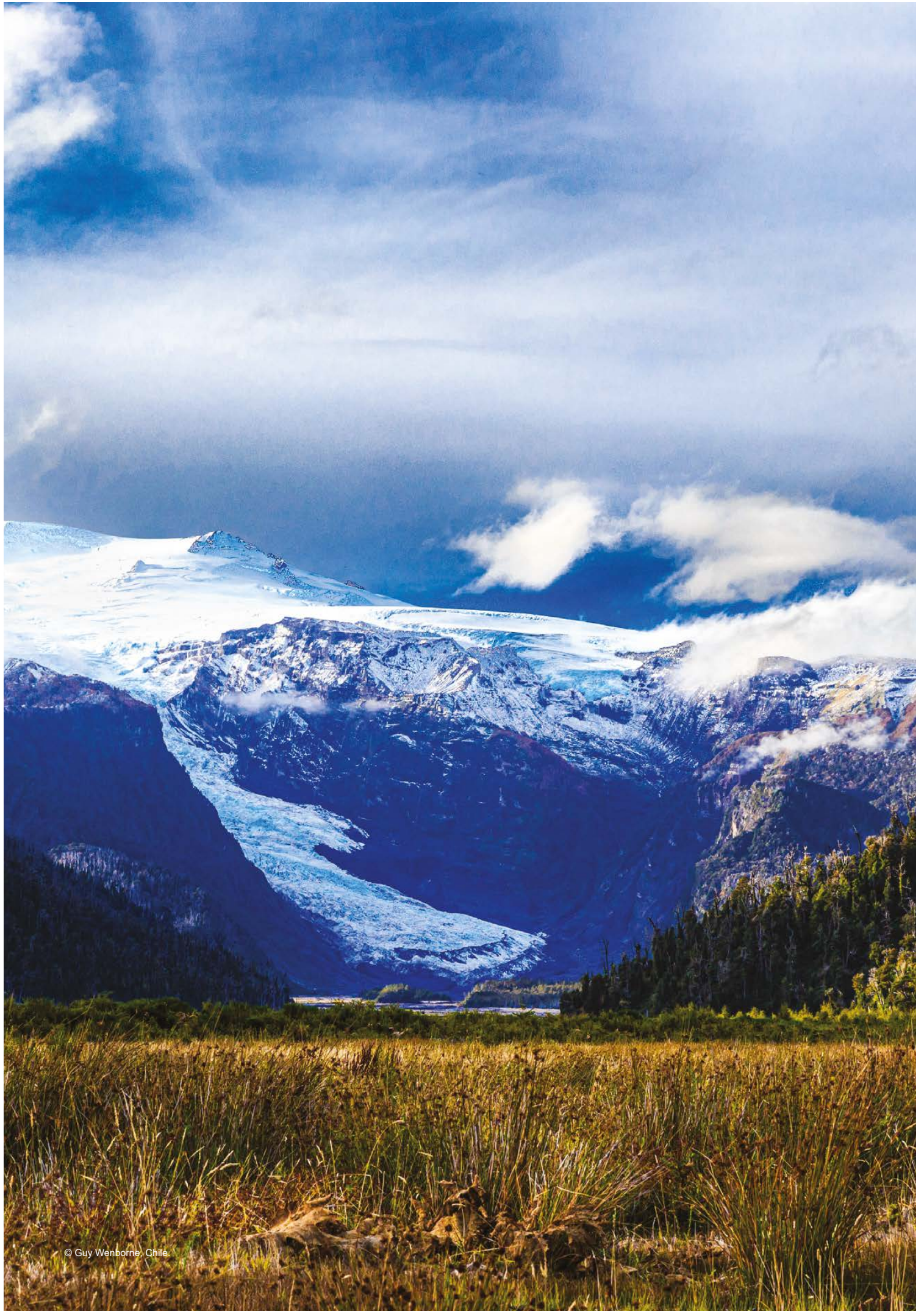
*COM O APOIO DE MIRIAM FACTOS⁸⁹

A Constituição vigente no Equador reconhece, no âmbito de seu *Sistema Nacional de Áreas Protegidas* (Snap), os governos autônomos descentralizados (GAD) como um dos subsistemas para a criação de áreas protegidas locais. Além disso, o Código Orgânico do Meio Ambiente (2017) dá maior visibilidade aos GADs provinciais e municipais e lhes atribui corresponsabilidade pela gestão de suas áreas especiais de conservação da biodiversidade. O valor do fortalecimento dos poderes locais é evidenciado na declaração da Reserva da Biosfera Chocó Andino de Pichincha, em 2018. Essa declaração da Unesco é o reconhecimento de uma visão comum de conservação, em que a liderança e articulação do governo provincial de Pichincha (com nove distritos que incluem três governos municipais: Distrito Metropolitano de Quito, San Miguel de los Bancos e Pedro Vicente Maldonado) foi a chave para alcançar o objetivo principal: a declaração oficial da reserva. Com uma extensão aproximada de 286.000 ha, a reserva abrange nove florestas protetoras, três áreas

municipais de conservação e uso sustentável (ACUS), várias reservas privadas e uma área protegida estadual (Reserva Geobotânica Pululahua). Foram os governos municipais, no uso de suas atribuições, que promoveram permanentemente a relação campo-cidade, o que tem fortalecido a governança territorial para a criação de unidades de conservação locais. A iniciativa foi acolhida e apoiada pelos cidadãos, uma vez que a área depende dos bens e recursos da biodiversidade, essenciais para apoiar o desenvolvimento econômico local e o bem-estar de cerca de 70 comunidades e uma população de 400.000 habitantes. A iniciativa complementa os esforços de conservação em nível nacional e demonstra que é possível alcançar uma verdadeira harmonização entre a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Alguns países tomaram medidas para reconhecer as áreas declaradas como protegidas ou conservadas pelos governos locais em seus sistemas nacionais. Alguns exemplos relevantes são as reservas da biosfera (quadro 12.2) ou as Omecs potenciais [capítulo 12]. No Peru, o Ministério do Meio Ambiente estabelece um registro interativo de Iniciativas de Conservação Local. O reconhecimento desse tipo de iniciativa contribui para reforçar e demonstrar o papel e o potencial dos governos locais como promotores da conservação da biodiversidade, atuando por meio da criação e gestão de áreas protegidas locais (APLs). Essa oportunidade foi contemplada na Declaração de Governos Locais, durante o III Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe, realizado em Lima em 2019. É importante que os governos nacionais ajustem os marcos normativos e institucionais que fomentam a criação, governança e gestão de áreas protegidas e Omecs em nível local.

⁸⁹ Agência de Cooperação Alemã (GIZ) – Equador; ponto focal do Projeto Regional de Áreas Protegidas Locais;





13. Condições propícias e áreas protegidas

ROBERTO AVIÑA CARLÍN⁹⁰

JULIA MIRANDA⁹¹

LUCIA BARTESAGHI⁹²

CARLOS GODOY⁹³

As áreas protegidas são reconhecidas como os instrumentos mais eficazes para salvaguardar a abundância, a saúde e a funcionalidade dos ecossistemas dos quais nós, como humanidade, dependemos. No entanto, os sistemas nacionais de áreas protegidas não dispõem de *ambientes favoráveis* para implementar totalmente seus objetivos de conservação. Embora esforços tenham sido feitos para aumentar sua cobertura, os recursos financeiros disponíveis não cresceram na mesma proporção. Isso prejudica os instrumentos de gestão que garantem resultados de conservação de longo prazo, visando a proporcionar múltiplos benefícios derivados da natureza aos seres humanos e demais seres vivos.

O Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas (PTAP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) define ambientes propícios como um conjunto de fatores institucionais, socioeconômicos e de políticas que seja adequado para o

estabelecimento e gestão eficaz das áreas protegidas (Objetivo 3.1). Destacam-se a harmonização das políticas setoriais; a cooperação entre países vizinhos; a valorização de suas contribuições ambientais, socioculturais e econômicas; o desenvolvimento de incentivos positivos e a eliminação de incentivos perversos; a participação de comunidades étnicas e locais; e o desenvolvimento de capacidades e oportunidades para estabelecer e administrar áreas protegidas.

Até o momento, considerando o marco pós-2020, a CDB refere-se a condições propícias como elementos que facilitarão sua implementação, destacando a participação de comunidades étnicas e locais, mulheres, jovens, autoridades locais, o setor produtivo e privado, a comunidade científica e a sociedade em geral. Essas condições são, entre outras, a coerência e a eficácia das políticas que implementam o marco, além de sinergias com acordos internacionais.



⁹⁰ Coordenador regional da RedParques; Comissariado Nacional da Conanp – México.

⁹¹ Coordenação Sub-regional Andes/Amazônia da RedParques; Diretora-geral do Sistema de PNNs da Colômbia 2004-2020.

⁹² Coordenação Sub-regional Cone Sul da RedParques; Diretora da Divisão Snap do Uruguai.

⁹³ Coordenação Sub-regional da Mesoamérica e Caribe da RedParques; Direção de Desenvolvimento do Sistema de Áreas Protegidas da Guatemala, Sigap; Conap – Guatemala.

⁹⁴ PNN da Colômbia.

A RedParques é uma iniciativa fundamental para o fortalecimento das áreas protegidas da região da ALC, conforme reconhece a Conferência das Partes (COP) da CDB em sua Decisão 14/8. Os países-membros têm contribuído significativamente para a consolidação das condições favoráveis do PTAP, especialmente com a criação de capacidades para estabelecer e gerir efetivamente as áreas protegidas, a cooperação regional, as sinergias para o cumprimento de acordos internacionais, a participação das comunidades e a articulação entre diversos atores.

Diante do exposto, destacamos o papel desempenhado pelas redes de cooperação internacional, que direcionam seu trabalho para a criação de condições regionais propícias que favoreçam a implementação do marco pós-2020.

Para complementar, consideramos que deve ser reconhecido o papel que as áreas protegidas desempenham na criação das condições necessárias para a implementação do marco pós-2020, como, por exemplo, o diálogo entre acordos internacionais. Conforme conclusão ratificada no *III Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe*, organizado pela UICN, as áreas protegidas são soluções baseadas na natureza que contribuem significativamente para a conservação do patrimônio natural e cultural; a saúde de seres humanos e de outras espécies; a mitigação e adaptação às mudanças climáticas; a gestão de riscos; o desenvolvimento socioeconômico; e a segurança alimentar.

Destacamos a necessidade urgente de renovar o apelo pela criação das *condições propícias* definidas no PTAP e incluir, no debate sobre o marco pós-2020, a segurança do pessoal presente

no território. Ao mesmo tempo, reiteramos a necessidade insubstituível de aumentar os recursos financeiros à disposição dos sistemas nacionais de áreas protegidas, de forma a alcançar a conservação efetiva do patrimônio natural em todo o mundo. Tal apelo é particularmente importante na ALC, a região com maior biodiversidade do planeta.

QUADRO 13.1 – **Contribuição das áreas protegidas aos acordos internacionais**

FELIPE GUERRA BAQUERO ⁹⁴

Em geral, as áreas protegidas são principalmente associadas à conservação da natureza. No entanto, as áreas protegidas têm a capacidade de contribuir para o cumprimento de 14 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 19 das 20 Metas de Aichi (além da Meta 11). Ademais, são importantes para a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas*, a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco* e o *Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres*, entre outros instrumentos internacionais [figura 13.1].

Em primeiro lugar, as áreas protegidas contribuem para o patrimônio cultural, uma vez que são a base dos territórios onde vivem comunidades étnicas e locais; onde essas desenvolvem atividades espirituais e tradicionais; e onde se encontram os recursos naturais dos quais dependem, devido ao elo indissociável entre natureza e cultura. Com esses critérios, as reservas da biosfera foram declaradas patrimônio mundial pela Unesco.

Em termos de saúde, garantem a abundância e funcionalidade



© Prensa Inparques, Venezuela.

Contribuição das áreas protegidas (APs) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

<p>1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p> 	<p>Conservação da saúde dos ecossistemas, o que garante acesso a serviços básicos e recursos naturais (1.4); reduz a vulnerabilidade a riscos de desastres para pessoas em situação de vulnerabilidade (1.5); e gera empregos locais por meio de, por exemplo, ecoturismo e projetos produtivos (1.1).</p>	<p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p> 	<p>Melhoria do acesso a serviços básicos, como abastecimento de água, por meio da proteção de ecossistemas-chave para o fornecimento de recursos hídricos (11.1); salvaguarda do patrimônio cultural e natural com a inscrição de áreas protegidas na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco (11.4); fortalecimento do planejamento do uso da terra (11.A); e redução do risco de desastres, mitigação e adaptação às mudanças climáticas (11.B).</p>
<p>2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p> 	<p>Proteção de ecossistemas vitais para os setores agrícola e pesqueiro, mantendo ou melhorando a qualidade do solo e evitando riscos de desastres naturais e mudanças climáticas (2.4); e apoio a projetos ou acordos sustentáveis em favor de comunidades e setores (2.3), melhorando, assim, a segurança alimentar e a qualidade da nutrição (2.1).</p>	<p>12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p> 	<p>Desenvolvimento de programas de educação ambiental e fornecimento de informações e conhecimentos práticos para Viver em Harmonia com a Natureza (12.8); desenvolvimento de modelos de ecoturismo sustentável (12.B); e desenvolvimento de políticas e programas para mitigar as pressões sobre a natureza (12.2).</p>
<p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p> 	<p>Concepção e implementação de programas de educação ambiental para fortalecer a educação nas áreas de conservação da natureza e desenvolvimento sustentável (4.7).</p>	<p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> 	<p>Preservação e manutenção da saúde dos ecossistemas visando a melhorar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como as reservas de CO2 (13.1); e desenvolvimento de políticas e programas para mitigar as pressões sobre a natureza (12.2).</p>
<p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p> 	<p>Concepção e implementação de projetos e programas de igualdade de gênero (5.1); e acesso equitativo das mulheres a empregos nos Sistemas de Áreas Protegidas (5.5).</p>	<p>14 VIDA NA ÁGUA</p> 	<p>Conservação de 18,9% das zonas marinho-costeiras por meio de áreas protegidas (14.5 e 14.2); aprofundamento do conhecimento científico sobre esses ecossistemas com base nas áreas protegidas (14.A); e acordos com comunidades e setores para a pesca sustentável (14.4).</p>
<p>6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</p> 	<p>Proteção e restauração de ecossistemas associados ao fornecimento de água potável, como geleiras, páramos, áreas úmidas, mananciais, lagoas e rios, beneficiando comunidades étnicas, locais e municipais e o setor produtivo (6.1, 6.4, 6.5 e 6.6).</p>	<p>15 VIDA TERRESTRE</p> 	<p>Conservação de mais de 24% das áreas terrestres por meio de áreas protegidas e seus serviços ecossistêmicos (15.1), contendo o desmatamento (15.2) e a extinção de espécies (15.5); e criação de programas de restauração e manejo de espécies exóticas invasoras (15.7).</p>
<p>7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL</p> 	<p>Proteção e restauração de ecossistemas associados à produção de energia limpa (como, por exemplo, a energia hidrelétrica), dos quais depende o acesso (7.1) e o aumento das fontes renováveis de energia sustentável (7.2).</p>	<p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p> 	<p>Fortalecimento da presença do Estado para garantir direitos e deveres, desenvolvendo processos de participação, resolução pacífica de conflitos, responsabilização e cumprimento das leis (16.3 e 16.7).</p>
<p>8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p> 	<p>Contribuição para a melhoria da produtividade de diversos setores, protegendo os serviços ecossistêmicos dos quais dependem (8.2), reduzindo as pressões sobre o meio ambiente com programas e convênios (8.4) e gerando trabalho decente (por exemplo, no setor de ecoturismo).</p>	<p>16 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</p> 	<p>As áreas protegidas promovem a mobilização de recursos e alianças entre os atores relevantes (comunidades, autoridades nacionais e subnacionais, setores produtivos e sociedade civil) para atingir os objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável.</p>



© Christian Quispe, Perú.

dos ecossistemas dos quais dependem a saúde e o bem-estar dos seres vivos, o que permite a manutenção de um ambiente saudável e de abundante diversidade biológica, algo fundamental para prevenir futuras pandemias por meio do controle natural de patógenos (fenômeno de diluição).

Se considerarmos os perigos associados às mudanças climáticas, a conservação dos ecossistemas florestais, terrestres e marinho-costeiros permite a captura, fixação e armazenamento de CO². Ao manter os ciclos e a saúde dos ecossistemas, facilitam a adaptação às mudanças climáticas e reduzem a vulnerabilidade da biodiversidade e da sociedade aos riscos externos.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à segurança alimentar, as áreas protegidas fornecem ar puro aos setores produtivos e domésticos; abastecimento e regulação de recursos hídricos; formação e fertilidade do solo; e polinização e dispersão de sementes, o que garante qualidade nutricional e produtividade empresarial. O retorno de cada dólar investido em áreas protegidas varia de US\$ 5,00 a US\$ 100^{lviii}.

No que diz respeito à gestão de riscos, as áreas protegidas contribuem para a infraestrutura natural dos ecossistemas e reduzem a exposição das pessoas aos riscos de enchentes, erosões costeiras ou incêndios da cobertura vegetal, entre outros, servindo como barreiras naturais mitigadoras de impactos.

Em conclusão, as áreas protegidas devem ser consideradas a pedra angular para o diálogo entre agendas internacionais e com outros setores (*mainstreaming*).

QUADRO 13.2 – **Percepções do pessoal das áreas protegidas: um papel fundamental para uma gestão efetiva**

RENATA CAO⁹⁵, ALLAN VALVERDE⁹⁶, OSVALDO BARASSI GAJARDO⁹⁷ E MIKE APPLETON⁹⁸

Os guarda-parques⁹⁹ e o pessoal operacional das áreas protegidas são essenciais para o cuidado e a proteção efetivos da biodiversidade e dos valores naturais e culturais que elas salvaguardam. Os guarda-parques contribuem para o cumprimento de compromissos internacionais, bem como para a geração de uma relação de confiança com as comunidades indígenas e locais que habitam as áreas protegidas. Isso gera bem-estar e contribui para a proteção de seus direitos e patrimônio. Em outras palavras, eles são uma ponte fundamental entre as políticas públicas e as comunidades locais.

Apesar de seus recursos limitados, suas funções são diversas: fazem cumprir as normas e são agentes de mudança, aliados da comunidade e geradores de conhecimento e consciência, bem

⁹⁵ WWF; ponto focal da Iniciativa de Crimes contra a Vida Selvagem na América Latina; membro da CMAP-UICN.

⁹⁶ Universidade para a Cooperação Internacional, UCI / Escola Latino-Americana de Áreas Protegidas, Elap; vice-presidente para América Central e Caribe da CMAP-UICN.

⁹⁷ WWF-Brasil; analista sênior de Conservação; membro do Grupo de Áreas Protegidas do WWF-Brasil.

⁹⁸ Diretor de Gestão de Áreas Protegidas, Global Wildlife Conservation; vice-presidente de Desenvolvimento de Capacidades, CMAP-UICN.

⁹⁹ Guarda-parques são todos os funcionários que atuam na primeira linha de conservação para salvaguardar os valores das áreas protegidas. Eles atuam como guardiões da vida selvagem, guardas-florestais, guardiões de recursos, silvicultores, exploradores e observadores. Além disso, envolvem-se diretamente na proteção prática e na preservação de áreas silvestres e sítios de valor histórico e cultural

FIGURA 13.2 - PERCEPÇÕES DOS GUARDA-PARQUES SOBRE SEU MODO DE VIDA E SUA PROFISSÃO

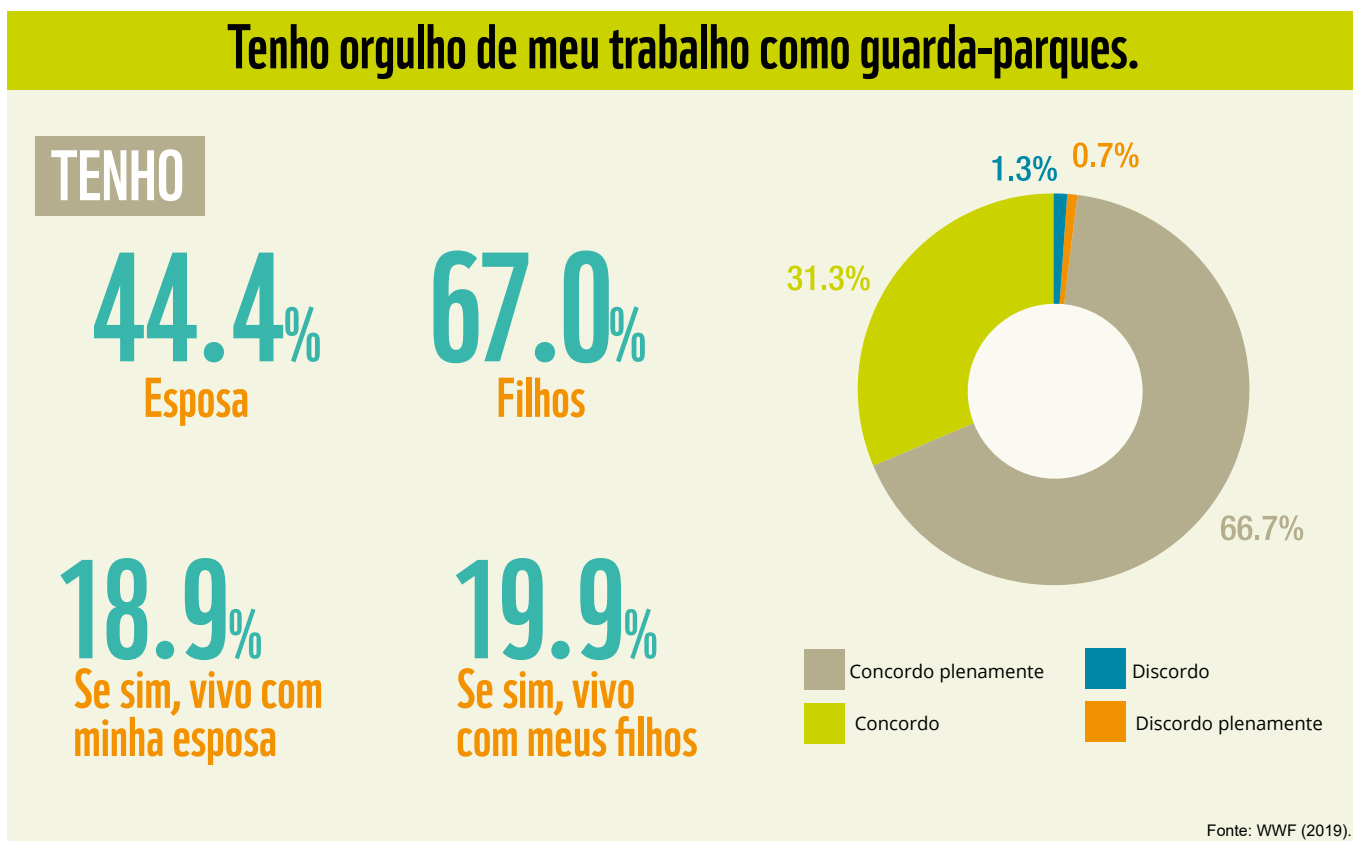


FIGURA 13.3 - ESTATÍSTICAS SOBRE GUARDA-PARQUES QUE PERDERAM A VIDA NO CUMPRIMENTO DE SEU DEVER

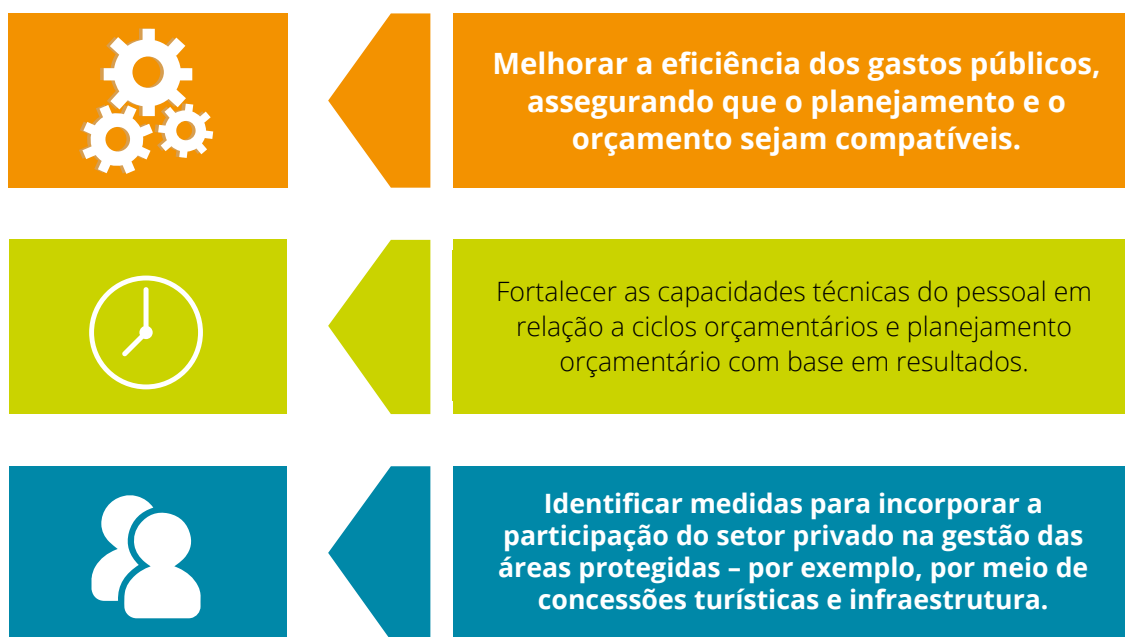


Contribuição das áreas protegidas (APs) para as Metas Aichi do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020

1	Aumento da conscientização sobre os valores da biodiversidade e ações de conservação e uso sustentável, com pesquisa, educação ambiental, comunicação e ecoturismo.	11	A região conseguiu cobrir 24% das zonas terrestres e das águas continentais, além de 18,9% das zonas marinho-costeiras, com 9.154 unidades de conservação e avanços significativos em efetividade e equidade de gestão, conectividade e representatividade.
2	Integração dos valores da biodiversidade às políticas dos Sistemas de Áreas Protegidas, bem como aos planos e ações intersetoriais e ordenadoras.	12	Proteção de espécies ameaçadas, o que melhora seu estado de conservação.
3	Desenvolvimento e implementação de incentivos positivos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais por meio de políticas, programas e acordos com comunidades étnicas, locais e setoriais.	13	Proteção da biodiversidade e preservação da biodiversidade genética e de seu valor cultural e socioeconômico.
4	Redução dos impactos na biodiversidade por meio de políticas, programas e acordos, bem como do exercício de autoridade ambiental e ordenamento territorial.	14	Restauração e proteção de ecossistemas essenciais para garantir as contribuições da natureza para as pessoas e outros seres vivos.
5	Redução da perda de biodiversidade por meio de políticas, programas e acordos, bem como do exercício de autoridade ambiental.	15	Aumento da resiliência dos ecossistemas e fortalecimento das reservas de CO2 por meio de ações de conservação e restauração, o que contribui para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
6	Implementação de planos e medidas para a sustentabilidade da pesca e recuperação de espécies por meio de políticas, programas e acordos, bem como do exercício de autoridade ambiental.	16	Aumento da resiliência dos ecossistemas e fortalecimento das reservas de CO2 por meio de ações de conservação e restauração, o que contribui para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
7	Apoio à agricultura, aquicultura e silvicultura em prol da sustentabilidade e conservação por meio de políticas, programas, acordos e ordenamento do território.	17	Respeito, participação efetiva e proteção das comunidades étnicas e locais, seu território, conhecimentos e práticas relacionadas à conservação, ao uso sustentável e à distribuição equitativa dos benefícios da biodiversidade para as pessoas e demais seres vivos.
8	Redução do excesso de poluição por meio da proteção de ecossistemas que garantem ar e água limpos e, com isso, um meio ambiente saudável.	18	Geração e sistematização de conteúdos científicos e tradicionais sobre a biodiversidade e suas dinâmicas, status, tendências e valores, bem como as consequências de sua perda.
9	Desenvolvimento de programas de manejo e monitoramento de espécies exóticas invasoras e suas rotas de introdução.	19	As áreas protegidas promovem a mobilização de recursos e alianças entre os atores relevantes (comunidades, autoridades nacionais e subnacionais, setores produtivos e sociedade civil) para atingir os objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável.
10	Redução das pressões antrópicas e ameaças aos corais e ecossistemas vulneráveis e afetados pelas mudanças climáticas por meio de sua proteção e conservação.		

FIGURA 13.5 – OPORTUNIDADES PARA AUMENTAR OS RECURSOS DISPONÍVEIS E USÁ-LOS DE FORMA EFICIENTE E EFETIVA PARA AS ÁREAS PROTEGIDAS

A partir da análise realizada pela Biofin sobre os gastos em APs, foram identificadas as seguintes oportunidades para aumentar os recursos disponíveis e usá-los de forma eficiente e eficaz.



como implementadores de programas que garantem a gestão efetiva das unidades de conservação. São, também, homens e mulheres com famílias, necessidades e aspirações próprias.

Segundo uma pesquisa do WWF¹⁰⁰ sobre as percepções dos guarda-parques da América Latina, 82% dos entrevistados consideram seu trabalho perigoso devido à possibilidade de receberem ameaças de caçadores furtivos; e 62,4%, devido à possibilidade de sofrerem ataques da fauna silvestre. No entanto, destaca-se o empenho e a dedicação com que desempenham suas funções, fazendo da sua profissão um modo de vida assumido de forma responsável, apesar dos sacrifícios e grandes desafios.

Na América Latina, 44,4% dos guarda-parques não são solteiros; desse grupo, apenas 18,9% moram com o companheiro ou companheira. Sessenta e sete por cento dos entrevistados têm filhos, mas apenas 19,9% vivem com eles. Apesar disso, 98% deles se sentem orgulhosos de seu trabalho como guardiões das diversas formas de vida no planeta [figura 13.2].

É hora de pensarmos no pessoal de campo das unidades de conservação, suas necessidades e seus desafios. É necessário investir em sua capacitação e profissionalização, garantindo

sua estabilidade e condições dignas de trabalho para, acima de tudo, dar-lhes segurança no desenvolvimento de suas funções. O objetivo deste texto é criar um espaço de reconhecimento para os guarda-parques, inclusive os que deram a vida para proteger a natureza, conforme ilustra a figura 13.3. É importante lembrar que “sem guarda-parques, não há conservação”.

QUADRO 13.3 – Financiamento em áreas protegidas

MARIANA BELLOT¹⁰¹ E LUCIA RUÍZ¹⁰²

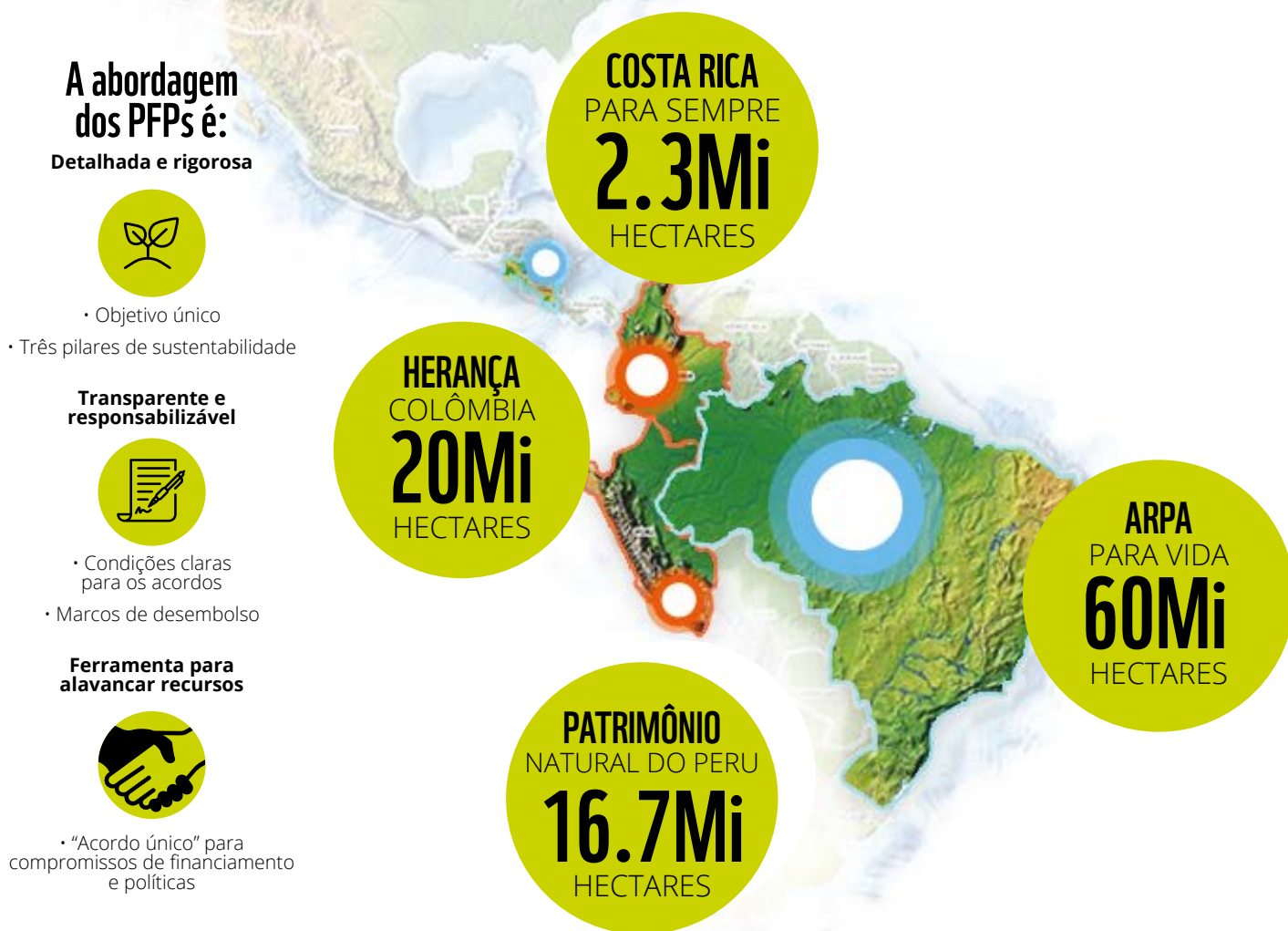
Embora vários países da região da ALC tenham aumentado a cobertura de áreas protegidas (e ultrapassado o compromisso de 17% de cobertura terrestre e 10% de cobertura marinho-costeira), uma das grandes lacunas nesta década resultou da falta de verbas, já que, à medida que o sistema crescia, em vários casos o orçamento estagnava ou mesmo diminuía. Isso impediu o cumprimento regional de metas de gestão efetiva, governança, representatividade e conectividade.

¹⁰⁰ Mais informações sobre a pesquisa global com guarda-parques intitulada “Life on the Frontline” encontram-se disponíveis em <https://www.worldwildlife.org/publications/life-on-the-frontline-2019-a-global-survey-of-the-working-conditions-of-rangers>

¹⁰¹ Assessora técnica para América Latina e Caribe da Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade, Biofin/Pnud.

¹⁰² Coordenadora de Biodiversidade e Financiamento do WWF-México.

FIGURA 13.6 – ELEMENTOS-CHAVE E LOCALIZAÇÃO DOS PFPs NA AMÉRICA LATINA



Atualmente, US\$ 24 bilhões são investidos anualmente em ações de conservação em áreas protegidas no mundo todo. Um relatório recente publicado pelo Instituto Paulson e pela ONG The Nature Conservancy estima que o investimento anual necessário para atingir a meta de 30 x 30 em áreas protegidas oscile entre US\$ 149 bilhões e US\$ 192 bilhões. É um investimento significativo; porém, em mais da metade dos casos, as atividades produtivas como ecoturismo e pesca sustentável poderiam contribuir com o triplo desse valor. Além disso, a cobrança pelo acesso a áreas protegidas e as concessões e receitas geradas por impostos vinculados a mercados que dependem da natureza podem ajudar a financiar os esforços de conservação no longo prazo.

O déficit financeiro aumentou em vários países, e os desafios que a região enfrenta para eliminá-lo são muitos; por isso, é necessário gerar bases de dados regionais sobre as verbas disponibilizadas para fazer análises mais detalhadas da região. Duas iniciativas tangíveis para suprir lacunas financeiras são apresentadas a seguir.

A *Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade* (Biofin¹⁰³) do Pnud, implementada em 35 países em todo o mundo, dez dos quais na ALC, é uma ação sem precedentes no que diz respeito a soluções financeiras. Graças à análise dos gastos com biodiversidade realizada pela Biofin, constatou-se que o maior item desses gastos são as áreas protegidas. No entanto, é também onde foram identificadas as maiores necessidades de financiamento [figura 13.5]¹⁰⁴.

Além de melhorar os gastos com áreas protegidas, é necessário diversificar as fontes de recursos, incluindo a participação do setor privado ou outras modalidades inovadoras. Um exemplo relevante são os Programas de Financiamento para a Permanência (PFP), que vêm sendo implementados em países como Brasil, Colômbia, Costa Rica e Peru pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF)¹⁰⁵. Os PFPs promovem parcerias público-privadas e integram os compromissos do governo com a cooperação internacional; e garantem doações do setor privado para garantir a sustentabilidade financeira no curto, médio e longo prazos, com foco na autossuficiência e manutenção dos sistemas nacionais de unidades de conservação.

¹⁰³ Mais informações estão disponíveis em www.biodiversityfinance.org.

¹⁰⁴ Mais informações estão disponíveis na página da Biofin-Pnud sobre os resultados da análise de gastos e necessidades financeiras dos países da ALC.

¹⁰⁵ Mais informações estão disponíveis em <https://www.worldwildlife.org/initiatives/earth-for-life>.





14. Sem áreas protegidas e conservadas não há futuro sustentável

CLÁUDIO C. MARETTI¹⁰⁶

ANDREW J. RHODES¹⁰⁷

ALLAN VALVERDE¹⁰⁸

XIMENA BARRERA¹⁰⁹

MARIANA N. FERREIRA¹¹⁰

MONICA ÁLVAREZ¹¹¹

A região da América Latina e Caribe possui enorme biodiversidade e relevância e presta serviços ecossistêmicos a todo o planeta. A região tem feito avanços significativos na conservação da biodiversidade por meio de áreas protegidas. Alguns exemplos desses avanços são a expansão da cobertura na Amazônia nas últimas décadas, a promoção da conservação marinha e os grandes esforços empreendidos na Floresta Maia, no Mar do Caribe, na Patagônia, na Floresta Atlântica e nos Andes, entre outros¹². Recentemente, aumentou o número de Omecs¹¹² associadas à geração de atividades produtivas sustentáveis e ao apoio a povos indígenas e comunidades tradicionais e locais. Essas áreas são a melhor ferramenta para a conservação da natureza e para apoiar o desenvolvimento sustentável [figura 14.1].

Ademais, a região avançou na coordenação e colaboração regional entre os países. Há várias experiências de grande relevância, tais como o *III Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe*; a RedParques, por meio da *Visão Amazônica*; declarações em conferências mundiais sobre o papel das áreas protegidas na mitigação e adaptação às mudanças climáticas e para o bem-estar da sociedade¹¹³; e o trabalho rumo à Meta 11 de Aichi, liderado pela Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica e pela Aliança Latino-Americana para o Fortalecimento das Áreas Protegidas até 2020 (Alfa 2020)¹¹⁴.

Por sua vez, os desafios para a garantia de uma proteção efetiva ainda são grandes, sendo necessário promover uma conservação colaborativa e tornar visível o papel fundamental desses espaços para o bem-estar humano.

QUADRO 14.1 – Resultados do III Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe. Soluções para bem-estar e desenvolvimento sustentável, Lima, outubro de 2019¹¹⁵

CLÁUDIO C. MARETTI¹¹⁶, ALLAN VALVERDE¹¹⁷, ANDREW RHODES¹¹⁸ E MONICA ÁLVAREZ¹¹⁹

O III Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe (III Caplac), realizado em Lima, Peru, em outubro de 2019, evidenciou avanços e contribuições notáveis para uma melhora da estratégia e do envolvimento dos atores sociais, bem como da efetividade nas áreas protegidas. O evento contou com mais de 930 atividades e expositores de 40 países, atraindo 3.123 pessoas de diferentes grupos sociais cujo objetivo era o reconhecimento e a possibilidade de contribuir para a causa.

Um dos resultados mais importantes foi a *Declaração de Lima*¹²⁰, que trata de recomendações substanciais para a agenda pós-2020 sobre áreas protegidas e conservadas. Juntamente com outras declarações divulgadas durante o congresso, a Declaração de Lima faz um apelo por metas necessárias para a conservação e para o futuro da humanidade (pelo menos 30% de proteção em 2030). Considerando a diversidade de categorias de gestão e formas de governança, essas metas e ações devem ser mais equitativas em relação aos múltiplos atores sociais (povos indígenas e comunidades locais e tradicionais); e os benefícios econômicos e espirituais das unidades de conservação devem ser mais valorizados.

^{106 e 116} Vice-presidente regional da CMAP-UICN; doutor e pós-doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo – Brasil.

^{107 e 118} Coordenador de Instrumentação do Painel de Alto Nível para uma Economia Oceânica Sustentável, SRE; ponto focal da CMAP – México.

^{108 e 117} Universidade para a Cooperação Internacional, UCI / Escola Latino-Americana de Áreas Protegidas, Elap; vice-presidente para América Central e Caribe da CMAP-UICN.

¹⁰⁹ Diretora de Relações Governamentais e Assuntos Internacionais do WWF-Colômbia.

¹¹⁰ Gerente de Ciências do WWF-Brasil; copresidente do grupo de trabalho sobre áreas protegidas e COVID da CMAP-UICN.

^{111 e 119} Pnud-Conanp; ponto focal da Coordenação Regional da RedParques; membro da CMAP-UICN.

¹¹² Na COP 10 da CDB, as Omecs foram incluídas na Meta 11 de Aichi (também adotadas por outros processos internacionais, nacionais e regionais, como a Alfa 2020) e definidos na COP 14 da CDB. Mais informações estão disponíveis em <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-14/cop-14-dec-08-en.pdf>. Também são chamadas de áreas conservadas (especialmente pela UICN e sua CMAP).

¹¹³ Declaração da RedParques durante a COP 21 da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/declaracion_REDPARQUES_cop_21.pdf

Declaração da RedParques durante a COP 13 da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. https://www.portalces.org/sites/default/files/documentos/declaracion_REDPARQUES_a_cop_13.pdf.

¹¹⁴ Aliança liderada politicamente pela RedParques, com apoio da Secretaria da CDB e da Pronatura México. Mais informações estão disponíveis em <http://www.pronatura.org.mx/alfa2020.php>.

¹¹⁵ Mais informações sobre o III Caplac estão disponíveis em <https://www.areasprotegidas-latinoamerica.org>.

¹²⁰ Mais informações sobre a Declaração de Lima estão disponíveis em <https://www.areasprotegidas-latinoamerica.org/documentos-finales/>.



© Carlos Enrique Godoy, Guatemala.

Portanto, os seguintes elementos foram reconhecidos como fundamentais: fortalecimento da cooperação internacional de forma mais inclusiva; promoção de melhores mecanismos de sustentabilidade financeira que incluam verbas governamentais e recursos de fontes não tradicionais; melhoria dos cuidados com a conservação de ecossistemas aquáticos e áreas marinhas protegidas; promoção da eficácia da gestão e definição de padrões; integração das Omecs; reconhecimento da conservação por comunidades, indivíduos, governos locais e outros; incorporação da variável mudanças climáticas; valorização da contribuição dos serviços ecossistêmicos para o bem-estar (inclusive de áreas urbanas); promoção de um turismo diversificado; e gestão de sistemas e mosaicos de áreas protegidas e conservadas e redes ecológicas, inclusive unidades transfronteiriças.

Talvez o aspecto mais importante do III Caplac tenha sido a organização de grupos sociais antes, durante e depois do evento, que participaram de maneira ativa dos debates, levantaram suas vozes, construíram visões sobre áreas protegidas e conservadas e estabeleceram estratégias para melhorá-las no futuro¹²¹. Essa contribuição pode ser vista nos diversos arranjos visando ao sucesso das áreas protegidas e da natureza, bem como nos benefícios de seus serviços ecossistêmicos para a sociedade. A conjunção de suas experiências, processos organizacionais e resultados, reflexões, propostas e estratégias devem ser levadas em consideração nos próximos dez anos na nossa região e no mundo todo.

QUADRO 14.2 – **Conservação colaborativa: uma abordagem inclusiva e viável para a gestão de áreas protegidas**

CLÁUDIO C. MARETTI¹²², MONICA ÁLVAREZ¹²³
E ANA JULIA GOMEZ¹²⁴

Perante uma realidade com desafios sem precedentes, o reconhecimento e a efetiva implementação da conservação colaborativa¹²⁵ é a opção mais viável e promissora para a natureza e a sociedade. Essa visão nasce do reconhecimento e da inclusão, na gestão de áreas protegidas e conservadas, das múltiplas contribuições de diversos atores sociais, modelos institucionais e relações.

A conservação colaborativa reconhece os direitos humanos; em particular, os direitos das comunidades locais e tradicionais e dos povos indígenas. Isso decorre da diversidade social e da necessidade de uma gestão mais aberta e inclusiva, que leve em conta as necessidades, expectativas e interesses da sociedade. Para tal, é necessário promover um maior envolvimento da sociedade e facilitar a construção de pontes de comunicação estratégica¹²⁶ que consolidem processos de diálogo e mensagens sobre a relevância das áreas e de suas pessoas como cogestoras do bem-estar de toda a humanidade.

A conservação colaborativa não é nova: ela é apenas parcialmente

¹²¹ Entre os diversos grupos que participaram do congresso, destacam-se jovens lideranças, mulheres, comunidades locais e tradicionais, povos indígenas, governos nacionais e subnacionais, cientistas, gestores de unidades de conservação e guarda-parques, entre outros.

¹²² Vice-presidente regional da CMAP-UICN; doutor e pós-doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo – Brasil.

¹²³ Pnud-Conanp; ponto focal da Coordenação Regional da RedParques; membro da CMAP-UICN.

¹²⁴ Rede de Mulheres na Conservação da América Latina e Caribe; membro da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza, CMAP-UICN; da Comissão de Educação e Comunicação, CEC; e da Comissão para Gestão de Ecossistemas (CGE) da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN); consultora em Educação e Comunicação Estratégica.

¹²⁵ Não é um conceito totalmente novo. Ele considera uma nova abordagem para a gestão de sistemas de unidades de conservação, proposta em 2017. Mais informações estão disponíveis em <https://www.icmbio.gov.br/porta/ultimas-noticias/20-geral/8937-diretor-do-icmbio-propoe-conservacao-colaborativa>.

reconhecida como tal no âmbito da conservação. É necessário incluí-la e resignificá-la, catalisando o apoio necessário para que se desenvolva. Suas competências e diversidades se complementam e geram sinergia. Ela requer o fortalecimento de competências que promovam a compreensão das complexidades do ser humano e suas conexões com o meio ambiente, de forma a buscar mudanças positivas no comportamento da sociedade em relação às áreas protegidas e conservadas.

Somente por meio de espaços colaborativos com apoios suficientes, e com o fortalecimento das competências e do reconhecimento público dos atores sociais e suas diversidades, podem ser feitas contribuições reais para a saúde da natureza e o bem-estar de nossa sociedade. O envolvimento efetivo e a comunicação estratégica são fundamentais para a avaliação, a alocação de responsabilidades e a regulamentação necessária. Isso exige que os gestores abandonem a gestão unidirecional e incorporem propostas metodológicas viáveis e inclusivas. É necessária uma nova abordagem para a conservação da natureza, que privilegie o trabalho e a responsabilidade compartilhados e que determine que, para alcançar uma conservação duradoura, todos devemos estar incluídos.

QUADRO 14.3 – Áreas protegidas e a COVID-19

MARIANA N. FERREIRA¹²⁶, ALLAN VALVERDE¹²⁷, ANDREW J. RHODES¹²⁸, RENATA CAO¹²⁹ E MONICA ÁLVAREZ¹³⁰

A pandemia da COVID-19 está tendo um impacto dramático na comunidade global, na vida e saúde das pessoas, nos meios de subsistência e nas economias e comportamentos humanos. A maioria das pandemias de doenças zoonóticas, inclusive a COVID-19, surge da exploração insustentável da natureza.

Assim como em outras crises regionais e globais (por exemplo, a recessão econômica de 2008), os impactos sociais e econômicos também são evidentes na desestabilização dos

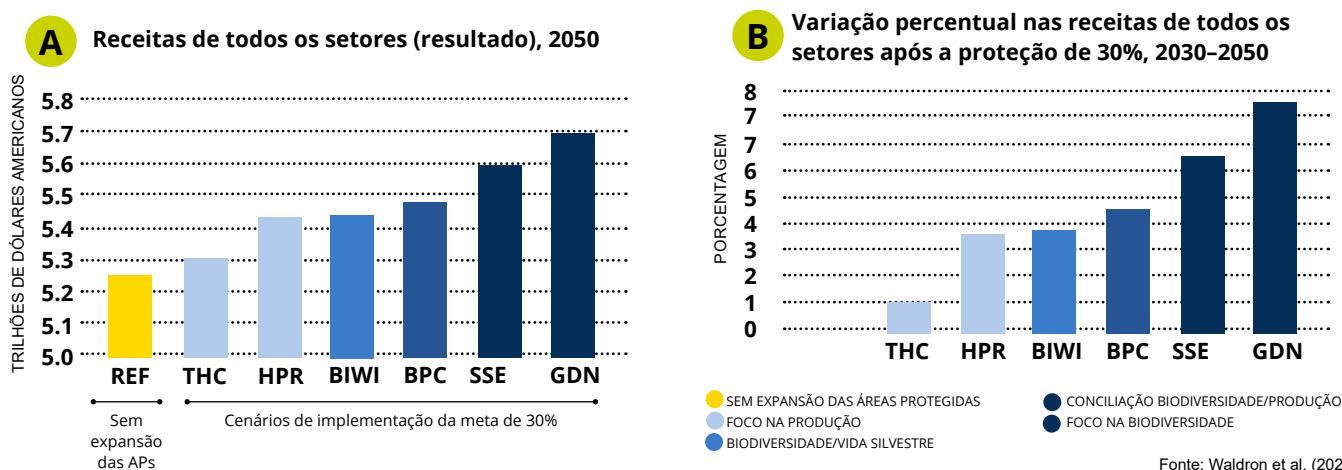
sistemas nacionais de áreas protegidas. No caso da pandemia de COVID-19, os impactos negativos sobre a capacidade de gestão, os orçamentos e a efetividade são significativos, assim como aqueles sobre os meios de subsistência das comunidades que vivem nessas áreas ou em seu entorno.

De acordo com uma pesquisa realizada em outubro com 14 países da RedParques, mais de 70% relataram o fechamento temporário ou total (ao público) de áreas protegidas desde o início da pandemia. Além disso, metade relatou que o nível de pessoal nas áreas protegidas diminuiu devido, entre outros motivos, a reduções orçamentárias e a medidas visando a garantir a segurança do próprio pessoal. Quarenta e três por cento relataram que a interação com as comunidades foi parcialmente interrompida. Além disso, foram relatadas cargas de trabalho mais altas para os funcionários, que também desempenham funções adicionais relacionadas à assistência social às comunidades locais. Denúncias de crimes e invasões ilegais também aumentaram em algumas áreas devido à falta de vigilância e da presença do poder público^{hvi}.

No entanto, as crises também representam oportunidades para reorientarmos as propostas de recuperação e desenvolvê-las com base em modelos mais sustentáveis. Mais de 70% relataram ter introduzido novas medidas em resposta à COVID-19, que continuarão após a pandemia. Esse é o caso da utilização de tecnologias de comunicação remota para monitoramento e vigilância, além de novos protocolos de segurança para funcionários e visitantes.

No contexto atual, as áreas protegidas podem fazer parte de uma resposta à pandemia, pois reduzem a possibilidade de recorrência de eventos semelhantes e constroem um futuro mais sustentável para as pessoas e a natureza. Nesse sentido, é importante destacar a relevância dos serviços ecossistêmicos para a conservação da biodiversidade. Por exemplo, no caso dos oceanos, está documentado que a relação custo-benefício é de 1 para 5, ou seja, a conservação gera 5 vezes mais benefícios que os custos incorridos.

FIGURA 14.3 – BENEFÍCIOS DO AUMENTO DA PROTEÇÃO EM PELO MENOS 30% ATÉ 2030, INCLUSIVE PARA ANÁLISES FINANCEIRAS E ECONÔMICAS



¹²⁶ Gerente de Ciências do WWF-Brasil; copresidente do grupo de trabalho sobre áreas protegidas e COVID da CMAP-UICN.

¹²⁷ Universidade para a Cooperação Internacional, UCI / Escola Latino-Americana de Áreas Protegidas, Elap; vice-presidente para América Central e Caribe da CMAP-UICN.

¹²⁸ Coordenador de Instrumentação do Painel de Alto Nível para uma Economia Oceânica Sustentável, SRE; ponto focal da CMAP-UICN México.

¹²⁹ WWF; ponto focal da Iniciativa de Crimes contra a Vida Selvagem na América Latina; membro da CMAP-UICN.

¹³⁰ Pnud-Conanp; ponto focal da Coordenação Regional da RedParques; membro da CMAP-UICN.

FIGURA 14.1 – CONTRIBUIÇÃO DA NATUREZA EM ÁREAS PROTEGIDAS E CONSERVADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E REDUÇÃO DA POBREZA

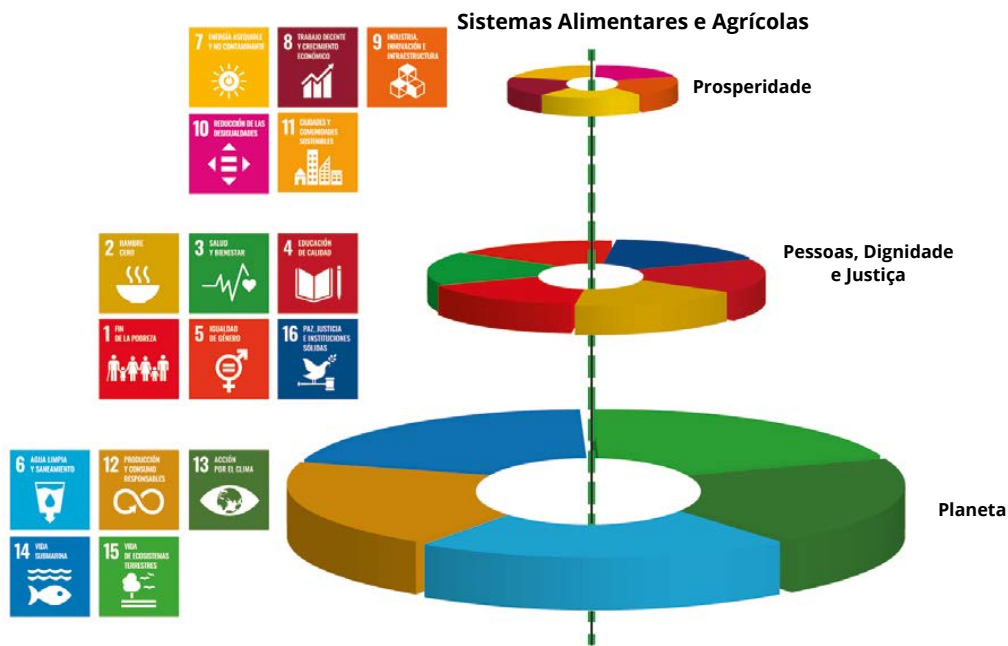
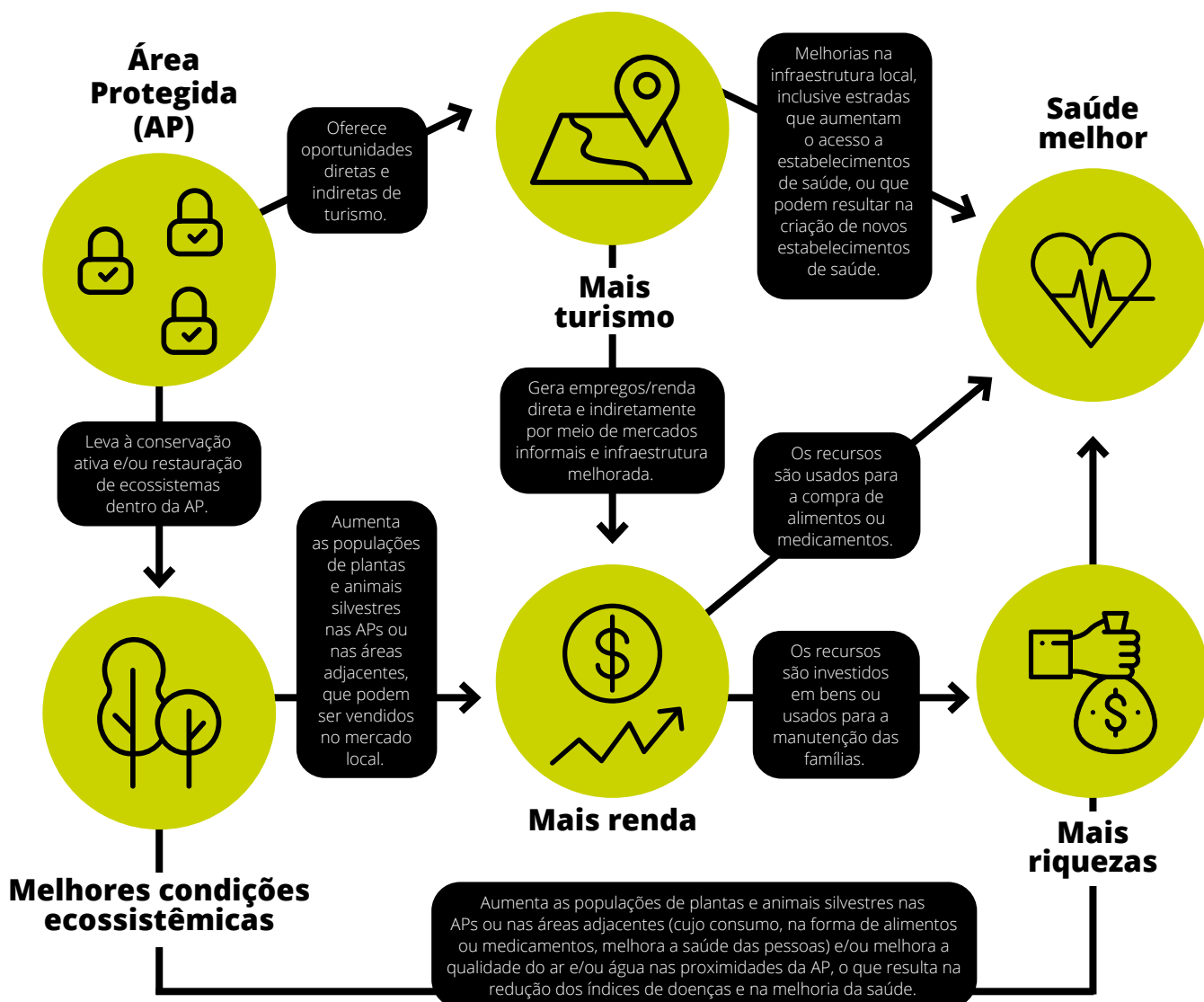


FIGURA 14.2 – EXEMPLO DOS BENEFÍCIOS DAS ÁREAS PROTEGIDAS PARA A ECONOMIA, A REDUÇÃO DA POBREZA E O BEM-ESTAR HUMANO





© Freddy Mamani, Perú.

Felizmente, muitos líderes mundiais já sinalizaram sua intenção de aproveitar esta oportunidade em seus planos de recuperação. A região da América Latina e Caribe, com sua extensa rede de áreas protegidas, tem todas as condições para construir um futuro muito mais positivo para esses lugares e, assim, melhorar as perspectivas do ser humano no mundo todo.

Qual é o futuro ideal para os processos multilaterais e a recuperação econômica após a pandemia?

Em um futuro ideal (marcado por incertezas), as áreas protegidas e conservadas serão:

- Mais reconhecidas como o principal mecanismo de conservação da natureza e dos serviços ecossistêmicos – elementos básicos para o bem-estar humano e a saúde dos ecossistemas, na perspectiva de *Saúde Única*¹³¹ lxxvii.
- Administradas de forma mais eficaz por meio de alianças, planos e políticas integradas, com instituições sólidas e pessoal adequado e estável, em um ambiente de segurança e conteúdo econômico necessário.
- Espaços de governança participativa e adaptativa,

abertos a conhecimentos diversos, inclusão e equidade, associações e alianças.

- Lugares que conseguem retardar o processo de perda da biodiversidade, inclusive por meio da ampliação da cobertura de proteção em novos ambientes. Ademais, são áreas com influência positiva fora de seus próprios limites.
- Fortalecidas em seu marco jurídico e no apoio social, de forma a evitar outros eventos de degradação, redução e desclassificação de áreas protegidas (PADDD, na sigla em inglês)¹³² lxxviii.
- Integradas e manejadas em sistemas que funcionem de forma colaborativa.

Para que isso seja possível, são necessários esforços coordenados e bem planejados que envolvam governos nacionais e subnacionais, a sociedade e toda a região; que busquem um novo acordo global para a natureza e as pessoas [figura 14.2]; e que reforcem as lideranças ambiciosas e promovam uma maior participação de outros atores sociais e das novas gerações. Esse é o *futuro que devemos buscar*. Sem retrocessos. Não temos tempo a perder; o planeta e as pessoas precisam disso.

¹³¹ O conceito conhecido como Saúde Única foi cunhado pela Organização Mundial da Saúde, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde Animal com o objetivo de abordar os problemas de saúde decorrentes da relação homem-animal-ambiente. A partir daí, tomou-se um acordo de trabalho conjunto para enfrentar os novos desafios da saúde global.

¹³² Reduções ou perdas na proteção de áreas protegidas vêm ocorrendo há muito tempo. Em muitos casos, são necessárias correções nas APs existentes. Contudo, há reduções na proteção causadas por outros motivos (como a presença de estradas ou usinas hidrelétricas).

NOTAS DE FIM DE TEXTO

RESUMO EXECUTIVO

Pnud (2010), p. 5.
Pnuma (2010), p. 94.
IUCN (2020-2).
IUCN (2020-6).
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2014).

CAPÍTULO 2

Barnes et al. (2018); Dudley et al. (2018); Geldmann et al. (2015); Visconti et al. (2019).

CAPÍTULO 3

IUCN (2016).
BirdLife International (2020).
Key Biodiversity Areas Partnership (2017).

CAPÍTULO 4

Olson, D. M.; Dinerstein, E. et al. (2001).
Idem.
Idem.
Spalding, M.; Fox, H. (2007).
Abell, R.; Thieme, M. et al. (2008).
Capítulo 5
Unep-WCMC e IUCN (2020).

CAPÍTULO 6

Fundação Vida Silvestre Argentina; Administração de Parques Nacionais da Argentina (2019).

CAPÍTULO 7

Hilty et al. (2020).
Suter et al. (2007).
Castillo et al. (2020).
Saura et al. (2017).
Saura et al. (2018).
Laurance et al. (2012); Scriven et al. (2015).
Sarukhán et al. (2017).
Nuñez et al. (2013); Conabio et al. (2020).
ProtConn; Saura et al. (2018).

CAPÍTULO 8

Ervin, J. et al. (2010).
Mais informações estão disponíveis em <https://www.cbd.int/doc/publications/pa-text-es.pdf>.
Mais informações estão disponíveis em <http://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/parques-nacionales-y-iucn-lanzan-guia-integrando-las-areas-protectadas-al-ordenamiento-territorial-caso-colombia/>.
Mais informações estão disponíveis em <http://siar.minam.gov.pe/tumbes/novedades/areas-conservacion-privada-una-creciente-alternativa-conservacion-peru>.
Mais informações estão disponíveis em <https://www.yumpu.com/en/document/read/52860406/documento-iucn>.
Mais informações estão disponíveis em http://www.cedaf.org.do/Eventos/LandTrust/Guia_Corredores_Biologicos-CR.pdf.
Mais informações estão disponíveis em <http://sociobosque.ambiente.gov.ec/>.
Mais informações estão disponíveis em <https://www.iucn.org/es/content/soluciones-basadas-en-la-naturaleza-identificadas-en-america-del-sur-se-exponen-en-el-congreso-mundial-de-parques>.
Bovarnick, A. et al. (2010).
Mais informações estão disponíveis em <https://www.mma.gov.br/areas-protectadas/instrumentos-de-gestao/mosaicos>.
Mais informações estão disponíveis em <https://www.mma.gov.br/informma/item/14907-conecta.html>.
Mais informações estão disponíveis em <https://www.mma.gov.br/areas-protectadas/instrumentos-de-gestao/mosaicos>.
Mais informações estão disponíveis em https://www.uy.undp.org/content/uruguay/es/home/operations/projects/environment_and_energy/SNAP.html.
Mais informações estão disponíveis em <https://www.gaiamazonas.org/lamazoniaenmapas/12/>.
Mais informações estão disponíveis em <https://www.mma.gov.br/areas-protectadas/programas-e-projetos/projeto-corredores-ecologicos>.
Vasilijević, M. et al. (2015).
Mais informações estão disponíveis em <https://www.biodiversidad.gob.mx/corredor/corredorbiomeso.html>.
Mais informações estão disponíveis em http://www.cct.or.cr/contenido/wp-content/themes/betheme/docs/estrategia_cbss.pdf.
Mais informações estão disponíveis em <https://www.ambiente.gob.ec/ecuador-y-peru-presentan-al-mundo-la-reserva-de-biosfera-transfronteriza-bosques-de-paz/>.

CAPÍTULO 9

Filac (2018); Cepal (2018); CBD (2018); Banco Mundial (2015); y Barié (2012).
Amaya, C.; Parra, L. (2019).

CAPÍTULO 11

Waldron et al. (2020); Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica. (2020).
CMAP-IUCN (2019).
Unep-WCMC; IUCN (2020).
Borrini-Feyerabend et al. (2014); Worboys et al., (2019).
Por exemplo, Sinac (2007). Gruas II.
CBD (2018).

CAPÍTULO 12

Minae (2020).
Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA). (2020).
Pinto, LP et al. (2017).
Paulo, L. et al. (2019).
Marthans, S. (2020).

CAPÍTULO 13

Campanha pela Natureza (2020).
Deutz, A., G.M. Heal, R. Niuc, et al. (2020). Financiar La Naturaleza: Cerrando la brecha financiera global de la biodiversidad. Paulson Institute, The Nature Conservancy y Cornell Atkinson Center for Sustainability.
Unep-WCMC (2020); Maxwell et al. (2020); e Maretti, C. (2017).

CAPÍTULO 14

CMAP-IUCN (sem data).
Mais informações estão disponíveis em:
• <https://www.wwf.org.co/?255605/El-Principe-de-Gales-aplaudi-a-la-Declaratoria-en-reas-Protectadas-y-Cambio-Climatico>;
• <http://www.fao.org/peru/noticias/detail-events/es/c/292947/>;
• <https://REDPARQUES.com/noticia?id=47>; e
• <https://www.gob.mx/conanp/es/prensa/red-latinoamericana-de-areas-protectadas-a-la-vanguardia-en-cambio-climatico-y-conservacion-de-la-biodiversidad?idiom=es>.
Naidoo et al. (2019), fig. 2, p. 3.
Waldron et al. (2020), fig. 1 e 2, pp. 6-7.
Secretaria do Convênio sobre Diversidade Biológica (2018). RedParques (2020).
Lee; Brumme (2013) in Zunino P. (2018).
Mascia e Pailler (2011) definiram o conceito; reconheceram a diversidade e as possibilidades; e criaram o conceito de redução ou perda de proteção (PADDD).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNEP - WCMC

CENTRO MUNDIAL DE MONITORAMENTO DA CONSERVAÇÃO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – UNEP-WCMC; UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – IUCN. Protected Planet: OECM Database. Cambridge, Reino Unido: UNEP-WCMC / IUCN, 2020. Disponível em www.protectedplanet.net.

CENTRO MUNDIAL DE MONITORAMENTO DA CONSERVAÇÃO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – UNEP-WCMC; UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – IUCN. Protected Planet: The Global Database on Protected Areas Management Effectiveness (GD-PAME). Cambridge, Reino Unido: UNEP-WCMC / IUCN, 2020. Disponível em www.protectedplanet.net.

CENTRO MUNDIAL DE MONITORAMENTO DA CONSERVAÇÃO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – UNEP-WCMC; UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – IUCN. Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA). Cambridge, Reino Unido: UNEP-WCMC / IUCN, 2020. Disponível em www.protectedplanet.net.

OUTRAS REFERÊNCIAS

RESUMO EXECUTIVO

BIRDLIFE INTERNATIONAL; HANDBOOK OF THE BIRDS OF THE WORLD. Bird species distribution maps of the world (versão 2019.1). 2019. Disponível em <http://datazone.birdlife.org/species/requeststd>.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Los pueblos indígenas en América Latina: Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Santiago, Chile: ONU, 2014. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37222/S1420521_es.pdf.

CONVENÇÃO PARA O PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. World Heritage List Statistics. Unesco/WHC, sem data. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/list/stat>.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Like-Minded Mega-Diverse Countries Carta to Achieve Aichi Biodiversity Target 11. Cancún: UNEP/CBD, 2016. Disponível em <https://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-13/information/cop-13-inf-45-en.pdf>.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Declaration of Like-Minded Mega-Diverse Countries. Sharm El-Sheikh: UNEP/CBD, 2018. Disponível em <https://www.cbd.int/doc/c/76aa/b013/8fb3bb53a2a39ead229c1880/cop-14-inf-41-en.pdf>.

PNUD. América Latina y el Caribe: Una superpotencia de biodiversidad. Un documento de política. 2010.

PNUMA. Perspectivas del medio Ambiente: América Latina y el Caribe, GEO ALC 3. Panamá: PNUMA, 2010.

IUCN. The IUCN Red List of Threatened Species. IUCN Estadísticas Globales Tablas 1 y 2 (2020-2). 2020. Disponível em <https://www.iucnredlist.org/>.

IUCN. The IUCN Red List of Threatened Species. IUCN (2020-6). 2020. Disponível em <https://www.iucnredlist.org/>.

CAPÍTULO 2 – COBERTURA

BARNES, M. D.; GLEW, L.; WYBORN, C.; CRAIGIE, I. D. Prevent perverse outcomes from 645 global protected area policy. *Nature Ecology & Evolution* 2, 759–762, 2018. doi:10.1038/s41559-018-0501-y.

DUDLEY, N.; JONAS, H.; NELSON, F.; PARRISH, J.; PYHÄLÄ, A.; STOLTON, S.; WATSON, J. The Essential Role of Other Effective Area-Based Conservation Measures in Achieving Big Bold Conservation Targets. *Global Ecology and Conservation*. 2018.

GELDMANN, J.; COAD, L.; BARNES, M.; CRAIGIE, I.; HOCKINGS, M.; KNIGHTS, K.; LEVERINGTON, F.; CUADROS, I.; ZAMORA, C.; WOODLEY, S.; BURGESS, N. Changes in protected area management effectiveness over time: A global analysis. *Biological Conservation* 191, 692–699, 2015. doi:10.1016/j.biocon.2015.08.029.

VISCONTI, P.; BUTCHART, S.; BROOKS, T.; LANGHAMMER, P.; MARNEWICK, D.; VERGARA, S.; YANOSKY, A.; WATSON, J. Protected area targets post-2020. *Science* 364, 239–241, 2019. doi:10.1126/science.aav6886.

CAPÍTULO 3 – ÁREAS-CHAVE DE BIODIVERSIDADE (KBAS): UMA FERRAMENTA PARA A CONSERVAÇÃO EFICIENTE DA BIODIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

BIRDLIFE INTERNATIONAL. The World Database of Key Biodiversity Areas. Um produto da Parceria KBA: BirdLife International, IUCN, Amphibian Survival Alliance, Conservation International, Critical Ecosystem Partnership Fund, Global Environment Facility, Global Wildlife Conservation, NatureServe, Rainforest Trust, Royal Society for the Protection of Birds, Wildlife Conservation Society e WWF. 2020. Disponível em www.keybiodiversityareas.org. Acessado em 7 de outubro de 2020.

PARCERIA DE ÁREAS-CHAVE DE BIODIVERSIDADE (KBAs). The Relationship between Key Biodiversity Areas (KBAs) and Protected Areas. 2017. Disponível em <http://www.keybiodiversityareas.org/assets/8f1535aed3316ae2b720364019f8cb1c>.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – IUCN. A Global Standard for the Identification of Key Biodiversity Areas. Versão 1.0. Gland, Switzerland: IUCN, 2016. Disponível em https://portals.iucn.org/union/sites/union/files/doc/a_global_standard_for_the_identification_of_key_biodiversity_areas_final_web.pdf.

CAPÍTULO 4 – REPRESENTATIVIDADE

ABELL, R.; THIEME, M.; REVENGA, C.; BRYER, M.; KOTTELAT, M.; BOGUTSKAYA, N.; COAD, B.; MANDRAK, N.; CONTRERAS BALDERAS, S.; BUSSING, W.; STIASSNY,

- M.; SKELTON, P.; ALLEN, G.; UNMACK, P.; NASEKA, A.; NG, R.; SINDORF, N.; ROBERTSON, J.; ARMIJO, E.; HIGGINS, J.; HEIBEL, T.; WIKRAMANAYAKE, E.; OLSON, D.; LÓPEZ, H.; REIS, R.; LUNDBERG, J.; SABAJ PÉREZ, M.; PETRY, P. Freshwater Ecoregions of the World: A New Map of Biogeographic Units for Freshwater Biodiversity Conservation. *BioScience* 58 (5): 403-414, 2008.
- OLSON, D.; DINERSTEIN, E.; WIKRAMANAYAKE, E.; BURGESS, N.; POWELL, G.; UNDERWOOD, E.; D'AMICO, J.; ITOUA, I.; STRAND, H.; MORRISON, J.; LOUCKS, C.; ALLNUTT, T.; RICKETTS, T.; KURA, Y.; LAMOREUX, J.; WETTENGEL, W.; HEDAO, P.; KASSEM, K. Terrestrial Ecoregions of the World: A New Map of Life on Earth. *BioScience* 51 (11): 933-938, 2001.
- SPALDING, M.; FOX, H.; ALLEN, G.; DAVIDSON, N.; FERDAÑA, Z.; FINLAYSON, M.; HALPERN, B.; JORGE, M.; LOMBANA, A.; LOURIE, S.; MARTIN, K.; CMANUS, M.; MOLNAR, J.; RECCIA, C.; ROBERTSON, J. Marine Ecoregions of the World: A Biogeoregionalization of Coastal and Shelf areas. *BioScience* 57 (7): 573-583, 2007.
- CAPÍTULO 5 – AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE**
- ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES NACIONAIS. Informe Nacional Ambiente y Áreas Protegidas de la Argentina. Buenos Aires. Argentina: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable, 2019.
- AFD – COMDEFOR. Informe sobre la Efectividad del Manejo Sitio de Patrimonio Mundial Reserva del Hombre y la Biosfera del Río Plátano. Mejorando nuestra herencia. Unesco, UIUCN, TNC, 2006.
- AMARILLA S. Medición de la efectividad de manejo de las áreas protegidas del Paraguay: Reseña de una línea de investigación. San Lorenzo, Paraguay: Facultad de Ciencias Agrarias, Universidad Nacional de Asunción, 2005.
- AUTORIDADE NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – ANAM; UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – UICN. Estado de la Gestión Compartida de Áreas Protegidas. Área de Bosques y Áreas Protegidas. Panamá, 2006.
- BARRERO, A.; ECHEVERRI, P. Análisis de Efectividad del Manejo de Áreas Protegidas con Participación Social – AEMAPPS. Marco Conceptual. Bogotá, Colombia: Parques Nacionales Naturales de Colombia, WWF, 2018.
- BRUMBAUGH, D. R. Greater Effectiveness through Co-Management of Marine Protected Areas: An Introductory Discussion for The Bahamas (Full Report). Report to The Nature Conservancy. Northern Caribbean Program. Nassau, Bahamas, 2017.
- CENTRO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DE CUBA. Metodología para el monitoreo de la efectividad del manejo en las áreas protegidas. Havana, Cuba: GEF, PNUD, SNAP, 2014.
- CID MUÑOZ, B. E. Sistema de indicadores de calidad en la gestión de Áreas Protegidas: Diseño y aplicación piloto a cinco casos con diferente tipo de gobernanza de la Cordillera de la Costa de la Región de Los Ríos. Valdivia, Chile: Universidad Austral de Chile, 2016.
- COMISSÃO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – CONANP. Evaluación de la efectividad de manejo de 12 áreas naturales protegidas federales en la Sierra Madre Oriental y el Golfo de México. México: KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento – Cooperação Financeira entre Alemanha e México), 2014.
- COMISSÃO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – CONANP. Taller de selección de objetos de conservación y amenazas para la Evaluación de la Efectividad de la Reserva de la Biosfera Calakmul, Campeche. México, 2015.
- COMISSÃO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – CONANP. Estrategia para la evaluación de la efectividad en la gestión de las áreas naturales protegidas marinas y terrestres de México. México: Dirección de Evaluación y Seguimiento, SEMARNAT, 2016.
- COMISSÃO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – CONANP. Fichas de evaluación ecológica de áreas naturales protegidas del noroeste de México. México: Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas y Fondo Mexicano para la Conservación de la Naturaleza, 2016.
- COMISSÃO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – CONANP. Documento técnico base del Sistema Permanente de Evaluación de la Efectividad del Manejo de las Áreas Naturales Protegidas Federales. México: SEMARNAT, 2019.
- COMISSÃO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – CONANP. Evaluación de la Efectividad del Manejo de las Áreas Naturales Protegidas de México: Primer Informe Nacional. México: Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales – SEMARNAT, 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS. Evaluación de gestión del Sistema Guatemalteco de Áreas Protegidas SIGAP 2005. Documento Técnico 48 (16-2006). Guatemala, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS. Informe de efectividad de manejo de las áreas protegidas del Sistema Guatemalteco de Áreas Protegidas – SIGAP, 2009-2012. Guatemala, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS. Revisión y actualización del Sistema de Monitoreo del Manejo en Áreas Protegidas del SIGAP. Documento Técnico 82 (01-2010) Guatemala, 2011.
- CONTROLADORA-GERAL DA REPÚBLICA DA COSTA RICA; CONTROLADORA GERAL DA REPÚBLICA DO PANAMÁ. Informe binacional sobre la evaluación de la gestión de las autoridades ambientales de Costa Rica y Panamá, en el manejo integral del Parque Internacional La Amistad. GTZ, 2004.
- CORRALES, L. Método de valoración cuantitativo y manual de uso de la base de datos de la estrategia para el monitoreo del manejo de las áreas protegidas de Centroamérica: Versão para a Nicaragua. TNC, PROARCA – CAPAS, 2000.
- CORRALES, L. Midiendo el éxito de las acciones en las áreas protegidas de Centroamérica: Medición de la Efectividad de Manejo. Guatemala de la Asunción, Guatemala: PROARCA – APM, 2004.
- COURRAU, J.; DUDLEY, N.; HOCKINGS, M.; LEVERINGTON, F.; STOLTON, S. Evaluating Effectiveness: A framework for assessing management effectiveness of protected areas. 2ª edição. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: IUCN, 2006.
- CRUZ, E. Análisis de las metodologías de Evaluación de la Efectividad de Manejo (EEM) y Propuesta para la EEM del Parque Nacional Galápagos. Ecuador: Universidad Internacional de Andalucía Sede Iberoamericana Santa María de la Rábida. V Maestría en Conservación y Gestión del Medio Natural, 2006.
- CUN, E. Evaluación de la efectividad de manejo del Bosque Protector Cerro Blanco (BPCB) como estrategia en la planificación y gestión de la Reserva (Provincia del Guayas-Ecuador). Ecuador: Tesis M. Sc. Facultad de Ciencias Naturales, Universidad de Guayaquil, 2012.
- DAVIS, S. Rethinking Biodiversity Conservation Effectiveness and Evaluation in the National Protected Areas Systems of Tropical Islands: The Case of Jamaica and the Dominican Republic. Wilfrid Laurier University. Thesis and Dissertations (Comprehensive), 2009.
- DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS DE HONDURAS. Informe Monitoreo Efectividad de Manejo SINAPH – 2007. Honduras: Administración Forestal del Estado. Unidad de Monitoreo, 2008.
- DÍAZ-MARTÍN, D.; MARTINEZ, Z.; YERENA, E.; TORRES, I.; TRABUCCO, J.; FEBRES, M.; FRONTADO, Y. Semáforo Conservacionista de Parques Nacionales de Venezuela. Vitalis, 2007.
- ERVIN, J. WWF: Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management (RAPAM) Methodology. Gland, Suíça: WWF, 2003.
- FARIA, H. de. Elaboración de un procedimiento para medir la efectividad de manejo de áreas silvestres protegidas y su aplicación en dos áreas protegidas de Costa Rica. Turrialba, Costa Rica: Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, 1993.
- FIGUEROA, F.; SÁNCHEZ-CORDERO, V.; ILLOLDI-RANGEL, P.; LINAJE, M. Evaluación de la efectividad de las áreas protegidas para contener procesos de cambio en el uso del suelo y la vegetación. ¿Un índice es suficiente? Revista Mexicana de Biodiversidad 82: 951-963, 2011.
- FUENTES, E.; R. DOMÍNGUEZ. Aplicación y Resultados de la Encuesta sobre Efectividad de Manejo de las Principales Áreas Protegidas de Chile. Creación de un sistema nacional integral de áreas protegidas para Chile. Santiago, Chile: Proyecto GEF – PNUD – Ministerio del Medio Ambiente, 2011.
- GERÊNCIA DE ÁREAS SILVESTRES PROTEGIDAS – CONAF – CHILE. Tasa de variación de efectividad del cumplimiento de los objetivos legales del SNASPE. Santiago, Chile: Sistema de Información para la Gestión Institucional (SIGI). SIGI, N°14, GASP, 2019.
- GUERRERO, P.; VELÁSQUEZ, M.; CRUZ, E.; JORGE, M. Aplicación del manual WCPA-Marine/WWF para la evaluación de gestión efectiva en AMP: Galápagos, Un caso de Estudio. WCPA Marine, WWF, NOAA, 2003.
- HERNÁNDEZ, D.X. Evaluación de la efectividad del Parque Nacional Zona Marina Del Archipiélago Espíritu Santo, como herramienta de conservación y generación de beneficios socioeconómicos. México: Universidad Autónoma de Baja California Sur. Departamento Académico de Biología Marina La Paz, B.C.S., 2013.
- HERRERA-F, B. Guía para el monitoreo y la evaluación de la gestión de las áreas protegidas del SINAP. Cidade do Panamá, Panamá: Proyecto ECOTUR-AP. Ministerio de Ambiente, 2016.
- HOCKINGS, M.; JAMES, R.; STOLTON, S.; DUDLEY, N.; MATHUR, V. J.; MAKOMBO, J.; COURRAU, J.; PARRISH, J. Caja de herramientas de Mejorando nuestra Herencia: Evaluación de la efectividad del manejo de sitios naturales de Patrimonio Mundial. Paris, França: Centro del Patrimonio Mundial de la Unesco, 2009.
- HOCKINGS, M.; LEVERINGTON, F.; COOK, C. Protected area management effectiveness, in Worboys, G., Lockwood, M., Kothari, A., Feary S., y Pulsford, I. (ed). Protected Area Governance and Management, ANU Press, Canberra. pp. 889 – 928, 2015.
- IBAMA; WWF-BRASIL. Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil: Implementação do Método Rappam – Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação. Brasília, Brasil, 2007.
- ICF; USAID PROPARQUE. Manual para la aplicación del Monitoreo de la Efectividad de Manejo y Co-manejo del Sistema Nacional de Áreas Protegidas y Vida Silvestre de Honduras (SINAPH). Revisión e actualización: versión 2013. Tegucigalpa, M.D.C. Honduras, 2013.
- ICMBIO. SAMGE, Sistema de Análisis e Monitoramento de Gestão Manual de Aplicação. Brasília/DF, Brasil: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, MMA, 2019.
- ICMBIO; WWF-BRASIL. Avaliação comparada das aplicações do método Rappam nas unidades de conservação federais, nos ciclos 2005-06 e 2010. Brasília, Brasil: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, WWF-Brasil, 2011.
- ICMBIO. Relatório de Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão SAMGe – Ciclo 2019. Brasília, Brasil: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2020.
- ÍNIGUEZ, L.; JIMÉNEZ, C.; SOSA, J.; ORTEGA-RUBIO, A. Categorías de las áreas naturales protegidas en México y una propuesta para la evaluación de su efectividad. Investigación y Ciencia de la Universidad Autónoma de Aguascalientes 60, 65-70, 2014.
- IZURIETA, A. Evaluación de la eficiencia del manejo de áreas protegidas: Validación de una metodología aplicada a un subsistema de áreas protegidas y sus zonas de influencia, en el área de conservación Osa, Costa Rica. Turrialba, Costa Rica: Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, 1997.
- KOMAR, O.; SCHLEIN, O.; LARA, K. Guía para el monitoreo de integridad ecológica en el Sistema Nacional de Áreas Protegidas y Vida Silvestre de Honduras. Tegucigalpa, Honduras: ICF, SINFOR, Escuela Agrícola Panamericana (EAP/Universidad Zamorano) y Proyecto USAID ProParque, 2014.
- LARA, K.; KOMAR, O. Síntesis de la línea base de integridad ecológica para diez áreas protegidas del Sistema Nacional de Áreas Protegidas y Vida Silvestre de Honduras (SINAPH) (Informe Técnico). Tegucigalpa, Honduras: Proyecto USAID – ProParque e ICF, 2015.



- LAUNCHPAD CONSULTING. Management capacity in Belize's protected areas system: An assessment of the management of eight protected area sites and discussion on system implications. Belize, Belize: Prepared for National Protected Areas System Plan Project, 2005.
- LEVERINGTON, F.; LEMOS-COSTA, K.; COURRAU, J.; PAVESE, H.; NOLTE, C.; MARR, M.; COAD, L.; BURGESS, N.; BOMHARD, B.; HOCKINGS, M. Management effectiveness evaluation in protected areas – a global study. Brisbane, Australia: Second edition 2010. The University of Queensland, 2010.
- LUNA-SÁNCHEZ, E.; SKUTSCH, M. ¿Sirven las evaluaciones para aprender? Influencia de las evaluaciones sobre las decisiones de manejo en un Área Natural Protegida. *Sociedad y Ambiente*, 7 (9): 137-164, 2019.
- MANTERO, S. Producto 6: Informe de resultados de la evaluación de la efectividad del manejo en áreas protegidas – METT 2015. Fortalecimiento de la efectividad del Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Uruguay, 2019.
- MAS, J. F. Assessing protected area effectiveness using surrounding (buffer) areas environmentally similar to the target area. *Environmental Monitoring and Assessment*, 2005, 105: 69-80, 2005.
- MAYORQUÍN, A.; VALENZUELA, S.; RANGEL, J. Evaluación de la efectividad de manejo en reservas naturales de la sociedad civil: Una propuesta metodológica. *Caldasia* 32 (2): 381-397, 2010.
- MEDRANO, B.; HERNÁNDEZ, J. Estado actual de las Áreas Naturales Protegidas y Pautas para la Gestión de la Biodiversidad en El Salvador. Fundación Friedrich Ebert Stiftung. *Análisis* 3 / 2017. pp. 36, 2017
- MENA, J.C. Propuesta de Sistema de Informes para la Evaluación del Desempeño y el Impacto en la Gestión de Áreas Protegidas de la República Dominicana. Carrera de Desarrollo Socioeconómico y Ambiente. Zamorano, Honduras: pp. 67, 2006.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DO EQUADOR. Evaluación de Efectividad de Manejo del Parque Nacional Machalilla. Quito, Ecuador: Proyecto GEF: Ecuador Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP-GEF), 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DO EQUADOR. Evaluación de Efectividad de Manejo del Patrimonio de Áreas Naturales del Estado: Guía Metodológica. Quito, Ecuador, 2014.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DO EQUADOR. Acuerdo N.º 012: Guía metodológica para la evaluación de efectividad de manejo del patrimonio de áreas naturales del Estado EEM – PANE. Quito, Ecuador: Edición Especial N.º 322 – Registro Oficial – 26 de maio de 2015. 2015.
- MOJICA, A. M. Evaluación Rápida de la Efectividad de Manejo en las Cinco Áreas Protegidas del Proyecto – FASE II. Proyecto Conservación de Recursos Marinos en Centroamérica. Fondo para el Sistema Arrecifal Mesoamericano, 2015.
- MOJICA, A. M. y Arrivillaga. A. Evaluación Rápida de la Efectividad de Manejo en las Cuatro Áreas Protegidas del Proyecto – FASE I. Proyecto Conservación de Recursos Marinos en Centroamérica. Fondo para el Sistema Arrecifal Mesoamericano, 2014.
- MONTESDEOCA-PERALTA, M.; SALAZAR-SOLEDISPA V. B.; LOVATO-TORRES, S. G. Diagnóstico de la efectividad en la gestión administrativa de las áreas marinas protegidas del Ecuador: tres estudios de caso. *Revista Dominio de las Ciencias*. 3 (2): 46-61, 2017.
- MOREA, J. P. Situación actual de la gestión de las áreas protegidas de la Argentina. Problemáticas actuales y tendencias futuras. *Revista Universitaria de Geografía*. Argentina: 23 (1): 57-75, 2014.
- ONOFRA GUAYASAMÍN, S. A. Propuesta metodológica para la gestión de áreas protegidas en el Ecuador. Tese de doutorado. Departamento de Biología Vegetal, Ecología y Ciencias de la Tierra. Universidad de Extremadura, 2017.
- PARQUES NACIONAIS NATURAIS DA COLÔMBIA. Relatorias de los ejercicios de aplicación para el análisis de la efectividad del manejo del Sistema Nacional de Áreas Protegidas, SINAP y Sistema de Parques Nacionales Naturales, SPNN. Bogotá, Colombia, 2010.
- PARQUES NACIONAIS NATURAIS DA COLÔMBIA. Análisis de efectividad del manejo del sistema de Parques Nacionales Naturales de Colombia. Bogotá, Colombia, 2010.
- PARQUES NACIONAIS NATURAIS DA COLÔMBIA. Informe de resultados del análisis de efectividad del manejo para las áreas del Sistema de Parques Nacionales. Bogotá, Colombia, 2010.
- PINTO, I.; YEE, J. Diagnóstico de las áreas marinas protegidas y de las áreas marinas para la pesca responsable en el Pacífico panameño. Panamá: Fundación Marviva, 2011.
- POLANCO TRUJILLO, L. A.; GUTIÉRREZ AGUIRRE, M. A. Evaluación de enfoques metodológicos que analizan la efectividad de las áreas naturales protegidas de Quintana Roo, México. *Teoría y Praxis*, Cozumel, México: Universidad de Quintana Roo. No. 14, julho-dezembro de 2013, pp. 59-82, 2013.
- POMEROY, R.S.; PARKS, J. E.; WATSON, L. M. Cómo evaluar una AMP. Manual de indicadores naturales y sociales para evaluar la efectividad de la gestión de áreas marinas protegidas. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: IUCN, 2006.
- RAMÍREZ MORA, M. Evaluación de la efectividad de manejo en las áreas silvestres protegidas del área de conservación Tempisque, Costa Rica. Turrialba, Costa Rica: Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, 2015.
- RELLES, N. J. A Case Study in the Effectiveness of Marine Protected Areas (MPAs): The Islands of Bonaire and Curaçao, Dutch Caribbean. Ph.D. Thesis. The Faculty of the School of Marine Science, The College of William & Mary, 2012.
- RIVERA, M. G. (2011). Evaluación de las áreas marinas protegidas en México. Instituto Politécnico Nacional. La Paz B.C.S., México: Centro Interdisciplinario De Ciencias Marinas, 2011.
- RODRÍGUEZ, S. A. Medición de la efectividad de manejo de las áreas protegidas del Paraguay: Reseña de una línea de investigación. San Lorenzo, Paraguay: Facultad de Ciencias Agrarias, Universidad Nacional de Asunción, 2005.
- SÁNCHEZ PEÑA, R. O. Análisis de resultados de la aplicación de la metodología efectividad de manejo de áreas protegidas (METT) en República Dominicana: Comparación 2009 – 2012. Santo Domingo, DN, República Dominicana: Ministerio de Medio Ambiente y Recursos Naturales. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo PUD, GEF, 2013.
- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA NAÇÃO; FUNDAÇÃO PATAGÔNIA NATURAL; FUNDAÇÃO VIDA SILVESTRE ARGENTINA. Efectividad del manejo de las áreas protegidas marino-costeras de la Argentina. Buenos Aires: 1a ed. Vida Silvestre Argentina, 2007.
- SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO – SINAC. Herramienta para la Evaluación de la Efectividad de Manejo de las Áreas Silvestres Protegidas de Costa Rica. San José, Costa Rica: Sistema Nacional de Áreas de Conservación, 2014.
- SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO – SINAC. Herramienta para la Evaluación de la Efectividad de Manejo de las Áreas Silvestres de Costa Rica. San José, Costa Rica: 2ª ed., 2016.
- SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO – SINAC. Evaluación de la Efectividad de Manejo de las Áreas Silvestres Protegidas de Costa Rica Período 2016. San José, Costa Rica: Ministerio de Ambiente y Energía, 2017.
- SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO – SINAC. Evaluación de Efectividad de Manejo 2017: Aprendiendo de la experiencia para la toma de decisiones. San José, Costa Rica: Ministerio de Ambiente y Energía, 2018.
- SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO – SINAC. Evaluación de Efectividad de Manejo del ASP del SINAC para el período Año 2018: Lecciones aprendidas para la Adaptación. San José, Costa Rica: Ministerio de Ambiente y Energía, 2019.
- SERVIÇO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS PELO ESTADO. Análisis del estado de conservación de los ecosistemas dentro de las ANP mediante la evaluación de los efectos generados por las actividades antrópicas. Lima, Peru: Dirección de Desarrollo Estratégico. Reporte Técnico N.º 001- 2020-SERNANP, 2019.
- SERVIÇO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS. Aplicación de la herramienta Estado de Gestión y Efectividad de Manejo en Áreas Protegidas Nacionales de Bolivia. INFORME FINAL. Bolivia: Ministerio de Medio Ambiente y Agua. Viceministerio de Medio Ambiente, Biodiversidad, Cambios Climáticos y Gestión y Desarrollo Forestal, 2017.
- SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DO URUGUAI – SNAP. Evaluación de la eficiencia del manejo de las áreas protegidas de Uruguay: Informe 2005. Montevideu, Uruguay: Proyecto fortalecimiento del proceso de implementación del Sistema Nacional de Áreas Protegidas. Serie Informes No. 1. 2005.
- SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DO URUGUAI – SNAP. Evaluación de la eficiencia del manejo de las áreas protegidas de Uruguay. Montevideu, Uruguay: Proyecto fortalecimiento del proceso de implementación del Sistema Nacional de Áreas Protegidas. Serie Informes No. 40. 2010.
- SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DO URUGUAI – SNAP. Evaluación de la eficiencia del manejo de las áreas protegidas de Uruguay. Montevideu, Uruguay: Proyecto fortalecimiento del proceso de implementación del Sistema Nacional de Áreas Protegidas. Serie Informes No. 44. 2012.
- SOCIEDADE DE HISTÓRIA NATURAL NIPARAJÁ, A.C., NIPARAJÁ. Evaluación de la efectividad de manejo del Parque Nacional Zona Marina del Archipiélago de Espíritu Santo, B.C.S.: 10 años de indicadores biofísicos. La Paz, México: Informe Técnico, 2019.
- SOCIEDADE DE HISTÓRIA NATURAL NIPARAJÁ, A.C., NIPARAJÁ. Management Effectiveness Evaluation of the Marine Zone of the Espíritu Santo Archipelago National Park in Baja California Sur: 10 Years of Biophysical Indicators. La Paz, México: Technical Report, 2019.
- STOLTON, S; DUDLEY, N. METT Handbook: A guide to using the Management Effectiveness Tracking Tool (METT). WWF-UK: Woking, 2016.
- SUTER, W.; BOLLMANN, K.; Y HOLDEREGGER, R. Landscape Permeability: From Individual Dispersal to Population Persistence. *A Changing World*. pp.157-174, 2007.
- TESTA, J. Una aproximación para la evaluación técnica y operativa de las áreas naturales protegidas. El caso de las reservas costeras de la provincia de Buenos Aires, Argentina. *RIAT: Revista Interamericana de Ambiente y Turismo*. 9(2): 86-100, 2013.
- ULLOA, R. Y TAMAYO, D. Evaluación de efectividad de manejo de cinco áreas protegidas marinas y costeras del Ecuador continental: Parque Nacional Machalilla, Reserva Marina Galera – San Francisco, Refugio de Vida Silvestre Manglares El Morro, Refugio de Vida Silvestre Marino Costero Pacoche y Reserva de Producción Faunística Marino Costero Puntilla de Santa Elena. Guayaquil, Ecuador: Ministerio del Ambiente del Ecuador y Conservación Internacional Ecuador, 2012.
- UNEP-WCMC; IUCN. Protected Planet: The Global Database on Protected Areas Management Effectiveness (GD-PAME). Cambridge, Reino Unido: UNEP-WCMC e IUCN, 2020. Disponível em www.protectedplanet.net.
- UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROJETOS. Recommendations on Methodology for monitoring the Effectiveness of MPA Management. Conservation and Sustainable Use of the Mesoamerican Barrier Reef Systems Project (MBRS) / Sistema Arrecifal Mesoamericano. Belize, Belize, 2003.
- UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROJETOS. Manual for the Rapid Evaluation of Management Effectiveness in Marine Protected Areas of Mesoamerica. Conservation

and Sustainable Use of the Mesoamerican Barrier Reef Systems Project (MBRS) / Sistema Arrecifal Mesoamericano. Guatemala, Guatemala: PROARCA, CCAD, 2004.

WALKER, Z.; WALKER, P. National Report on Management Effectiveness. Belize:

Wildtracks, The Nature Conservancy – USAID, 2006.

WALKER, Z.; WALKER, P. The Status of Protected Areas in Belize – Report on Management Effectiveness. Belize: USAID, Oak Foundation. APAMO, TNC, PACT, CEPF. Wildtracks, 2009.

YOUNG, R.; WOLFE L.; MACFARLANE, V. Monitoring Package for Assessing Management Effectiveness of Protected Areas. Report Prepared for: The National Protected Areas Policy & System Plan Task Force (NPAPSP). Belize National Protected Areas System Plan, 2005.

CAPÍTULO 6 – GOVERNANÇA DE ÁREAS PROTEGIDAS NA AMÉRICA LATINA: COMPARTILHAMENTO DE PODER PARA AUMENTAR A EFETIVIDADE, E EFICIÊNCIA E A JUSTIÇA

FUNDAÇÃO VIDA SILVESTRE ARGENTINA; ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES NACIONAIS DA ARGENTINA. De Bariloche a Lima: Percepciones sobre los avances y desafíos de las áreas protegidas de Latinoamérica y el Caribe entre 2008–2018. Hacia un nuevo acuerdo global por la naturaleza. Buenos Aires, 2019.

CAPÍTULO 7 – QUÃO CONECTADOS ESTÃO OS SISTEMAS DE ÁREAS TERRESTRES PROTEGIDAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE?

CASTILLO, L. S.; CORREA AYRAM, C. A.; MATELLANA TOBÓN, C. L.; CORZO, G.; AREIZA, A.; GONZÁLEZ-M., R.; SERRANO, F.; CHALÁN BRICEÑO, L.; SÁNCHEZ PUERTAS, F.; MORE, A.; FRANCO, O.; BLOOMFIELD, H.; AGUILERA ORRURY, V. L.; RIVADENEIRA CANEDO, C.; MORÓN-ZAMBRANO, V.; YERENA, E.; PAPADAKIS, J.; CÁRDENAS, J. J.; GOLDEN KRONER, R. E.; GODÍNEZ-GÓMEZ, O. Connectivity of Protected Areas: Effect of Human Pressure and Subnational Contributions in the Ecoregions of Tropical Andean Countries. *Land* 9(8): 239, 2020. <https://doi.org/10.3390/land9080239>.

CONABIO; CONANP; PNUM. Conservación, restauración y conectividad: la biodiversidad de México ante el cambio global. Síntesis y mensajes clave. México: Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad – Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas, Semarnat – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2020. Disponible en <http://bioteca.biodiversidad.gob.mx/janium/Documentos/15226.pdf>.

HILTY, J.; WORBOYS, G.; KEELEY, A.; WOODLEY, S.; LAUSCHE, B.; LOCKE, H.; CARR, M.; PULSFORD, I.; PITTOCK, J.; WHITE, J.; THEOBALD, D.; LEVINE, J.; REULING, M.; WATSON, J.; AMENT, R.; TABOR, G. Guidelines for conserving connectivity through ecological networks and corridors. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 30. IUCN, Gland, Switzerland, 2020. Disponible en <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-030-En.pdf>.

LAURANCE, W.; USECHE, D.; RENDEIRO, J.; KALK, M.; BRADSHAW, C.; SLOAN, S.; LAURANCE, S.; CAMPBELL, M.; ABERNETHY, K.; ALVAREZ-LOAYZA, P.; ARROYO-RODRÍGUEZ, V.; ASHTON, P.; BENÍTEZ, J.; BLOM, A.; BOBO, K.; CANNON, C.; CAO, M.; CARROLL, R.; CHAPMAN, C.; ZAMZANI, F. Averting biodiversity collapse in tropical forest protected areas. *Nature* 489: 290–294, 2012. Disponible en <https://doi.org/10.1038/nature11318>.

MEIKLEJOHN, K.; AMENT, R.; TABOR, G. Habitat Corridors & Landscape Connectivity: Clarifying the Terminology. Center For Large Landscape Conservation, 2010. Disponible en www.climateconservation.org.

NÚÑEZ, T.; LAWLER, J.; MCRAE, B.; PIERCE, J. Connectivity Planning to Address Climate Change. *Conservation Biology* 27: 407–416, 2013. Disponible en <https://doi.org/10.1111/cobi.12014>.

SARUKHÁN, J.; KOLEFF, P.; CARABIAS, J.; SOBERÓN, J.; DIRZO, R.; LLORENTE, J.; HALFFTER, G.; GONZÁLEZ, R.; MARCH, I.; MOHAR, A.; ANTA, S.; MAZA, J.; PISANTY, I.; URQUIZA-HAAS, T.; GONZÁLEZ, S.; MÉNDEZ, G. Capital natural de México. Síntesis: evaluación del

consentimiento y tendencias de cambio, perspectivas de sustentabilidad, capacidades humanas e institucionales. México: Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad, 2017. Disponible en <http://bioteca.biodiversidad.gob.mx/janium/Documentos/14039.pdf>.

SAURA, S.; BASTIN, L.; BATTISTELLA, L.; MANDRICI, A.; DUBOIS, G. Protected areas in the world's ecoregions: How well connected are they? *Ecological Indicators* 76: 144–158, 2017. Disponible en <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2016.12.047>. SAURA, S.; BERTZKY, B.; BASTIN, L.; BATTISTELLA, L.; MANDRICI, A.; DUBOIS, G. Protected area connectivity: Shortfalls in global targets and country-level priorities. *Biological Conservation* 219: 53–67, 2018.

SCRIVEN, S. A.; HODGSON, J. N.; MCCLEAN, C. J.; HILL, J. K. Protected areas in Borneo may fail to conserve tropical forest biodiversity under climate change. *Biological Conservation* 184: 414–423, 2015. Disponible en <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2015.02.018>.

WILLIAMS, B.; VENTER, O.; REHBEIN, J.; DI MARCO, M.; GRANTHAM, H.; ERVIN, J.; GOETZ, S.; HANSEN, A.; JANTZ, P.; PILLAY, R.; RODRIGUEZ-BURITICA, S.; SUPPLES, C.; VIRNIG, A. Change in Terrestrial Human Footprint Drives Continued Loss of Intact Ecosystems. *One Earth* 3: 371–382, 2020. Disponible en <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3600547>

CAPÍTULO 8 – INTEGRAÇÃO A PAISAGENS MAIS AMLAS

BOVARNICK, A.; FERNÁNDEZ-BACA, J.; GALINDO, J.; NEGRET, H. Sostenibilidad financiera de las áreas protegidas en América Latina y el Caribe: Guía para la política de inversión. Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo (PNUD); The Nature Conservancy (TNC), 2010.

ERVIN, J.; MULONGOY, K. J.; LAWRENCE, K.; GAME, E.; SHEPPARD, D.; BRIDGEWATER, P.; BENNETT, G.; GIDDA, S. B.; BOS, P. Making Protected Areas Relevant: A guide to integrating protected areas into wider landscapes, seascapes and sectoral plans and strategies. *Serie Técnica da CDB*, nº 44. Montreal, Canadá: Convention on Biological Diversity, 2010.

VASILJEVIĆ, M.; ZUNCKEL, K.; MCKINNEY, M.; ERG, B.; SCHOON, M.; ROSEN MICHEL, T. Transboundary Conservation: A systematic and integrated approach. *Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 23*, Gland, Suíça: IUCN, 2015.

CAPÍTULO 9 – CONTRIBUIÇÃO DOS TICCAS (TERRITÓRIOS DE VIDA) NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

ALCORN, J. Indigenous Peoples and Conservation – A White Paper prepared for the MacArthur Foundation. MacArthur Series, 2010.

AMAYA, C.; PARRA, L. TICCA en Colombia. Estrategia de apoyo a los territorios y áreas conservados por pueblos indígenas y comunidades locales. Bogotá: Cemi, 2019.

BALÉE, W. The Culture of Amazonian Forests. En: Posey, D. A. y Balée, W. (eds.) *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies*. *Advanced in Economic Botany*. Vol 7. NY, 1989.

BANCO MUNDIAL. Latinomérica indígena en el siglo XXI. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2015. Creative Commons de Reconocimiento. CC BY 3.0 IGO. BARIÉ, G. C. La cuestión territorial de los pueblos indígenas en la perspectiva latinoamericana. México DF, 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. América Latina: información censal sobre pueblos indígenas. *Demographic Observatory of Latin America*, 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. Los pueblos indígenas en América Latina. Infografía, 2018.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – CIDH. Situación de los derechos humanos de los pueblos indígenas y tribales de la Panamazonia. OEA, 2019. CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Indigenous Peoples in Latin America: Statistical Information. CRS Report. EUA, 2020.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. CDB. Protected and Conserved Areas Governance in the

convention on Biological Diversity: a review of key concepts, experiences, and sources of guidance. Twenty-second meeting. Montreal, Canadá, 2018.

DIEZ ASTETE, A. Compendio de Etnias y Ecoregiones. Amazonía, Oriente y Chaco, en Bolivia. La Paz, Bolivia: CESA; Plural Eds., 2011 .

DINERSTEIN, E.; OLSON, E.; GRAHAM, D. Una evaluación del Estado de Conservación de las Ecoregiones Terrestres de América Latina. Washington D.C.: WWF; BM, 1995. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. Atlas sociolingüístico de América Latina. FUNPROEIB Andes. AECID, 2009.

FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE – FILAC; CEPAL; CBD; BANCO MUNDIAL; BARIÉ. Brochure FILAC. 2012. Disponible en <https://www.filac.org/brochure-filac-2018/>.

FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE – FILAC. Estado de situación de los Territorios, Tierras y Recursos de los pueblos indígenas en América Latina. OPA-UM, 2018.

GARNETT, S.; BURGESS, N.; FA, J. E.; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, Á.; MOLNÁR, Z.; ROBINSON, C.; WATSON, J.; ZANDER, K.; AUSTIN, B.; BRONDÍZIO, E.; FRENCH COLLIER, N.; DUNCAN, T.; ELLIS, E.; GEYLE, H.; JACKSON, M.; JONAS, H.; MALMER, P.; MCGOWAN, B.; SIVONGXAY, A.; LEIPER, I. A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. *Nature Sustainability*. Vol 1. 369–374, 2018.

GRIFFITH, G.; OMERNIK, J.; AZEVEDO, S. Ecoregions of Central and South America. EPA. 2002. Disponible en http://ecologicalregions.info/html/sa_eco.htm. HUTCHISON, M.; NICHOLS, S.; SANTOS, M.; ONSRUD, H.; PAIXÃO, S. Demarcation and Registration of Indigenous lands in Brazil. Canadá: Department of Geodesy and Geomatics Engineering, University of New Brunswick, 2004.

MACDONALD, T. Latin America: Indigenous Peoples. *State of the World's Minorities*. 2006.

MORAN, E. F. La ecología humana de los pueblos de la Amazonía. México DF: FCE, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO/OAPN. Pueblos Indígenas y Áreas Protegidas en América Latina. Fortalecimiento del Manejo Sostenible de los Recursos Naturales en las Áreas Protegidas de América Latina Chile: FAO/OAPN, 2008.

POOLE, P. Desarrollo de Trabajo Conjunto entre Pueblos Indígenas, Conservacionistas y Planificadores del Uso de la Tierra en América Latina. Costa Rica: CATIE, 1990. SCHMIDT, G. Territorios Indígenas y Áreas Protegidas. Tres Casos y sus Conclusiones. Alemanha: EED EMAS, 2010.

SERVIÇO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS PELO ESTADO – SERNANP. Modelo para orientar la Co-gestión hacia la Conservación y el Desarrollo Sostenible de una Región con Reserva Comunal. Documento de trabajo 22. Lima, Peru: ANECAP, 2016.

SERVIÇO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS PELO ESTADO – SERNANP. Reservas Comunales. Co-gestión entre Pueblos Indígenas y Estado para la Conservación y Desarrollo de Perú. Lima, Perú: ANECAP; GIZ, 2017.

SOBREVILA, C. The Role of Indigenous Peoples in Biodiversity Conservation The Natural but Often Forgotten Partners. The World Bank, 2008.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – IUCN. Reconciling indigenous peoples and protected areas: rights, governance and equitable cost and benefit sharing. Discussion Paper. 2006.

VALQUI, M.; FEATHER, C. Haciendo visible lo invisible. Perspectivas indígenas sobre la deforestación en la Amazonía peruana. Lima, Peru: AIDSEP; FPP, 2014. VELÁSQUEZ, N. I.; FORD, A. State of Indigenous Peoples Land, Territories and Resources in Latin America and the Caribbean. Indigenous Peoples Major Group for Sustainable Development. RFN; IUWIA, 2014.

CAPÍTULO 10 – ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS NA AMÉRICA LATINA – APPS

QUADRO 10.1

REGISTRO ÚNICO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS – RUNAP. Reserva Natural de la Sociedad Civil. 2020. Disponible em <https://runap.parquesnacionales.gov.co/categoria/SINAP/20>. Consultado em 23 de maio de 2020.

RESNATUR; INSTITUTO HUMBOLDT; FUNDAÇÃO NATURA; PROJETO DE ÁREAS PROTEGIDAS LOCAIS – GIZ; ICLCI; UICN. Adaptación de los criterios de otras medidas efectivas basadas en áreas – OMEC al contexto colombiano. Proyecto inédito y en ejecución: Financiación por el Programa de Pequeñas Donaciones (PPD) del Fondo Mundial para el Medio Ambiente – GEF, PNUD, sem data.

QUADRO 10.2

COMISSÃO NACIONAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS – CONANP. Estadísticas de Áreas Destinadas Voluntariamente a la Conservación, ADVC. Gobierno de México: 2020. Disponible em <https://advc.conanp.gob.mx/estadisticas-advc/>. Consultado em 13 de maio de 2020.

DE LA MAZA HERNÁNDEZ, R. Mecanismos participativos para el establecimiento y gobernanza de áreas protegidas: el caso de las Áreas Destinadas Voluntariamente a la Conservación en México. La Habana, Cuba: Memorias de la XII Convención Internacional sobre Medio Ambiente y Desarrollo, 2019.

QUADRO 10.3

AMAZÓNICOS PELA AMAZÔNIA – AMPA. Amazonia que late. Disponible em <http://ampaperu.info/amazonia-que-late/>

CONSERVAMOS POR NATUREZA. Disponible em <https://www.conservamospornatureza.org>.

SHIWI. Peru: Disponible em <https://shiwi.pe>.

CAPÍTULO 11 – PROGRESSOS NA IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS EFETIVAS DE CONSERVAÇÃO BASEADAS EM ÁREAS (OMECS) NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

BORRINI-FEYERABEND, G.; BUENO, P.; HAY-EDIE, T.; LANG, B.; RASTOGI, A.; SANDWITTH, T. Cartilla sobre gobernanza para áreas protegidas y conservadas. Línea temática sobre Gobernanza del Congreso Mundial de Parques 2014. Gland, Suíça: UICN, 2014.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA – CDB; CONFERÊNCIA DAS PARTES – COP. Decisión 14/8: Áreas Protegidas y otras medidas eficaces de conservación basadas en áreas. Egipto, 2018.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA – CDB. Zero Draft of post-2020 biodiversity framework. 2020. Disponible em <https://www.cbd.int/article/2020-01-10-19-02-38>.

SECRETARIA DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Zero draft of the post 2020 Global Biodiversity Framework. 2020. Disponible em <https://www.cbd.int/article/zero-draft-update-august-2020>. SOFRONY, C. Otras medidas efectivas de conservación basadas en áreas – OmeC. Aportes del bioma amazónico a los desafíos post-2020. Bogotá, Colombia: Proyecto IAPA – Visión Amazónica; Unión Europea; REDPARQUES; WWF; FAO; UICN; ONU-Medio Ambiente, 2019.

SOFRONY, C. Otras medidas efectivas de conservación basadas en áreas – OmeC en Latinoamérica y el Caribe: Perspectivas de conservación más allá de las áreas protegidas. Bogotá, Colombia: Proyecto IAPA – Visión Amazónica; Unión Europea; REDPARQUES; WWF; FAO; UICN; ONU-Medio Ambiente, 2020.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – UICN; COMISSÃO MUNDIAL DE ÁREAS PROTEGIDAS – CIPA. Recognising and reporting other effective area-based conservation measures. Gland, Suíça: UICN, 2019.

WALDRON, A.; ADAMS, V.; ALLAN, J.; ARNELL, A.; PALACIOS, J.; ATKINSON, S.; BACCINI, A.; BAILLIE, E.; BALMFORD, A.; AUSTIN, J.; BRANDER, L.; BRONDÍZIO, E.; BRUNER, A.; BURKART, K.; BUTCHART, S.; RIO, B.; ZHANG, Y. Protecting 30% of the planet for nature: costs, benefits and economic implications. Campaign for Nature, 2020. Disponible em <https://www.campaignfornature.org/>.

WORBOYS, G. L.; LOCKWOOD, M.; KOTHARI, A.; FEARY,

S.; PULSFORD, I. (ed.) Gobernanza y gestión de áreas protegidas. Bogotá: Editorial Universidad El Bosque y ANU Press, 2019.

QUADRO 11.2

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA – CDB; CONFERÊNCIA DAS PARTES – COP. Decisión 14/8: Áreas protegidas y otras medidas eficaces de conservación basadas en áreas. 2018 Disponible em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4643828/>. MINAE. The Clearing-House Mechanism of the Convention on Biological Diversity (CHM). Sixth National Report CDB. Costa Rica: 2020. Disponible em <https://chm.cbd.int/database/record?documentID=246324>. SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO – SINAC. Análisis de vacíos de conservación en Costa Rica. GRUAS II: Propuesta de Ordenamiento Territorial para la conservación de la biodiversidad de Costa Rica. 2008.

CAPÍTULO 12 – POTENCIAL DESCONHECIDO DOS GOVERNOS LOCAIS PARA A GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APS)

MARTHANS, S. Sistematización de iniciativas de conservación fuera del ámbito de las áreas naturales protegidas. Lima, Peru: Producto de consultoría elaborado para GIZ en el ámbito del proyecto regional Áreas Protegidas Locales. Ministerio de Ambiente, 2020.

QUADRO 12.1

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Brasil: 2020. Disponible em https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80229/CNUC_FEV20%20-%20B_Cat.pdf. Consultado em 28 de janeiro de 2020.

PAULO, L.; COSTA, C. Unidades de conservação municipais do cerrado. Ambiental 44. Belo Horizonte, MG: IEB Mil Folhas, 2019.

PINTO, L.; HIROTA, M.; GUIMARÃES, E.; FONSECA, M.; MARTÍNEZ, D.; TAKAHASHI, C. Unidades de conservação municipais da Mata Atlântica. Brasil: Fundação SOS Mata Atlântica, 2017.

CAPÍTULO 13 – CONDIÇÕES PROPÍCIAS E ÁREAS PROTEGIDAS

COMITÉ FRANCÊS DA UICN. Nature-based Solutions for Climate Change Adaptation & Disaster Risk Reduction. 2019. Disponible em <https://uicn.fr/wp-content/uploads/2019/07/uicn-g20-light.pdf>.

QUADRO 13.1

CAMPANHA PELA NATUREZA. A Key Sector Forgotten in the Stimulus Debate: The Nature-Based Economy. 2020. Disponible em https://static1.squarespace.com/static/5c77fa240b77bd5a7ff401e5/t/5ee7f56d2b688176fb9ebf9/1592259976939/White+PaperFinal_sml.pdf

QUADRO 13.2

CLAES, J.; COWAY, M.; HANSEN, T. Valuing nature conservation: A methodology for quantifying the benefits of protecting the planet's natural capital. McKinsey & Company, 2020. Disponible em <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Business%20Functions/Sustainability/Our%20Insights/Valuing%20nature%20conservation/Valuing-nature-conservation.pdf>

COMISSÃO EUROPEIA; REDPARQUES; PRONATURA; PROJETO IAPA. Progress Report on Achieving Aichi Target 11 in REDPARQUES Member Countries: Results and Outlooks Ahead of 2020. 2019. Disponible em http://www.pronatura.org.mx/pdf/Progress_Report_Aichi_11.pdf

INSTITUTO PAULSON; The Nature Conservancy – TNC; CORNELL ATKINSON CENTER FOR SUSTAINABILITY. Financiar La Naturaleza: Cerrando la brecha financiera global de la biodiversidad. 2020.

CAPÍTULO 14 – SEM ÁREAS PROTEGIDAS E CONSERVADAS NÃO HÁ FUTURO SUSTENTÁVEL

LEE; BRUMME (2013) in ZUNINO P. Historia y perspectivas del enfoque "Una Salud". Veterinaria (Montevideo), 54(210), 46–51, 2018. Disponible em http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-48092018000200046&lng=es&tlng=es.

GOLDEN KRONER, R.; QIN, S.; COOK, C.; KRITHIVASAN, R.; PACK, S.; BONILLA, O.; CORT-KANSINALLY, K.; COUTINHO, B.; FENG, M.; MARTINEZ GARCIA, M.; HE, Y.; KENNEDY, C.; LEBRETON, C.; LEDEZMA, J.; LOVEJOY, T.; LUTHER, D.; PARMANAND, Y.; RUIZ, C.; YERENA, E.; MASCIA, M. The uncertain future of protected lands and Waters. Science, v. 364, 6443, pp. 881–886, 2019.

Disponível em doi:10.1126/science.aau5525.

CMAP-UICN. Protected areas helping to meet the Sustainable Development Goals. Sem data. Disponible em https://www.iucn.org/sites/dev/files/natural_solutions_-_sdgs_final_2.pdf

MARETTI, C. (Pan) Amazon Conservation Vision; By REDPARQUES (Latin-American network of national authorities of Pas). 2017. Disponible em https://www.researchgate.net/publication/316146336_Pan_Amazon_Conservation_Vision_by_REDPARQUES.

MASCIA, M. B.; PAILLER, S. Protected area downgrading, downsizing, and degazettement (PADDD) and its conservation implications. Conservation Letters 4, 9–20, 2011. Disponible em doi:10.1111/j.1755-263X.2010.00147.x.

MASCIA, M.; PAILLER, S.; KRITHIVASAN, R.; ROSHCHANKA, V.; BURNS, D.; MLOTHA, M.; MURRAY, D.; PENG, N. Protected area downgrading, downsizing, and degazettement (PADDD) in Africa, Asia, and Latin America and the Caribbean, 1900–2010. Biological Conservation. 169, 355–361, 2014. Disponible em doi:10.1016/j.biocon.2013.11.021.

MAXWELL, S.; CAZALIS, V.; DUDLEY, N.; HOFFMANN, M.; RODRIGUES, A.; STOLTON, S.; VISCONTI, P.; WOODLEY, S.; MARON, M.; STRASSBURG, B.; WENGER, A.; JONAS, H.; VENTER, O.; WATSON, J. Area-based conservation in the twenty-first century. Nature, 586, pp. 217–227, 2020. Disponible em <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2773-z>.

REDPARQUES. El impacto de la pandemia en los sistemas que conforman la REDPARQUES. Cuestionario sobre COVID 19 y la gestión de las áreas protegidas en Latinoamérica y el Caribe. REDPARQUES – CONANP. 2020. Disponible em https://REDPARQUES.com/modules/ecom/documentos/publicacion/archivo_38b3eff8ba56627478ec76a704e9b52.pdf.

S-CDB; REDPARQUES; PRONATURA; PROYECTO IAPA et al. Progress Report on Achieving Aichi Target 11 in REDPARQUES Member Countries: Results and Outlooks Ahead of 2020. (ALFA 2020). 2020. Disponible em https://REDPARQUES.com/modules/ecom/documentos/publicacion/archivo_d82c8d1619ad8176d665453cfb2e55f0.pdf.

SECRETARIA DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Guia prática de Comunicação, Educação y Sensibilización del Público (CEPA). 2018. Disponible em <https://absch.cbd.int/api/v2013/documents/16B113CB-CC86-0008-4D4B-4B29E846B83C/attachments/CEPA-toolkit-Spanish-F.pdf>.

WALDRON, A.; ADAMS, V.; ALLAN, J.; ARNELL, A.; PALACIOS, J.; ATKINSON, S.; BACCINI, A.; BAILLIE, E.; BALMFORD, A.; AUSTIN, J.; BRANDER, L.; BRONDÍZIO, E.; BRUNER, A.; BURKART, K.; BUTCHART, S.; RIO, B.; ZHANG, Y. Protecting 30% of the planet for nature: costs, benefits and economic implications. Campaign for Nature, 2020. Disponible em <https://www.campaignfornature.org/>.



RELATÓRIO PLANETA PROTEGIDO 2020: AMÉRICA LATINA E CARIBE

